

**MULHERES NO CAMPO:
APANHADORAS DE
FLORES PRESERVANDO
O ECOSSISTEMA**

**IGUALDADE DE GÊNEROS:
AS SINDICALISTAS
NA LUTA POR UM
LUGAR AO SOL**

**POVOS ORIGINÁRIOS:
UMA MINISTRA
INDÍGENA
PARA OS INDÍGENAS**

ANO 21 • VOL. 1
N. 21 • EDIÇÃO 2023

Mátria

PUBLICAÇÃO DA CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO - CNTE

ISSN 1980-8994



DE VOLTA AO JOGO

Com o poder do protagonismo, elas começam a virar o jogo político a favor das mulheres

Mátria

ANO 21 • VOL. 1 • N. 21 • EDIÇÃO 2023



ILUSTRAÇÃO DA CAPA Paulo Rocker

COORDENAÇÃO DA REVISTA MÁTRIA Berenice D'arc
(Secretária de Relações de Gênero da CNTE)

REDAÇÃO E EDIÇÃO Frisson Comunicação

DIREÇÃO EXECUTIVA Ana Paula Messeder

JORNALISTA RESPONSÁVEL Amanda Gonçalves Vieira MTB 3471/DF

EDIÇÃO Ana Paula Messeder e Beto Cordeiro

REVISÃO Rafael Pereira

REPORTAGEM Amanda Vieira, Ana Paula Amaral, Érica Aragão, Katarina Albuquerque e Priscila Ferreira

COLABORAÇÃO Fátima Silva (Secretária Geral)

FOTOGRAFIA Arquivo Mátria

ILUSTRAÇÕES Bruno Soares

PROJETO GRÁFICO E EDITORAÇÃO ELETRÔNICA

Bruno Soares e Noel Fernández Martínez

IMPRESSÃO

TIRAGEM 13 mil exemplares



SRTVS, Q. 701, Conjunto D, Nº 100, Bloco B, Salas 404 e 406

Centro Empresarial Brasilia, Brasília-DF, CEP: 70340-907

Fone: (61) 3964-8104 | www.frisson.com.br | atendimento@frisson.com.br

MÁTRIA: a emancipação da mulher / Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) – ano 21 (mar. 2023/mar. 2023 – Brasília: CNTE, 2003- Anual
ISSN 1980-8984

1. Direitos da mulher. 2. Gênero. 3. Feminismo. I. Título. II. Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE).

CDD 305.42
CDU 396(05)

Biblioteca: Cristina S. de Almeida CRB 1/1817



SDS » Edifício Venâncio III » Salas 101/106

CEP: 70393-902 » Brasília-DF, Brasil.

Tel.: + 55 (61) 3225.1003

www.cnte.org.br » cnte@cnte.org.br

ACOMPANHE A CNTE NAS REDES SOCIAIS



/CNTEBRASIL



/CNTE_OFICIAL



/CNTEBRASIL



/CNTEBRASIL

Confira também a versão eletrônica no site: www.revistamatria.com.br

A CNTE autoriza a reprodução do conteúdo desta revista com a devida citação da fonte.

1 EDITORIAL

CNTE

A face feminina do poder

36 ENCARTE TEÓRICO

BANCADA FEMININA AUMENTA 11% NA CÂMARA E SE MANTÉM NO SENADO



IVA CRISTINA SANT'ANA

ANDRÉ LUIS DOS SANTOS

REPORTAGENS

ENTREVISTA

CIDA GONÇALVES: "SE O OUTRO GOVERNO NÃO TINHA RESPONSABILIDADE, ESTE TEM!" 02

MULHERES NA POLÍTICA

A HORA E A VEZ DELAS NO PODER 10

HOMENAGEM

EM NOME DA ROSA 21

PARIDADE

A LUTA PERMANENTE PELA IGUALDADE ENTRE MULHERES E HOMENS 22

ENTREVISTA

TERESA LEITÃO: DO QUADRO-NEGRO AO SALÃO AZUL 32

VIOLÊNCIA

FEMINICÍDIO JUNTANDO OS CACOS PARA SEGUIR EM FRENTE 46

EDUCAÇÃO

QUANDO A NECESSIDADE É A MÃE DA EVASÃO 52

INTERNACIONAL

MERCANTILIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO AVANÇA NA AMÉRICA LATINA 58

SEGURANÇA

COMO DISCURSOS EXTREMISTAS ESTIMULAM MASSACRES EM ESCOLAS 64

ENTREVISTA

LUCIANA SANTOS: "A CIÊNCIA ESTÁ DE VOLTA" 70

MEIO AMBIENTE

MULHERES EM CLIMA DE CONFERÊNCIA GLOBAL 74

MULHERES INDÍGENAS

MINISTRA INDÍGENA: NUNCA, ANTES, NA HISTÓRIA DESTE PAÍS 82

IGUALDADE

LEI 10.639 - APÓS 20 ANOS, HISTÓRIA DE COMBATE AO RACISMO RESISTE NO AMBIENTE ESCOLAR 86

POVOS TRADICIONAIS

AS APANHADORAS DE FLORES E O DESAFIO DE MANTER A NATUREZA SEMPRE-VIVA 88

ARTICULISTAS



30

LUCIANE KOZICZ REIS ARAUJO

Novas formas de trabalhar, novos modos de adoecer



68

ÉLBIA PEREIRA LUCAS (URUGUAI)

Convenção 190: Por um Trabalho mais digno, igualitário, livre de violência, de assédio e de discriminação



80

SAMYRA CRESPO

Nota sobre o legado do movimento de mulheres da ECO-92

94 GIRO

95 INTERAGINDO

96 SUGESTÃO DE ATIVIDADES

A face feminina do poder

Elas são duronas, são poderosas, são guerreiras, são inteligentes, são sensíveis, são gentis e, por isso mesmo, são completas. São mulheres que conquistaram seu espaço no, até pouco tempo, fechado “Clube do Bolinha” da política e da economia brasileiras. Elas invadiram os três poderes e já são 91 deputadas federais e 11 ministras, além das presidentes da Caixa, do Banco do Brasil, da Funai e de inúmeras deputadas estaduais e distritais que renovaram as assembleias, aumentando o quórum para o lado feminino.

Mas, ao contrário do que muitos pensam, elas não vieram tomar o lugar dos homens, vieram somar com eles, ocupando o lugar que sempre foi delas por direito, mas que a chamada “ditadura do patriarcado” fez questão de obstar, por todas as maneiras, numa clara desconfiança (ou seria medo?) de que poderia perder o poder.


No ano passado, em sua 20ª edição, a Revista *Mátria* cobrava justamente: “uma participação ainda maior das mulheres para os postos no executivo e legislativo federal, estadual e distrital, para diminuir a desigualdade entre os gêneros e para trazer mais qualidade ao debate”. E aí está o resultado: na resposta massiva das urnas, na resposta do novo governo e, mais ainda, na luta sindical, onde elas agora conquistaram a paridade com os homens, com muitas delas nos principais cargos de direção dos sindicatos. É verdade que ainda há muito o que lutar, mas já temos números significativos para comemorar.

Infelizmente, a última edição de *Mátria* também alertava para a ação de grupos criminosos em terras Yanomami, que exploravam o garimpo ilegal e até a prostituição. Uma tragédia anunciada que o governo passado fez questão de fingir que não via, numa clara conivência com esses atos, que culminaram num verdadeiro holocausto para um povo originário, que só queria defender suas terras e proteger a natureza. Mas essa é uma das muitas missões da nova ministra, do recém-criado Ministério dos Povos Indígenas: restabelecer a saúde, a paz e a dignidade a esses povos.

Porque é tempo de arregaçar as mangas, juntar os pedaços, limpar as feridas e trabalhar. Pois novos ares estão soprando do planalto e há muito o que fazer para superar quatro anos de retrocesso que levaram o Brasil 40 anos para trás. Ler essa nova edição de *Mátria*, recheada de boas novas, de boas dicas, de entrevistas exclusivas e de novos alertas, já um ótimo começo.

Boa leitura!
Diretoria Executiva da CNTE

Fotos: Geovana Albuquerque



“Se o outro governo não tinha responsabilidade, este tem!”



Ela nasceu em Clementina, no interior de São Paulo, mas radicou-se desde a década de 1980 em Campo Grande (MS), onde formou-se em Comunicação e onde iniciou sua militância pelos direitos das mulheres. Seu nome é Maria Aparecida Gonçalves, mas o Brasil inteiro a conhece como Cida Gonçalves.

Dona de uma personalidade forte, um sorriso fácil e uma simpatia contagiante, Cida ocupou o cargo de secretária nacional de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres, nos dois primeiros mandatos de Lula e na gestão Dilma Rousseff, até sua “saída precoce” do poder, como a própria Cida insiste em pontuar, e fez parte da equipe de transição do novo governo, antes de ser convidada pelo presidente para integrar, pela terceira vez, o seu governo, desta vez como ministra.

A atual comandante do Ministério das Mulheres recebeu, com exclusividade, a equipe da Revista *Mátria* em seu gabinete, para uma entrevista na qual falou sobre diversos assuntos e de suas perspectivas à frente da pasta com o menor orçamento do Governo Federal – herança da “gestão” passada – mas com a mais relevante das missões, entre toda a Esplanada: garantir às mulheres o direito à educação, à saúde, ao emprego, à renda digna e à própria vida.

Com a palavra, Cida Gonçalves:

Revista *Mátria*: Como é retornar para o Governo, agora na condição de ministra, cuja pasta é seu objeto de estudo de uma vida inteira? Principalmente, depois desse período tão tenebroso que o Brasil passou?

Cida Gonçalves: É um misto de responsabilidade, de medo e de emoção também. Por que não? Com tantas mulheres nesse país, o presidente Lula confiou a mim essa tarefa. Então, isso dá uma sensação muito grande de responsabilidade. E eu acredito que nós vamos dar conta dessa missão de garantir que, de fato, 53% da população brasileira esteja representada nesse governo. Eu acho que a gente, de uma forma indireta, já está. Nós somos 11 ministras. É a primeira vez que tem esse número tão grande de ministras no governo. E ainda temos duas mulheres presidentes de banco: na Caixa e no Banco do Brasil. Então, você tem um quadro grande de mulheres. E vamos estar juntas, trabalhando. Isso é muito

importante e mostra como as mulheres podem chegar no topo de suas carreiras. E não é em qualquer banco, mas nos dois bancos, vamos dizer, prioritários do Brasil: a Caixa e o Banco do Brasil. Eu acho que é isso. Eu acho que essa força do governo, do presidente Lula, e falo do governo, porque todos os ministros estão imbuídos em ajudar a construir, em fazer ações, em trabalhar. E com 10 mulheres competentes ao meu lado, na verdade, somos 12, porque a gente tem aí a mulher do presidente Lula, que é uma grande militante, uma grande companheira. Nós somos 12 na trincheira para derrotar o machismo e o patriarcado brasileiro.

RM: Nos últimos quatro anos, a pauta da mulher foi invisibilizada, com um claro desmonte das políticas públicas para as mulheres. Por onde a sua gestão pretende começar?

CG: Os desafios são muitos. Porque, na verdade, a gente não vai começar, a gente vai reconstruir. Então, é muito maior o desafio do que você começar. Porque o Ministério se encontra numa situação muito, muito difícil. Tudo o que foi construído, foi simplesmente destruído numa política de terra arrasada. Então, a gente quer recomeçar. Mas nós temos uma vantagem: temos a esperança das pessoas. Nós temos um movimento de mulheres, nós temos uma pauta forte, nós temos neste ano a Marcha das Margaridas, a Marcha das Mulheres Negras, a Marcha das Mulheres Indígenas.

Nós temos um presidente da República que apoia, que coloca a pauta das mulheres como prioridade. Acho que isso é o que nos faz, de fato, acreditar que esse Ministério, efetivamente, vai dar certo. Nós vamos conseguir, sim, reconstruir aquilo que foi destruído.

RM: A senhora pode exemplificar quais são as áreas mais críticas?

CG: Primeiro o orçamento. Nós, quando saímos, em 2016, deixamos o orçamento de R\$ 300 milhões. Nós estamos herdando um orçamento de R\$ 23 milhões; não chega a 10% do que nós deixamos em 2015, 2016. Então, esse, para mim, é o exemplo do que é o desafio que está colocado. Nós temos a questão principal que é fundamental, é estratégica, que é o fato de que as mulheres precisam ser vistas como sujeito de direitos, como pessoas que pensam, que precisam ter cidadania, que decidem por suas próprias vidas. Decidem se querem trabalhar ou não, se querem ficar

em casa ou não, se querem ter filho ou não. E o governo anterior destruiu isso. Ele tratava a mulher apenas como um mero reprodutor. Então, era “Salve uma Mulher”, “Cuide de uma Mulher” ... Esses eram os programas que existiam. Para nós, a estratégia principal é assegurar que as políticas públicas, para as mulheres as garantam como sujeitos de direitos.

RM: Nós fazemos a Revista Matria desde 2003, essa é a 21ª edição. Desde a primeira edição da Matria, nunca conseguimos retirar a retranca “violência contra a mulher” da nossa pauta. Todos os anos, nós fazemos matéria sobre esse tema. Na primeira Matria, uma mulher era agredida a cada quatro minutos. Na Matria de 2023, uma mulher é agredida no Brasil a cada dois minutos. Como é que a gente pode reverter essa situação?

CG: Eu acho que nós precisamos, primeiro, garantir serviços de atendimento às mulheres no máximo de municípios que for necessário. Para se ter uma ideia, hoje nós temos delegacia especializada em 7% dos municípios brasileiros. Se você for contar, a maioria delas está nas capitais. Portanto, o desafio é você garantir um atendimento de qualidade e garantir que as mulheres tenham acesso ao serviço e à informação. Então, esse é o primeiro desafio. E se a gente conseguir fazer isso, vai diminuir o número? Não, porque cada vez que nós aumentarmos o número de serviços, vai aumentar a denúncia. Mas nós

“

Nós somos 12 na trincheira para derrotar o machismo e o patriarcado brasileiro.

”

caminharemos para chegar ao momento em que, de fato, haja um retrocesso dos números.

A segunda coisa é fazer um trabalho com a sociedade brasileira – porque não cabe unicamente a governo – sobre a necessidade de fazer esse debate, de discutir a importância da intervenção de cada um, de cada uma, no processo de salvar uma vida. Porque o feminicídio é um crime que pode ser evitado. Ele é evitado quando você faz a denúncia, quando você avisa à polícia que o agressor está chegando. Ele é um crime evitável. Então, nós precisamos que a sociedade se incomode com a violência contra as mulheres e se mexa contra essa violência. Precisamos, de um lado, instituir serviços que deem conta de atender às mulheres, fortalecer isso. E, de um outro, fazer com que a sociedade brasileira diga que violência contra as mulheres é crime. Que não tolere, que não digam mais: “é bonzinho...”, “é trabalhador...”, as desculpas que são dadas e que justificam, depois, o feminicídio dessa mulher.

RM: Durante a pandemia da Covid-19, o desemprego e a violência doméstica atingiram em cheio as mulheres negras e pobres. O que está planejado para essa parcela da população?

CG: Nós precisamos construir políticas que de fato incluam essa população, as políticas afirmativas, elas são fundamentais nesse aspecto. Para isso, nós temos a Secretaria de Autonomia Econômica e Política dos Cuidados,

“

Para nós, as mulheres precisam ser vistas como sujeitos de direitos, como pessoas que pensam, que precisam ter cidadania, que decidem a sua própria vida. Decidem se querem trabalhar ou não, se querem ficar em casa ou não, se querem ter filho ou não. E o governo anterior destruiu isso.

”

porque você tem que discutir o empoderamento das mulheres a partir da sua autonomia econômica, mas também a divisão sexual do trabalho. Também tirar da responsabilidade, única e exclusiva, sobre a questão do cuidado. O cuidar da criança, o cuidar do marido, o cuidar da sogra, da mãe, do doente. Então, essa é uma política que nós precisamos estabelecer a curto, médio e longo prazo. Porque, se observarmos, o que mais trouxe desemprego na pandemia de Covid foi o fato de que todo mundo ficava em casa. Quem era que tinha que ajudar a criança a fazer o dever de casa? Tem uma série de elementos que ficam na responsabilidade da mulher. Quem são as mais pobres? São as negras. Elas estão no último degrau da sociedade brasileira. Elas terminam pagando um preço. E nós precisamos trabalhar em uma linha que garanta autonomia, é preciso trabalhar a conscientização do companheiro para que ele divida as tarefas. Mas, aí, dividir não é só “eu lavo o copo” ou “quando eu estou de bom humor, eu faço a comida”. É dividir mesmo! Então, o Estado brasileiro precisa criar políticas que façam com que isso seja desonerado das mulheres. Não é só creche, entendeu? Porque a creche ajuda, mas se ela vai ser 24 horas? Porque tem a mulher que estuda, a que trabalha até tarde. Vão ter restaurantes comunitários que abram aos finais de semana, para que a mulher possa almoçar com seus filhos, sem precisar ficar desde as sete da manhã cuidando da casa,

cuidando da comida? Eu acho que precisamos pensar políticas que de fato deem conta de fazer com que as mulheres tenham condições de ser cidadãs.

RM: Falando de feminicídio, e talvez porque agora as denúncias sejam maiores, a gente nunca ouviu falar de tantos casos como nos últimos dois anos. A senhora acha que a polícia está atuando bem nesses casos?

CG: Eu acho que existem dois fatores. Acho que não conseguimos implementar, no Brasil, até pela nossa saída precoce, as diretrizes de investigação do feminicídio, que nós lançamos em 2015, em parceria com a ONU. Então, eu acho que esse é o primeiro desafio é fazer com que, de fato, as diretrizes sejam implementadas. O segundo, eu não trabalharia apenas com a questão da polícia. Acredito que nós estamos vivendo, nesses últimos seis anos, o aumento do ódio e da violência na sociedade, autorizada, na época, pelo chefe maior do Estado brasileiro. Então, o que eu quero dizer é que foi autorizada a violência contra as mulheres, foi autorizado o assassinato de mulheres, assim como foi autorizado o assassinato dos índios, assim como foi autorizado o assassinato dos gays, das lésbicas. Então, você junta efetivamente a não preparação de todos os profissionais, não só da polícia, para investigar o crime de violência e julgar, porque não é só investigar, é investigar e julgar. E, de um outro lado, o aumento

“
Precisamos,
primeiro, garantir
serviços de
atendimento
às mulheres no
máximo dos
municípios que
for necessário.
Para se ter uma
ideia, hoje, nós
temos delegacia
especializada
em 7% dos
municípios
brasileiros. Se
você for contar,
a maioria delas
está nas capitais.

”

do ódio. Mas, para mim, o maior aumento tem mais a ver com o ódio do que com a não investigação.

RM: E o porte de armas? Na sua avaliação, a liberação do porte de arma facilitou o número de casos?

CG: Isso facilita. Tanto que você vai ver que, nos últimos anos, os dados mostram que as mulheres morriam mais de armas brancas. Nesses últimos anos, tem crescido o número de mulheres mortas por armas de fogo. Então, uma arma na mão de um potencial feminicida, é um grande instrumento para que isso aconteça.

RM: E como a escola pode ajudar a combater a violência contra mulher e contribuir para o empoderamento delas?

CG: Eu acho que a escola é um grande caminho. Não é o único, porque eu não acho que a gente tem que responsabilizar só os professores, nem a escola, pela educação da sociedade brasileira. Mas ela é um grande caminho. Por quê? Porque, dali, você está formando novos homens e novas mulheres. Ali, você vê os problemas, a realidade. Muito dos abusos sexuais, muitas violências, as crianças falam com os professores na sala de aula. Então, eu acho que é um espaço importante. E para o empoderamento, mais ainda, porque é a escola que vai formar homens e mulheres. E nós podemos formar mulheres para serem professoras. Mas nós podemos também formar mulheres para serem cientistas, matemáticas, físicas. Eu acho que nós podemos ter um trabalho

super importante nas escolas, tanto nas de base, de ensino fundamental, quanto nas universidades. Mas, principalmente, nas escolas no ensino fundamental. Se a gente conseguir fazer com que as meninas não só apaguem a lousa, mas que elas também façam as contas, que a gente comece a ressignificar o papel das meninas, de empoderar as meninas. Eu acho que é fundamental para que sejam mulheres empoderadas e estejam em lugar de topo no país.

RM: Outra questão é o relacionamento com o Congresso Nacional. A gente tem um Congresso eminentemente conservador, renovado agora recentemente, só em 15%. Então, a gente já conhece a bancada que está lá e tem um Projeto de Lei do Estatuto do Nascituro, por exemplo. Como lidar com esse Congresso? Como o Ministério vai se relacionar?

CG: Nós vamos falar com todo mundo. É o papel do governo falar com todos os parlamentares, todas as parlamentares, independentemente de onde vem, o que pensam, como pensam. É tentar avançar no direito das mulheres. Nós vamos dialogar com quem for necessário, com a bancada feminina, bancadas de oposição, bancadas de situação. Nosso papel é dialogar, é ter propostas concretas, ações reais e fazer com que o Congresso nos apoie nessas ações. Como, por exemplo, a questão da autonomia das mulheres, a questão do empoderamento das mulheres.

“

Nós precisamos que a sociedade se incomode com a violência contra as mulheres e se mexa contra essa violência. Precisamos, de um lado, instituir serviços que deem conta de atender às mulheres, fortalecer isso. E, de um outro, fazer com que a sociedade brasileira diga que violência contra as mulheres é crime.

”

É enfrentar a violência contra as mulheres. Essas pautas, nós vamos ter que avançar em todos os aspectos e, se for preciso dialogar, nós vamos com o Congresso, com o STF, com quem for necessário.

RM: Dentro dessa perspectiva, no Congresso, tem também um PL, já desde 2011, que iguala o salário entre homens e mulheres. Inclusive, foi uma promessa de campanha do presidente Lula. Como é que o Ministério vai ajudar nesse ponto?

CG: Nós fizemos um levantamento de todos os PL que estão no Congresso. Mas, ao mesmo tempo, nós estamos estudando, para o 8 de março, algumas questões que já coloquem a igualdade salarial, efetivamente, na pauta. Nós sabemos que a igualdade salarial não é só uma questão de legislação. Você tem que ter uma série de outras políticas que ajudem, porque se você diz ‘trabalho igual, salário igual’, a maioria dos trabalhadores vai dizer que já é assim: o mesmo trabalho, o mesmo salário. A questão é que quem mais tem condições de alavancar a carreira, ganha mais. E como é que você tem alternativas de desresponsabilização para que a mulher também possa subir? Na verdade, as mulheres, por causa da responsabilidade do cuidado com a família, não ascendem. Ou seja, não é só a igualdade salarial, ela perpassa pela igualdade de condições.

RM: O Conselho Nacional dos Direitos da Mulher foi um dos poucos que foram mantidos pelo

governo anterior. Como a senhora avalia a composição dele? Está nos planos do Ministério promover a Conferência Nacional de Mulheres, que também não aconteceu nos últimos tempos?

CG: O conselho existe e nós estamos, agora, redefinindo na parte ministerial, porque ele é composto pela sociedade civil e pelo governo. Então, nós temos um prazo para que os ministérios possam indicar os seus representantes. Com relação à parte da sociedade civil, o Conselho foi eleito no ano passado com dois anos de mandato. Então é com esse conselho, com esses movimentos que nós vamos dialogar, vamos seguir trabalhando. Existem, no Conselho, vários movimentos e que a gente já conhece. Elas já estiveram no próprio grupo de trabalho, apresentando o trabalho delas. Então, eu acho que é um conselho de diálogo, aberto. Com relação à Conferência, com R\$ 23 milhões, não existe essa possibilidade. Então, possivelmente, nós vamos convocar a quinta conferência para o ano que vem, para 2024. E, este ano, a gente faz as conferências municipais, as conferências estaduais.

RM: O orçamento de políticas públicas para as mulheres, o "Orçamento Mulher", sancionado pelo governo anterior, realmente é um dos menores do Governo Federal. Quais serão as suas prioridades em 2023?

CG: Na verdade, a gente tem uma prioridade, agora, para os



“
É voltar a pensar
numa estratégia
de enfrentar
o feminicídio,
prevenir com mais
patrulha Maria
da Penha, ter
mais tornozeira
eletrônica, porque
funciona mais a
tornozeira que
um X na mão.

”

primeiros 100 dias, que foi a tarefa que o presidente Lula trouxe. A primeira, que é urgente, emergente, é colocar o 180 na rua de novo, porque o 180, hoje, acabou, ele não existe. Então, nós estamos reorganizando, retrabalhando, para que ele volte a atender, nas especificidades que as mulheres precisam, da forma com que é necessário. Se o outro governo não tinha responsabilidade, este tem! Então, nós teremos isso como uma prioridade.

Nós temos também, dentro do tema violência, que retomar o programa Mulher Viver sem Violência e as Casas das Mulheres Brasileiras, programa que também parou após os nossos governos. Eles fizeram quatro tipologias de casas, sendo que uma era de 2.200 m², outra de 1.700 m² e uma de 200 m²... não cabe nem a psicóloga e a assistente social. Não é uma casa! Nós precisamos rever efetivamente esse programa.



Nós vamos, sim, recomeçar. Mesmo com esse pouco dinheiro, nós vamos recomeçar, nós vamos puxar de novo a execução para nós. E nós vamos trabalhar dentro da perspectiva de que nós possamos fazer a execução direta, como era feito e que a gente comece a espalhar a Casa da Mulher Brasileira nas outras capitais do país que ainda não têm. Também pensar qual a estratégia para a capilaridade do atendimento, para não ser só na capital. Então, se serão Casas da Mulher Brasileira, serão Centros de Referência.

Se intensificar a questão do fortalecimento das Delegacias Especializadas, fortalecer o trabalho do CREAS (Centro de Referência Especializado de Assistência Social), isso nós estamos em processo de discussão. E a outra urgência, também, dentro da violência, é a questão de enfrentar os feminicídios. No Ceará, por exemplo até 26 de janeiro, 26 mulheres sofreram feminicídio.

“
Ou mesmo o botão do pânico, porque aí é a Polícia Militar que fiscaliza, não é a própria mulher. E é também estabelecer as diretrizes de investigação e julgamento para que, de fato, a impunidade não seja maior o instrumento de propagação do feminicídio no país.
”

Nós temos o caso da Janaína*, do Piauí. Estamos com diversos casos que estão colocados na nossa pauta. Então, é voltar a pensar numa estratégia de enfrentar o feminicídio, prevenir com mais patrulha Maria da Penha, ter mais tornozeleira eletrônica, porque funciona mais a tornozeleira que um X na mão**. Ou mesmo o botão do pânico, porque aí é a Polícia Militar que fiscaliza, não é a própria mulher. E é também estabelecer as diretrizes de investigação e julgamento para que, de fato, a impunidade não seja maior o instrumento de propagação do feminicídio no país.

E, por outro lado, nós queremos lançar a Lei da Igualdade Salarial, proposta pedida pelo presidente Lula, no mês de março. Junto a ela, a gente já quer criar um grupo de trabalho interministerial para começar a discutir quais são as políticas de cuidado que vão junto com a política de igualdade salarial e equiparando e trabalhando a equidade de gênero no mercado de trabalho.

*Universitária estuprada e morta dentro das instalações da Universidade Federal do Piauí.

** Sinal para pedido de ajuda em caso de violência doméstica.

A hora e a vez delas no poder

Foto: Vinicius Lures / Câmara dos Deputados



Novo governo responde a um desejo social por mais representatividade. A reconstrução do país será por meio de muitas mãos - as mãos do povo brasileiro, das mulheres cis e trans, dos povos indígenas, por mãos negras, jovens, de pessoas com deficiência

O Congresso Nacional está mais diversificado. Ainda que estejam em evidente desvantagem numérica, mulheres negras, trans e jovens começam a ocupar mais espaços no Parlamento nesta legislatura. Como desafio, elas precisam superar o preconceito, a violência política de gênero e trabalhar para ajudar a reconstruir o Brasil na era pós-Bolsonaro.

Texto: Ana Paula Amaral



Há uma nova onda (ainda que pequena) de deputadas eleitas no pleito de 2022, que representarão no Parlamento brasileiro mais diversidade: mulheres negras, indígenas e trans. Ser uma mulher eleita parlamentar no Brasil já é um grande feito. Aqui, candidaturas de homens brancos, cis e mais velhos ainda são privilegiadas e, por isso, ocupam a maior parte do Congresso Nacional eleito. Mulheres, jovens, mulheres negras, trans e indígenas ainda lutam por terem reconhecidos os seus direitos de ocupar espaços de decisão e ter suas candidaturas validadas, reconhecidas, respeitadas e apoiadas dentro das estruturas partidárias.

A partir deste ano, a bancada feminina será composta por 91 deputadas em um universo de 513 deputados eleitos, o que equivale a pouco menos de 18% do total – na legislatura passada eram 15%. No Senado, teremos dez mulheres – apenas quatro delas foram eleitas em 2022 (Damara Alves (Republicanos-DF), Professora Dorinha (União-TO), Teresa Leitão (PT-PE) e Tereza Cristina (PP-MS) – as demais continuam em seus mandatos, que têm duração de oito anos. Em 2019, no início da legislatura passada, eram 12 mulheres. O Senado Federal é composto por 81 senadores, o que significa que as mulheres representam apenas 12,3% do total de parlamentares da Casa nesta legislatura.

Candidatas mulheres à Câmara Federal foram as mais votadas em oito estados e no Distrito Federal. Muitas delas pertencem a partidos identificados com ideias conservadoras. O contraponto nessa lista é a deputada Natália Bonavides (PT-RN), de 34 anos. Advogada feminista e defensora dos Direitos Humanos, foi reeleita com mais de 157 mil votos no Rio Grande do Norte, a mais votada dentre todos os candidatos do estado.

Representação Feminina no Congresso Nacional

Na atual legislatura, o PL e a federação liderada pelo PT são as bancadas com maior número de mulheres eleitas na Câmara. A federação lidera na representação feminina, com 21 deputadas (18 do PT e 3 do PCdoB), enquanto o PL elegeu 17 deputadas federais.

Apesar de ter aumentado, o número de deputadas eleitas ainda está muito aquém dos desafios que essa



Foto: Arquivo pessoal

Dandara Tonantzin (PT-MG) defende a importância do Fundo Partidário destinado às mulheres

população feminina enfrenta na sociedade e também na política. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, a população brasileira era composta por 51,1% de mulheres em 2021, e elas representam a maior parte do eleitorado brasileiro, com 52,65% - e mesmo assim são sub-representadas na política, o que mostra o tamanho do desafio que é buscar por paridade de gênero dentro do Parlamento brasileiro.

Dandara Tonantzin (PT-MG), eleita com pouco mais de 86 mil votos em Minas Gerais, representará uma das poucas vozes femininas e negras na Câmara Federal. Sobre a falta de diversidade no Parlamento, ela é categórica: “A eleição de mulheres negras e indígenas foi muito importante, mas ainda está muito aquém da proporção que somos na sociedade e do tamanho das lutas e pautas que temos que construir”.

Para ela, a eleição de 2022 foi diferente, porque houve “aprofundamento do acúmulo histórico” que os movimentos estão construindo com a compreensão de mulheres negras e dos povos indígenas sobre a

necessidade de “ocupar espaços na luta emancipatória”. Ela ressalta a importância do Fundo Partidário destinado às mulheres e, em alguns partidos, às candidaturas de negras e de jovens. “O momento conjuntural é de muitas lutas e efervescências do campo da esquerda, que propõe mudanças, que está apresentando uma agenda de futuro. Ser das candidaturas que projetam isso é muito importante” comemora Dandara.

É fundamental a luta contra o pensamento neonazista

Outra voz feminina e negra na Câmara Federal foi eleita pelo estado do Paraná, onde brancos representam cerca de 65,5% da população, segundo o IBGE. O nome dela é Carol Dartora (PT-PR). Aos 39 anos, ela ocupava uma cadeira como vereadora em Curitiba e tem encampado lutas importantes como o combate ao racismo e a defesa dos Direitos Humanos.

Carol Dartora é professora e vem da luta sindical, integrou a direção do Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado do Paraná (APP-Sindicato) e foi membro do Coletivo Antirracismo da CNTE. Ela enxerga a educação como uma ferramenta fundamental no combate à fome.

“Se pensarmos, por exemplo, que a oferta da educação pública, é sobretudo, para as famílias pobres, percebemos que muitas dessas crianças vão para a escola para se alimentar. Por isso, a merenda escolar tem um papel importante no combate à fome, e nos entristece que não tenha sido previsto orçamento para a merenda escolar pelo governo que passou” lamenta a deputada.

Em seu mandato como vereadora, Carol foi responsável por conseguir a prisão de um neonazista que agrediu Neno, músico negro paranaense, no final de 2022. As cenas de agressão com motivação racista tomaram as redes sociais à época, mas o agressor foi solto como se tivesse cometido apenas um crime comum. Carol recebeu as imagens de uma amiga, também negra, que presenciou a agressão a Neno. A partir disso, foi possível pedir a prisão ao Ministério Público. O neonazista Paulo Cezar Bezerra da Silva foi denunciado e preso.

Ela explica que crimes como esse, de ataques neonazistas, não são novidade nos estados do Sul do País. Mas que ganharam uma dimensão maior com o aparecimento



Foto: Rodrigo Fonseca / Câmara Municipal de Curitiba

Carol Dartora: professora e sindicalista vê na educação uma ferramenta fundamental no combate à fome

de Bolsonaro na cena pública. Um relatório do Observatório Judaico de Direitos Humanos no Brasil, divulgado em agosto do ano passado, conclui que houve uma escalada de ataques neonazistas sob o governo de Jair. Ao todo, foram registrados 169 casos entre janeiro de 2019 e junho de 2022. Desses, 114 (67%) são de caráter neonazista, com referências a Hitler, além de admiração ao nazismo e seus símbolos e representações, como a suástica.

Para ela, a educação também é fundamental para combater esse tipo de crime, e o Parlamento tem um papel-chave nesse combate. “É muito importante que ocupemos esses espaços de tomada de decisão para que possamos começar a dar peso e, inclusive, refinar os instrumentos de punição do racismo para que a gente supere essa cultura racista”, diz. Ela entende que a lei antirracismo precisa de reparos por sua complexidade, que só pode ser entendida por pessoas negras. “Como explicar um olhar de desprezo de uma pessoa branca a uma pessoa negra? Nós, negros, sabemos o que é um olhar racista”, diz.

“A educação, por exemplo, toda essa construção que o movimento negro fez na educação pautando que a gente deveria ter educação para as relações étnico-raciais dentro das escolas, a lei de ensino de História Africana e Afro-brasileira, tudo isso fomentou debates e foi revelando o quanto a história da população negra no Brasil precisava ser recontada para que a gente desconstruísse os estereótipos racistas que se construíram sobre essa população empobrecida e marginalizada, porque foi explorada por mais de 300 anos. Esse conhecimento vem ganhando cada vez mais espaço e fez parte dessa frente assim como as políticas afirmativas, as políticas públicas, a política de cotas, que incluiu a população negra nas universidades. É claro que não da forma como a gente gostaria, mas que já promoveu avanços significativos. Essa inclusão da população negra no ensino superior oxigenou as universidades, a pesquisa, a produção científica... essa produção que também foi oferecida à sociedade. Então, todas essas frentes vão fazendo com que a consciência crítica sobre o que é o Brasil, esse país mais negro fora da África, seja melhor compreendido”, explica.

Educação deve atuar no combate ao racismo

Jack Rocha (PT-ES) é a primeira mulher preta eleita deputada federal pelo Espírito Santo, com 51.317 votos. Jackeline tem uma longa história dentro do Partido dos Trabalhadores. Ela participou do processo de formação da Secretaria da Juventude da Central Única dos Trabalhadores (CUT), em Vitória, e tornou-se membro-fundadora do Conselho Estadual de Juventude. Foi gerente de Economia Solidária e Microcrédito do governo do estado durante a gestão de Paulo Hartung e eleita a primeira representante do ES no Diretório Nacional do PT. Após candidatar-se a governadora, em 2018, tendo ficado em terceiro lugar, foi eleita para a Câmara Federal, em 2022.

Assim como suas colegas deputadas, Jack vê na educação um instrumento de transformação do País e combate à desigualdade tão profunda que ainda se preserva por aqui.



Foto: Divulgação / Ministério do Trabalho

Jack Rocha: primeira mulher preta eleita deputada federal, pelo Espírito Santo, defende ações afirmativas, como as cotas nas universidades e no serviço público

“A questão da educação é fundamental para o desenvolvimento de qualquer sociedade”, diz. “E ela precisa ser inclusiva, antirracista e não sexista. A herança perversa do descalabro governo Bolsonaro necessita, com urgência, ser erradicada. E o tema da educação joga papel primordial na construção de um país cujo povo esteja consciente de seu futuro, sempre preservando a democracia, a liberdade, a justiça social e a dignidade humana”, conclui.

Sobre o combate ao racismo, Jack tem definido bem claro o papel da educação, inclusive da necessidade de garantir que o povo negro tenha acesso à educação pública de qualidade como reparação histórica pelo nosso passado e herança escravagista.

“A exclusão do povo negro da educação é secular. Primeiramente é preciso manter o compromisso de garantir o acesso à educação pública, gratuita e de qualidade às negras e negros desse país. Esse é um primeiro passo para garantirmos uma reparação ao povo negro, que não foi até hoje indenizado pela contribuição ao país e nem pela violação e degradação dos seus direitos”, explica.

Para ela, é fundamental manter e estender ações afirmativas como as cotas nas universidades e no serviço público, assim como criar mecanismos que garantam o cumprimento dessas cotas para pessoas negras e indígenas, de fato. Jack acredita que a educação é um instrumento extremamente importante para “enfrentar o colonialismo do saber, que hierarquiza e coloca a visão eurocentrista do mundo nos bancos escolares”.

Ela também lembra da Lei 10.639/2003, e a necessidade de sua efetivação. Esta Lei foi sancionada no primeiro ano do primeiro governo Lula e estabelece a obrigatoriedade de inclusão da história e cultura afro-brasileiras no currículo das escolas.

Jack estabeleceu como compromisso de seu futuro mandato ajudar na efetivação da Lei. 10.639 e também na luta por um País laico, soberano, justo com as mulheres, com os negros e negras, com os operários e operárias do campo e da cidade. “Para unir e reconstruir nosso País”, conclui.

Mulheres trans também passam a ocupar lugar de poder e decisão

As histórias de superação da população LGBTQIAP+ no Brasil não são novidade. Há quem acredite que se force até mesmo uma romantização do sofrimento dessa população, quando o que deveria ser feito de fato é a elaboração e implementação de políticas públicas de inclusão e garantia de direitos, além da promoção de uma educação não excludente que combata preconceitos, desde a sua raiz, dentro e fora da escola.

Uma população especialmente atingida pelos preconceitos de um país ainda muito conservador, como o Brasil, é a de mulheres e homens trans. A falta de dados sobre eles e elas é só um reforço da sua invisibilização no nosso contexto social.

Segundo um documento divulgado no mês de janeiro pelo Ministério de Direitos Humanos e Cidadania, 131 pessoas trans foram vítimas de transfeminicídio no Brasil, em 2022, e outras 20 tiraram a própria vida, vítimas de discriminação e preconceito. É sabido que esses números não representam a total realidade, uma vez que casos de crimes cometidos por causa de identidade de gênero e orientação sexual são subnotificados no País.



Foto: Divulgação

Duda Salabert (PDT-MG) é uma das duas mulheres trans eleitas, pela primeira vez, no Parlamento brasileiro

Vale lembrar que transfobia é crime no Brasil desde 2019, depois de decisão do Supremo Tribunal Federal, que definiu que discriminar ou ofender pessoas LGBTQIAP+ será equiparado ao crime de racismo, enquadrado no artigo 20 da Lei do 7.716/1989, um crime inafiançável e imprescritível. Mesmo com o respaldo da Lei, os números altos de assassinato e violência comprovam que o Brasil ainda não conseguiu efetivar os mecanismos de combate a esse tipo de crime.

Por tudo isso, é extremamente significativo que, pela primeira vez, na história, o Parlamento brasileiro passa a contar com a representação de duas mulheres trans eleitas deputadas federais: Duda Salabert (PDT-MG) e Erika Hilton (Psol-SP).

Duda está diretamente ligada à área da educação, já que é professora e ambientalista. Erika é mulher trans, negra e periférica. Cumpriu mandato como vereadora por São Paulo até ser eleita deputada federal, em 2022.

35 anos é a expectativa de vida de travestis e transexuais no Brasil.

Fonte: Dossiê - Assassinatos e Violência Contra Travestis e Transexuais Brasileiras (2021)

Há 14 anos o Brasil é o 1º do ranking mundial de violência contra a população trans.

Fonte: Transgender Europe (TGEU)

Janaína Oliveira, Secretária LGBT do Partido dos Trabalhadores, vê com otimismo esse avanço, mesmo que tímido, da representatividade. “Acredito que temos avançado de forma significativa e que a população brasileira começa a compreender que representatividade é fundamental para democracia e para os interesses do povo. Mas creio que seja necessário avançarmos ainda mais, pois os espaços legislativos são muito embranquecidos e masculinos. Mesmo com inclusão das cotas, ainda não é o suficiente para essa diversidade se fazer presente também nesses espaços”, afirma a Secretária.

Ela acredita que a eleição de mulheres trans e negras, mesmo em um contexto de extremo conservadorismo e com proliferação de discursos de ódio nos últimos anos, é uma resposta da sociedade. “[É] uma resposta ao modelo cisheteronormativo, patriarcal e sexista. Essa população disputar esses espaços é fundamental para desconstrução da ideia de um padrão de corpos. Essas pessoas têm sido vistas à margem da sociedade há décadas. Quando se colocam para esses espaços de disputa, na minha opinião, além da importância simbólica de promovermos uma ruptura no sistema, um maior diálogo com a sociedade é fundamental para combater o discurso de ódio”, explica.

Dentro das estruturas partidárias, Janaína acredita que ainda há muito o que avançar para viabilizar a candidatura de grupos minoritários. Segundo levantamento divulgado pela Antra, o Brasil teve 76 candidaturas trans



Foto: Isa Luchtenberg

Mulher negra, trans, Erika Hilton foi eleita deputada federal com 256 mil votos por São Paulo

identificadas nas últimas eleições, um aumento de 44% em relação ao pleito de 2018.

Para Janaína, esse é um papel que deve ser assumido pelos partidos. “Ao disponibilizar a legenda é necessário também ter essas candidaturas como prioritárias, assim como também investimento financeiro”, diz. Ela também diz que é necessário haver mais transparência com relação à distribuição de recursos. “Enquanto não é possível um sistema eleitoral mais justo e igualitário, ainda viveremos alguns obstáculos que irão se refletir no retrato visto nos espaços legislativos. A falta de transparência quanto à distribuição dos Fundos Partidário e Eleitoral precisa ser debatida. É fundamental dar visibilidade a outros sujeitos nas disputas eleitorais, mas isso precisa ser feito em condições iguais às dos homens brancos”, conclui.

Presença feminina também no Governo

Para além do Congresso Nacional, tivemos mudanças significativas na estrutura do Governo Federal. Lula

nomeou 11 mulheres num total de 37 ministros – quase 30% do total, que representam um recorde histórico e um grande avanço, principalmente em comparação com o governo anterior.

“No momento, não cabe a omissão da neutralidade”. Com essa frase marcante, Simone Tebet, figura fundamental na eleição de Lula no segundo turno, declarou apoio ao presidente, em outubro de 2022. A Senadora pelo MDB concorreu à Presidência da República no primeiro turno e saiu melhor do que entrou na disputa, sendo apoiada, inclusive, por um alto índice das eleitoras femininas. Tebet decepcionou parte de seu eleitorado, que esperava neutralidade, mas disse que estava ao lado da democracia.

E foi com essa bagagem que ela assumiu o Ministério do Planejamento e Orçamento do governo Lula, como um reconhecimento de seu papel fundamental na eleição do novo governo, mas também como um voto de confiança, por se tratar de uma das mais fundamentais Pastas da Esplanada, e pensando em aumentar a participação feminina no governo Lula.

Outra mulher que representa uma grande mudança no cenário político da Esplanada é Sônia Guajajara, que assumiu o recém-criado Ministério dos Povos Indígenas. Por si só, a criação desse Ministério já é um acontecimento, mas ter uma mulher indígena à frente dos trabalhos, é algo digno de estampar os livros de história com destaque.

Sonia Bone de Sousa Silva Santos nasceu na Terra Indígena Araribóia, no Maranhão, lugar habitado pelos povos Awa Guajá, Awá isolados e Guajajara, que deu origem ao nome pelo qual é conhecida.

Ela, como o presidente Lula, é filha de analfabetos, e saiu de casa aos 10 anos para estudar e trabalhar em casas de família em troca de moradia e alimento. Sua militância em movimentos indígenas é extensa. Guajajara tornou-se uma figura mundialmente conhecida após o convite da cantora Alicia Keys para discursar pela demarcação de terras indígenas no palco do Rock In Rio, em 2017.

Ela foi pré-candidata à vice-presidência da República, em 2018, junto com Guilherme Boulos (Psol), líder do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto. Foi a



Foto: Jane de Araújo / Agência Senado

A indígena Sônia Guajajara estreia o comando do Ministério dos Povos Originários

primeira pré-candidata de origem indígena à Presidência da República. Sônia também tem voz no Conselho de Direitos Humanos da ONU.

Ao tomar posse ao lado de Anielle Franco, que assumiu como titular do Ministério da Igualdade Racial, Sonia Guajajara falou da invisibilização dos ataques aos povos indígenas e de como a criação do Ministério específico para esses povos significa jogar um olhar diferente para tantos problemas que os vitimizam. “A partir de agora, essa invisibilidade não pode mais camuflar a nossa realidade. Estamos aqui, de pé! Para mostrar que não iremos nos render. A nossa posse aqui hoje, minha e de Anielle Franco, é o mais legítimo símbolo dessa resistência secular preta e indígena no Brasil”, declarou.

Lula escolheu um time de peso e muita voz para representar as mulheres na Esplanada dos Ministérios. Além de Simone e Anielle, irmã da vereadora assassinada pela milícia Marielle Franco, no Rio de Janeiro, temos Marina Silva no Meio Ambiente e da Mudança do Clima, que dispensa apresentações.

Ao lado de Chico Mendes, Marina Silva construiu sua vida política como pessoa respeitada em todo o mundo com a bandeira da preservação ambiental. Foi candidata à presidência em 2014, e assume um dos principais Ministérios de Lula na interlocução com outras nações. Na posse, Marina falou sobre essa missão. “Vamos trabalhar juntos com a sociedade civil, empresários, trabalhadores, povos indígenas e tradicionais, artistas, cientistas e governos estaduais e municipais, para reconquistar a credibilidade, a previsibilidade e a estabilidade do país, retomando a confiança dos investidores nacionais e estrangeiros”.

Integram ainda o time feminino de Lula: Ana Moser, ex-jogadora de volei brasileira, no Ministério do Esporte; a especialista em gênero e combate à violência contra a

mulher, Cida Gonçalves, no Ministério da Mulher; a pedagoga e política brasileira Daniela de Souza Carneiro, no Turismo; a economista e professora Esther Dweck, em Gestão e Inovação em Serviços Públicos; a engenheira e primeira mulher a assumir o Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação, Luciana Santos; a cantora Margareth Menezes com a missão de reconstruir a Cultura e a socióloga Nisia Trindade na Saúde.

Sem dúvida, o Brasil avança na representatividade feminina nas instâncias de decisão e poder, ainda que estejamos aquém, numericamente, do que seria necessário para enfrentar os muitos desafios relacionados a diversidade e minorias. Mas avanços devem ser comemorados.

Foto: Ricardo Stuckert/PR



A gestão do presidente Lula é a que mais indicou mulheres para comandar ministérios, 11 no total. Durante a cerimônia de posse, em 1º de janeiro, as novas ministras posaram ao lado da primeira e segunda-damas do Brasil (foto), em ordem, da esquerda para a direita: Ana Moser, Esporte; Luciana Santos, Ciência e Tecnologia; Simone Tebet, Planejamento e Orçamento; Daniela de Souza Carneiro, Turismo; Nisia Trindade, Saúde; Lu Alckmin, segunda-dama; Janja da Silva, primeira-dama; Sonia Guajajara, Povos Indígenas; Margareth Menezes, Cultura; Cida Gonçalves, Mulher; Anielle Franco, Igualdade Racial; Marina Silva, Meio Ambiente; e Esther Dweck, Administração

É o momento de enxergar a luz depois de um longo período de treva. E a semiótica presente na foto oficial do novo governo em comparação aos dois anteriores não deixa dúvidas disso.

A esposa de Lula, a socióloga Rosângela Silva, é prova viva de que as mulheres não ficarão mais escondidas nos bastidores. Ela foi figura ativa na campanha de Lula e continua não se rendendo ao papel meramente “decorativo” ou essencialmente caridoso esperado de primeiras-damas, participando ativamente de decisões importantes do novo governo.

Em 3 de janeiro, Janja enviou uma carta à Cida, ministra das Mulheres, pedindo que esta “vire o jogo contra o machismo”. “O seu trabalho, Cida,

será como o de uma capitã, nos guiando para virar o jogo contra o machismo e a misoginia”, escreveu a primeira-dama.

As palavras de Janja representam a configuração de resgate de um Brasil que pensa e aceita as diversidades, assim como foi a subida da rampa de Lula. Mais do que simbologia, o novo governo e parte do Parlamento respondem a um desejo social de mais representatividade, menos preconceito e violência. Um desejo de reconstruir o nosso País por meio de muitas mãos - as mãos do povo brasileiro, das mulheres cis e trans, dos povos indígenas, por mãos negras, jovens, de pessoas com deficiência atuando juntas por um novo Brasil.



O BBB da Educação nas Assembleias Legislativas

Fotos: Divulgação



Bebel Noronha, Bia de Lima e Beatriz Cerqueira são professoras, deputadas estaduais e guerreiras

As professoras Maria Izabel Azevedo Noronha (PT/SP), mais conhecida como Bebel, e Beatriz Cerqueira (PT/MG) foram reeleitas deputadas estaduais. Já Maria Euzébia de Lima (PT/GO), a Bia de Lima, foi eleita pela primeira vez como deputada estadual. Em comum, todas têm uma longa experiência política na luta pela categoria dos trabalhadores e das trabalhadoras em educação.

“Como parlamentar, seguirei mobilizada e articulada com a militância, especialmente, da Educação, com os movimentos sindicais e sociais”, declarou Bia de Lima em seu discurso de posse na Assembleia Legislativa de Goiás. A deputada conquistou 24.391 votos e assumirá a presidência da Comissão de Educação, Cultura e Esporte da Casa.

Beatriz Cerqueira conquistou 248.664 votos – foi a deputada estadual de Minas Gerais mais bem votada nessas eleições. O número de votos que ela recebeu em 2022 mais que dobrou em relação às eleições de 2018. Esse é o reconhecimento do seu compromisso com o povo mineiro, em todas as suas lutas - das quais já participa há muitos anos e mesmo antes de ser deputada.

Bebel Noronha foi reeleita com mais de 155 mil votos, o que simboliza a aprovação de um mandato não só pela categoria, mas também pela defesa da vacinação, da saúde e dos serviços públicos. “Ao decorrer da jornada, dialogamos, negociamos e convencemos, inclusive, quem está fora da nossa base, para fazer valer os direitos do povo paulista”, comenta Bebel em suas redes sociais.

Em nome da Rosa

Candidata mais votada pelo Mato Grosso (MT), com mais de 124 mil votos, a ex-deputada federal professora Rosa Neide (PT) não foi reeleita pela regra do quociente eleitoral. Entretanto, sua votação expressiva demonstra o fruto da presença da ex-parlamentar junto à base. Rosa Neide articulou e liderou, com entidades da educação, a aprovação do Fundeb Permanente e defendeu a destinação de 70% do Fundo no pagamento de salários dos profissionais da educação. “Aqueles que quiseram nos derrotar tiveram muito trabalho”, reconheceu o presidente da CNTE, Heleno Araújo, explicando que a determinação da professora, envolvendo o trabalho no seu estado, no Sintepe/MT e a participação nos conselhos tiveram como resultado a ampla aprovação popular.

Rosa Neide também foi atuante no auge da pandemia de Covid-19. Como deputada federal, defendeu um retorno seguro às aulas, com vacina e segurança sanitária plena e trabalhou contra a demissão de profissionais da educação. Também aprovou a Lei de Conectividade, como autora, para garantir internet e equipamentos aos estudantes.



Foto: Clea Viana / Câmara dos Deputados

Dentre as atuações de destaque da ex-parlamentar, estão o empenho pelo cumprimento do Piso Salarial para os Profissionais da Educação; a apresentação de projeto de lei para valorizar a educação infantil, quilombola, indígena e do campo; a defesa do papel dos profissionais da educação no enfrentamento às violências contra crianças e adolescentes; a proposição de medidas de proteção e valorização de mulheres na educação (Maria da Penha nas Escolas). Rosa Neide também denunciou as interferências no Enem na gestão Bolsonaro, a exclusão decorrente da Reforma do Ensino Médio e trabalhou veementemente contra a Reforma Administrativa.

A secretária geral da CNTE, Fátima Silva, reverenciou a resistência

de todos que enfrentaram o governo Bolsonaro, como a professora Rosa Neide. “Esses são os companheiros e companheiras que representam os milhares de candidatos e candidatas trabalhadores da educação desse país que orgulhosamente nos representam”, afirmou.



Foto: Augusto Datuster

Heleno Araújo entrega troféu à ex-deputada em homenagem da CNTE

A luta permanente pela igualdade entre mulheres e homens

Romper com a desigualdade do poder nos sindicatos passa pela batalha cultural machista

A história do sindicalismo brasileiro sempre privilegiou a participação masculina nos espaços de poder e de decisão. A invisibilidade das mulheres, nas imagens e nas escritas históricas dos direitos conquistados pelos sindicatos, é fruto da desigualdade de gênero que existe na sociedade e foi reproduzida por muito tempo no movimento sindical. E ainda é, apesar dos avanços.

O estigma reservado à mulher no espaço privado, seja no papel de mãe, filha, esposa e dona de casa ainda persiste, em grande parte da sociedade e dos sindicalistas, como empecilho para as mulheres seguirem como protagonistas de suas próprias histórias, tanto na vida pessoal quanto no trabalho e no movimento sindical. A condição de mulher ainda é vista como um "problema" para elas avançarem em qualquer lugar que estejam. E essa cultura não é de hoje, nem está perto de acabar. Mesmo quando chegam em cargos de destaque dentro dos sindicatos, isso não diminui.

"Nós fomos ensinadas à submissão, e criadas com repressão. E quando você se destaca, começa a sofrer preconceitos. Muitas vezes a opressão do movimento sindical, na maioria das vezes a partir dos colegas homens, faz a gente se sentir fraca e incapaz, mas não é verdade. E isso afasta ou inviabiliza as mulheres no sindicato", destaca Izabel Cristina Alves Lins, que hoje ocupa a secretaria geral do Sindicato dos Trabalhadores em Educação Básica das Redes Públicas Estadual e Municipais do Estado do Maranhão (SINPROESEMMA).

Muitas vezes, as mulheres foram invisibilizadas nos espaços sindicais. E a participação feminina nos sindicatos sempre foi desafiadora. Elas sempre estiveram na luta por



Foto: Divulgação

Para Izabel Cristina, opressão do movimento sindical afasta mulheres de ocuparem esses espaços de luta

direitos e melhores condições de vida e no trabalho, e já estavam, por exemplo, na construção da primeira central sindical do país, em 1983, a Central Única dos Trabalhadores (CUT).

Desde antes da fundação da Central, as mulheres impulsionam a construção de relações mais igualitárias entre os sexos e de uma política de igualdade de gênero para ampliar suas políticas antidiscriminatórias e combater todas as formas de exclusão. E essa luta ainda é vista e ouvida por mulheres que resistem aos obstáculos e continuam suas vidas no movimento sindical.

A presidente do Sindicato dos Servidores Públicos em Educação no Amapá (Sinsepeap), Katia Cilene de Mendonça Almeida, conta que não foi fácil chegar onde está, nem se manter na posição de líder da entidade, principalmente por ser mulher e negra. Segundo ela, mesmo ocupando um cargo

de presidência, ainda se depara com o machismo de companheiros, mas o que a faz permanecer na luta são seus ideais.

“Nós sofremos com o machismo desde a infância; somos educadas a manter um padrão que a sociedade patriarcal impõe. Eu me tornei essa mulher que sou hoje, no movimento sindical, quando encontrei na CUT um espaço de formação e acolhimento”, diz Kátia. “O desafio que me propus foi o de luta pela minha categoria: a Educação. Por isso, sigo firme e em defesa dos meus ideais, de uma educação pública, gratuita, laica e socialmente referenciada pelos trabalhadores e trabalhadoras”, completa a presidente.

Resistir para mudar a realidade

Esse amor por permanecer na luta e no sindicato não é visto somente na história da Kátia; diversas outras sindicalistas do ramo também contam como é desafiador romper com o machismo estrutural, mesmo numa categoria em que a maioria é feminina.

De acordo com dados do Censo Escolar de 2020, além das mulheres representarem mais de 51% da população brasileira elas correspondem a 96% dos profissionais da Educação Infantil. No Ensino Fundamental I e II, representam, respectivamente, 88% e 67% dos docentes. No Ensino Médio, o percentual diminuiu para 58%, mas ainda assim são a maioria.

Mesmo em uma categoria majoritariamente de mulheres, a resistência, resiliência e a coragem das trabalhadoras são necessárias para se manter na estrutura sindical, que ainda não rompeu com os laços machistas e misóginos explícitos na sociedade. As trabalhadoras da educação ainda sentem a desigualdade na prática.

As dirigentes sindicais contam que ainda existem atitudes de falta de respeito às mulheres por sindicalistas do sexo masculino, violência psicológica e assédio – inclusive sexual – e pressão para demonstrar competência - nunca cobrada dos homens -, que chegam a provocar o afastamento de muitas delas da participação sindical.

“Nós compreendemos que é preciso garantir as condições necessárias para que, de fato, a igualdade de gênero aconteça no mundo do trabalho, e em todos os espaços de representação, inclusive nos sindicatos, principalmente os de educação, nos quais as mulheres geralmente são mais de 80% da categoria e precisam ter a sua representação legitimada”, ressalta a secretária de Relações de Gênero da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), Berenice D’Arc Jacinto.



Mesmo ocupando um cargo de presidência, Katia Cilene ainda se depara com o machismo de companheiros

Para ela, quanto mais representatividade feminina tiver o movimento sindical, maior será a possibilidade de trazer as bandeiras das mulheres. Porque a paridade política inclui a igualdade de condições de participação entre os sexos, por intermédio da superação de barreiras como a divisão sexual do trabalho, a cultura machista e o desequilíbrio na ocupação dos cargos. “O sindicato é a representação da categoria. E a representação da categoria da Educação é, em sua maioria, de mulheres. E os cargos de poder precisam ser ocupados por elas. Para nós, mulheres da educação, a representação nesses espaços também abre a perspectiva para representação dos espaços de poder na escola e na nossa Confederação”, ressalta Berenice.

Maria Izabel Azevedo Noronha (a Bebel), deputada estadual e presidente do Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (Apeoesp), filiado à CUT e a CNTE, concorda com Berenice. Ela afirma que ocupar os cargos de poder nos sindicatos da educação é justo, e que é preciso romper com o machismo e preconceito contra as mulheres que já ocupam esses lugares.

“Ao longo do tempo, pela nossa atuação constante, tivemos muitas conquistas, mas ainda persistem problemas. O machismo e, até mesmo, a misoginia se manifestam pontualmente, demonstrando que as conquistas das mulheres precisam ser permanentemente defendidas face ao machismo estrutural e à cultura patriarcal enraizados na sociedade. Ainda há, por parte de muitos homens, reações

negativas ao protagonismo das mulheres”, afirma Bebel. “Eu diria que o lugar da mulher é onde ela quer e precisa estar. Nossa presença, nesses cargos de poder, contribui para quebrar paradigmas e para combater o machismo e o patriarcalismo que perpassam nossa sociedade e, também, o movimento sindical”, completa a deputada.

Na opinião de Berenice, o fato de as mulheres representarem a maioria mostra como é importante que elas também se vejam representadas nesses espaços. “É fundamental que o Sindicato dos professores/as tenha sua representação de mulheres no comando, que possam ser presidentes, secretária geral ou de finanças, ou qualquer outra secretaria, para que esta desconstrução do machismo aconteça e que seja didático, para que a mudança continue acontecendo em outras gestões e nas futuras gerações”, completa a secretária da CNTE.

Não é tão simples mudar a realidade em que vivem as mulheres. O machismo estrutural ainda é visto e praticado dentro das estruturas sindicais. O Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Paraná (APP-Sindicato), por exemplo, tem mais de 75 anos de história e está agora em sua terceira presidente. Os homens, que têm menos de 10% na categoria, ainda continuam nos principais cargos da estrutura sindical. A atual presidente, Walkíria Olegário Mazeto, vê isso como um absurdo, mas diz que essa desigualdade se vê desde a direção da escola.



Foto: Divulgação

Para Bebel, a presença de mulheres nos cargos de poder contribui para quebrar paradigmas e combater o machismo

“Culturalmente, é construído na população de que o lugar de poder é um lugar masculino. E a gente vai vendo isso desde a direção da escola, desabafa Walkíria. “Se tiver um homem competindo à direção, ele sempre ganha, porque ele vai ser um bom diretor. Como se nós mulheres não tivéssemos a condição de fazer gestão das nossas escolas. E assim acontece no processo sindical”, ressalta.

Ela conta que, mesmo ocupando o espaço de poder, em vários momentos, tanto internamente, no sindicato, quanto em espaço de negociação com empresas e com o Judiciário, as mulheres, muitas vezes, ainda precisam ser respaldadas pela opinião dos colegas diretores homens.

“Estávamos num debate com o governo, e uma colega da APP apresentou uma proposta, que foi ignorada por várias vezes. No fim da reunião, um dirigente homem do nosso sindicato, colocou a mesma ideia da diretora, e o representante da mesa, de forma animada, disse que era uma boa ideia”, conta a presidente da APP. “Isso até tem nome, na cultura machista, é *mansplaining*, que vem do inglês, e quer dizer algo como explicação masculina. E se caracteriza como um ‘entenderam agora?’. Uma sutil maneira de calar uma mulher”, argumenta Walkíria. Ela explica que, dentro dos sindicatos, não existem essas formas de deslegitimar

Walkíria Olegário Mazeto acredita que mulheres precisam defender um projeto de superação do machismo estrutural



Foto: Divulgação

a posição das mulheres, mas os homens as interrompem para dizer o que já tinham dito, como se a explicação delas não fosse o suficiente.

A presidente da APP disse que um fato é a representação da categoria legítima, pois é de maioria de mulheres, outra coisa é quebrar esta teoria de que política é só para os homens, mas também afirma que é uma luta cotidiana. “Isso é uma desconstrução diária, que a gente precisa fazer. As mulheres precisam estar nos cargos de poder, mas também defender um projeto de superação do machismo estrutural. E precisam defender um projeto popular, porque senão vão reproduzir a opressão, machismo e tudo que a gente vive no dia a dia”.

“Temos o direito a sermos iguais, quando a nossa diferença nos inferioriza, e temos o direito a sermos diferentes, quando a nossa igualdade nos descaracteriza”, afirma a secretária de Finanças do Sindicato dos Professores do Distrito Federal (Sinpro-DF), Luciana Custódio, parafraseando Boaventura de Sousa Santos. “Daí, a necessidade de uma igualdade que reconheça as diferenças e de uma diferença que não produza, alimente ou reproduza, as desigualdades”, complementa. “Nós avançamos muito no sindicato, mas precisamos manter essa disputa por espaço de legitimidade da representatividade como um processo contínuo, até porque a ruptura do patriarcado faz parte desse processo e precisamos estar em constante processo de desconstrução”.



Para Séphora Freitas o combate ao machismo deve ser permanente, paciente e perseverante

A presidente do Sinproja, Séphora Freitas, defende que a luta precisa ser permanente. “Sempre que vamos discutir a composição da diretoria temos o cuidado de respeitar a paridade. Aqui as mulheres ocupam cargos importantes. Somos protagonistas na luta. Trabalhamos por garantia de espaço para as mulheres dentro e fora do sindicato. Inclusive conscientizemos os companheiros diretores no cotidiano. É preciso um trabalho paciente e perseverante. Essa luta vem acontecendo ao longo dos 30 anos do Sinproja. Ainda temos muito a conquistar e não vamos desistir”, avalia.

É uma mudança cultural e precisa de formação e acolhimento permanentes

Todas as sindicalistas são unânimes em afirmar que ter o coletivo de mulheres e as secretarias para cuidar dos temas específicos contribui muito para a mudança social, dentro e fora da entidade. Além disso, as dirigentes também apontam a importância da formação, e de outras ações, para estimular a presença das professoras nos sindicatos, para ampliar este debate feminino e feminista.

“Estimular os espaços de participação das mulheres em suas bases, como garantia de cota de gênero nas direções, conselhos e instâncias sindicais, formação político-sindical,

Luciana Custódio defende a necessidade de uma igualdade que reconheça as diferenças e de uma diferença que não alimente as desigualdades



específicas para as mulheres, tornam o ambiente sindical um espaço mais acolhedor para as companheiras”, afirma a presidente do Sinsepeap.

O que a grande maioria das sindicalistas fala é que as trabalhadoras precisam ter consciência da importância do sindicato para ampliar e garantir direitos. E uma ação importante é formação, trabalho de base e organização.

Já Luciana Custódio garante que essa realidade é muito importante para trazer esse território, de pertencimento e maior representatividade, como uma necessidade, mas que precisa ser contínuo para manter a disputa por espaço de legitimidade. Até porque a ruptura do patriarcado é histórica e precisa estar em constante processo de desconstrução. “Nós temos uma política muito voltada para o empoderamento das mulheres através de todas as secretarias do sindicato, mas com protagonismo da secretaria de mulheres. A gente trabalha numa perspectiva de formação política e de inserção dessas mulheres na vida política do dia a dia do sindicato. Inclusive, nos momentos de eleição, que temos que renovar 1/3 da diretoria, nós temos mais trabalho de trazer homens do que mulheres, porque nós temos muito mais mulheres preparadas para assumir”, afirma Luciana.

Kátia Almeida conta que, ao longo dos quatro anos que está na presidência o Sinsepeap, criou espaços de acolhimento e estímulo, para que as mulheres da categoria participem das assembleias, dos atos e da vida sindical. “Acredito que as direções sindicais do país precisam estimular os espaços de participação das mulheres, em suas bases, criar iniciativas políticas como: garantia de cota de gênero nas direções, conselhos e instâncias sindicais; formação político-sindical para as mulheres das categorias e, principalmente, tornar o ambiente sindical um espaço acolhedor para as companheiras”, explica a presidente.

O espaço mais acolhedor é fundamental para atrair a filiação em massa das mulheres, para que a composição dos quadros associativos dos sindicatos reflita a composição real das bases, garantindo, dessa forma, que as questões mais importantes sejam debatidas e incorporadas à atuação sindical.

“É necessário garantir a formalização, nos estatutos das entidades, dessa participação, assegurando cotas mínimas nas estruturas de poder”, ressalta Bebel. “O empoderamento das mulheres se dá também por meio da formação, que conscientize as mulheres e também os homens, sobre a



Foto: Divulgação CUT/DF

DESAFIOS

A professora Rosilene Corrêa atua como dirigente do Sinpro-DF há quase duas décadas e decidiu levar sua militância em defesa da educação pública para outro espaço de poder. Ela aceitou o desafio de se candidatar ao cargo de senadora do Distrito Federal, visitando apoiadores, ouvindo demandas e levando esperança de dias melhores. Apesar de não ter alcançado o Senado, conquistou 330 mil votos – um feito considerável diante da campanha duríssima que ousou enfrentar. Rosilene continua na direção do Sinpro/DF, na direção da CNTE e da CUT Nacional, e segue na resistência em defesa da educação pública.

importância da inclusão das temáticas femininas nas pautas dos sindicatos. No caso da Educação, essas temáticas são primordiais, considerando que somos a maioria na nossa categoria”, completa a presidente da Apeoesp.

E não é só por ser maioria na categoria que a mulher precisa ter mais espaço no movimento sindical. Segundo Izabel Cristina do SINPROESEMMA, sem a mulher o mundo fica bem mais sem graça. “Temos que lembrar que nós não só compomos a sociedade, como a sociedade precisa da gente. Então, estes obstáculos da maternidade, casamento, dona de casa, filha, irmã e sustentáculo da família, que acabam sendo nossa responsabilidade, não podem ser impedimento para participar. Pelo contrário, isso tudo é motivo de força e luta, porque estamos contribuindo com o futuro dos filhos para uma sociedade mais justa e igualitária. Nós somos mais da metade do mundo e mães da outra metade, a sociedade não existe sem nós”, destaca a secretária geral.

A vice-presidente do Sinproja, Séphora Freitas, defende que a luta precisa ser permanente. “Sempre que



Foto: Augusto Dauster

NOVA JORNADA

A Secretária de Combate ao Racismo da CNTE, Iêda Leal, é um exemplo de dedicação à luta em defesa da classe trabalhadora, da igualdade racial e pela educação de qualidade. Em 2023, ela assume a Secretaria de Gestão do Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial, pasta do Ministério da Igualdade Racial. Mais do que uma conquista, é um reconhecimento por toda sua trajetória na educação e na política!

vamos discutir a composição da diretoria temos o cuidado de respeitar a paridade. Aqui as mulheres ocupam cargos importantes. Somos protagonistas na luta. Trabalhamos por garantia de espaço para as mulheres dentro e fora do sindicato. Inclusive conscientizemos os companheiros diretores no cotidiano. É preciso um trabalho paciente e perseverante. Essa luta vem acontecendo ao longo dos 30 anos do Sinproja. Ainda temos muito a conquistar e não vamos desistir", avalia Séphora Freitas

Cotas, paridade e a luta pela desconstrução do machismo

A discussão da cota de 30% para cada sexo nas direções estaduais e nacional, conhecida como "cota de gênero", foi proposta pela Comissão Nacional sobre a Mulher Trabalhadora (CNMT), em 1993, e só foi aprovada depois de 15 anos, em 2008, o que já começou a abrir mais as portas do sindicato para elas. Com a palavra, a Assistente Social Didice Godinho Delgado – ex-dirigente sindical e primeira coordenadora da CNMT da CUT (1987-1993):

"Essa força política se deu a partir do anos 1970, quando houve uma entrada massiva de mulheres no mercado de trabalho, acompanhada de um crescimento substantivo do número de mulheres sindicalizadas e das pautas das mulheres trabalhadoras; como creches, licença maternidade, igualdade de salários, controle do uso do banheiro e fim das discriminações, entre outras", explica Didice.

A política de paridade de gênero nas entidades sindicais, iniciadas pela CUT em 2015, foi mais um dos meios no rumo à igualdade conquistada pelas mulheres, mas não foi o fim. As mulheres perceberam que elas conquistaram espaço na diretoria, mas não nos cargos de poder. Para se ter uma ideia, segundo Didice, na gestão CUTista de 2015-2019, com 44 cargos, foram criadas secretarias adjuntas em alguns casos e novas secretarias para encaixá-las. Além disso, apenas dois cargos de poder foram dados a elas.

Ela explica que a paridade política inclui a igualdade de condições de participação entre os sexos, com a superação de barreiras como a divisão sexual do trabalho, a cultura machista e o desequilíbrio na ocupação dos cargos.

"A aprovação da paridade, portanto, longe de ser uma medida isolada, é o resultado de um longo processo de construção de poder", explica a Assistente Social. "A obrigatoriedade de 50% da direção do sindicato ser feminina não é um desafio só de eleger mais mulheres, que já é muita coisa, mas passa também por uma mudança estrutural e cultural nos lares brasileiros", encerra Didice Delgado.

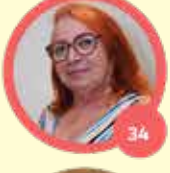
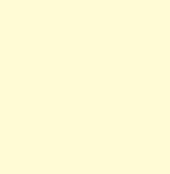
A CNTE foi entidade a que primeiro avançou nesse campo. Desde 2014, a metade dos membros da diretoria é formada por mulheres. E desde a gestão eleita em 2017, elas ocupam cargos de destaque, como a vice-presidência, secretaria de finanças e secretaria geral, além de dividirem, igualmente, os cargos com os homens.

Para a Secretária Geral da CNTE, Fátima Silva, apesar de as mulheres formarem 85% da categoria dos trabalhadores em educação, o que por si só, já legitimaria a maior participação nos espaços de decisão, a conquista da paridade na Confederação é resultado de anos de negociação. "Desde o início da organização dos trabalhadores na CPB que hoje é a CNTE, foi longo um processo para aprovar a cota de 30% e hoje conquistar a paridade. Isso significa uma divisão maior dos espaços de decisão e rumos da educação pública do país, tanto de professores como de funcionários de escola", destaca.

O SINDICALISMO É DELAS!

Elas são do Norte, do Sul, do Centro-Oeste, do Nordeste e do Sudeste, são negras, brancas, pardas, indígenas, são de todas as cores e de todos os cantos do país, com seus sotaques, seus regionalismos, mas uma coisa em comum as une: são trabalhadoras em educação com coragem de lutar pelo que acreditam. E todas elas vão à luta pela educação. Elas batalharam muito para ocupar os cargos mais altos na direção de seus sindicatos e na própria CNTE. A luta delas ainda está muito longe de acabar, porque apesar das conquistas, ainda precisam provar, dia a dia, que estão no lugar certo.





Norte

1. Ana Cristina Rodrigues (Presidenta / SINTEAM) - AM
2. Cláudio Mata Magalhães de Sales (Sec. Executiva / CNTE) - RO
3. Ivanéia de Souza Alves (Conselho Fiscal - Titular / CNTE) - AP
4. Josefa matos de Freitas (Diretora Geral / SINTER) - RR
5. Katia Cilene de Mendonça Almeida (Presidenta / SINSEPEAP e Sec. Executiva / CNTE) - AP
6. Lionilda Simão de Souza (Presidenta / SINTERO) - RO
7. Maria da Conceição Holanda Oliveira (Coordenadora Geral / SINTEPP) - PA
8. Rosana Souza do Nascimento (Presidenta / SINTEAC) - AC

Nordeste

9. Ana Cristina Fonseca Guilherme da Silva (Presidenta / SINDIUTE e Sec. Executiva / CNTE) - CE
10. Cybelle Lima (Sec. Geral / SINPMOL) - PE
11. Elenilda Ramos Lima (Presidenta / SIMMP) - BA
12. Elvira Rocha (Sec. Geral / SINTESE) - SE
13. Evanete Teles (Presidenta / SINDTEC) - BA
14. Gírlene Lázaro da Silva (Sec. Executiva / CNTE) - AL
15. Ivete Caetano de Oliveira (Presidenta / SINTEPE) - PE
16. Ivonete Alves Cruz Almeida (Sec. de Políticas Sociais / CNTE) - SE
17. Izabel Cristina Alves Lins (Sec. Geral / SINPROSEMMA) - MA
18. Jaqueline Dornelas (Coordenadora Geral / SIMPERE) - PE
19. Joseilda Vicente Lima Barboza (Conselho Fiscal - Suplente / CNTE) - PE
20. Maria Consuelo Correia (Presidenta / SINTEAL) - AL
21. Maria da Penha Matos Alencar (Tesouraria Geral / APEOC) - CE
22. Maria de Fátima Oliveira Cardoso (Coordenadora Geral / SINTE) - RN
23. Maria Léa Lima de Almeida (Conselho Fiscal - Suplente / CNTE) - PI
24. Maria Leônia Gomes de Lima (Conselho Fiscal - Titular / CNTE) - PB
25. Marilândia Alecrim dos Santos Vieira (Vice-Presidenta / SISE) - BA
26. Marta Longuinho (Sec. Geral / ASPROLF) - BA
27. Norma Suely da Silva Viana (Presidenta / SINTERPUM) - MA
28. Patrícia Oliveira Seixas (1ª Secretária / SINDIPEMA) - SE
29. Paulina Pereira Silva de Almeida (Presidenta / SINTE e Sec. Executiva / CNTE) - PI
30. Regina Bordalo Martins (Presidenta / SINDEDUCAÇÃO) - MA
31. Sara Gouveia de Farias (Presidenta / SINPC) - PE
32. Sara Santiago Gouveia (Presidenta / SISPEC) - BA
33. Sêphora Marinho de Freitas (Presidenta / SINPROJA) - PE
34. Soraya Maria Cordeiro de Sousa (Diretoria Executiva Adjunta / CNTE) - PB
35. Valéria Conceição da Silva (Sec. Executiva / CNTE) - PE

Centro-Oeste

36. Ana Maria de Oliveira (Sec. Geral / FETEMS) - MS
37. Berenice D'Arc Jacinto (Sec. de Relações de Gênero / CNTE) - DF
38. Deumires Moraes (Vice-presidenta / Fetems) - MS
39. Fátima Aparecida da Silva (Sec. Geral / CNTE e Vice-presidenta da IEAL) - MS
40. Guelda Cristina de Oliveira Andrade (Sec. de Assuntos Educacionais / CNTE) - MT
41. Iara Gutierrez Cuelar (Conselho Fiscal - Titular / CNTE) - MS
42. Iêda Leal de Souza (Sec. de Combate Ao Racismo / CNTE) - GO
43. Luciana Custódio (Sec. de Finanças / SINPRO) - DF
44. Maria Euzébia de Lima (Presidenta / SINTEGO) - GO
45. Miriam Botelho (Sec. Geral / SINTEP) - MT
46. Rosilene Corrêa Lima (Sec. de Finanças / CNTE) - DF
47. Rosy Franca Silva Oliveira (Vice-Presidenta / SINTET) - TO
48. Sueli Veiga Melo (Diretoria Executiva Adjunta / CNTE) - MS

Sudeste

49. Denise de Paula Romano (Presidenta / SIND-UTE) - MG
50. Doroty Keiko Sato (Sec. de Finanças / SINPEEM) - SP
51. Dorzília Vaz de Moraes Soares (Sec. de Organização / SINDIUPES) - ES
52. Francisca Pereira da Rocha Seixas (ec. de Saúde dos(as) Trab. em Educ. / CNTE) - RJ
53. Izabel Azevedo Noronha (Presidenta / APEOESP) - SP
54. Maria Aline Alves Lopes (Vice-Presidenta / AFUSE) - SP
55. Maria Eduarda Quiroga Pereira Fernandes (Diretoria Executiva Adjunta / CNTE) - RJ
56. Marilda de Abreu Araújo (Sec. de Organização / Secretária de Organização) - MG
57. Sueli Santana Correia (Presidenta / SINTEFRAMO) - SP

Sul

58. Carolina Sausen (Sec. de Finanças / APMI) - RS
59. Doris Regina Acosta Nogueira (Diretoria Executiva Adjunta / CNTE) - RS
60. Helenir Aguiar Schürer (Presidenta / CPERS) - RS
61. Ilone Moriggi (Sec. Geral / SINTE) - SC
62. Juliana Corrêa Moreira (Coordenadora Geral / SINPROSM) - RS
63. Karoline Miranda do Rosário (Presidenta / SISMMA) - PR
64. Marlei Fernandes de Carvalho (Vice-Presidenta / CNTE) - PR
65. Marta Vanelli (Sec. de Formação / CNTE) - SC
66. Priscila Guedes da Luz (Coordenadora Geral / SISMMA) - PR
67. Simone Riet Goulart (Vice-Presidenta / SINPROCAN) - RS
68. Suzane Teixeira Barros (Coordenadora Geral / SINTERG) - RS
69. Walkiria Olegário Mazeto (Presidenta / APP) - PR



Luciane Kozicz Reis Araujo

Mestre em Saúde Pública na ENSP/Fiocruz Brasília (2017). Especialista em “Grupanálise e Psicoterapia Analítica de Grupos” pelo Instituto de Pesquisa em Psicanálise e Psicopatologia de Brasília – IPePP-DF. Graduada em Psicologia pela Universidade de Brasília (UnB – 2008)). Pesquisadora do Cnpq e pesquisadora convidada do Núcleo de Trabalho, Psicanálise e Crítica Social da Universidade de Brasília -UnB.

Novas formas de trabalhar, novos modos de adoecer

Atenta ao desmonte da seguridade social e o trabalho decente que busca entender os novos contextos de trabalho na educação, a CNTE buscou a aplicação de uma pesquisa junto aos filiados para conhecer os impactos do trabalho remoto, exacerbados durante a pandemia da Covid-19, bem como os fatores ideológicos dos discursos ligados ao determinismo e neutralidade das tecnologias na saúde emocional dos trabalhadores em educação.

Na área da educação ficaram explícitas as desigualdades econômicas. As mulheres, que representaram 72% das participantes no estudo, foram as mais afetadas pelos impactos econômicos, sociais e sanitários da pandemia. Como as principais cuidadoras das famílias, cultural e socialmente, vistas como as principais responsáveis pelos cuidados de crianças, pessoas idosas, enfermas, são elas a grande maioria da mão-de-obra empregada nos serviços de cuidado e saúde.

Perfil dos participantes

Participaram da entrevista 679 trabalhadores em educação. A distribuição de filiados da CNTE indica os seguintes percentuais aproximados: Norte: 7,5%; Nordeste: 29,5%; Centro Oeste: 16%; Sudeste: 29%; Sul: 18%. Na pesquisa, a distribuição aproximada foi: Norte: 6,3%; Nordeste: 27%; Centro Oeste: 25,2%; Sudeste: 24,6%; Sul: 16,9%.

Dos participantes, 71,7% mulheres, 27,9% homens, 0,3% Queer/Não-Binário e 0,1% preferiram não responder. A idade média foi de 47 anos. O tempo médio de serviço na Secretaria de Educação foi de 16 anos, na escola 10 anos. O tempo médio de efetiva regência foi de 15 anos; 88% dos respondentes são professores e 78% desses atuam em sala de aula.

Nível de precaução e conhecimento acerca da pandemia Covid 19

Foi composta por três questões. Na primeira, eram apresentadas afirmativas relacionadas ao grau de preocupação de conhecimento sobre a pandemia da Covid 19. Mais de 90% dos respondentes sentiram medo, preocupação com a possibilidade de contrair Covid 19. Mais de 80% ficaram inseguros com a atuação dos Governos Estaduais/Distrital e Federal.

A segunda questão estava relacionada a vacinação e histórico de contaminação. 96% dos participantes já haviam recebido duas ou uma dose, a depender da vacina. 28% já tiveram um familiar diagnosticado ou tiveram sintomas da doença.

A terceira questão referia-se à preocupação com o retorno presencial às aulas. 84% sentiam-se preocupados em ser contaminados pela Covid 19 e transmitir a doença a pessoas próximas. Os principais itens que causavam essa preocupação eram: ausência de controle

sobre a desinfecção dos ambientes, impossibilidade de manter o distanciamento de 1,5m nas salas de aula e ausência de *dispenser* de álcool em gel 70% e má qualidade das poucas máscaras oferecidas.

Questões ambientais, tecnológicas e suporte para realização do trabalho

61% consideraram o espaço físico inadequado para realização de atividades. 86% dividiram o espaço de trabalho com mais pessoas e eram constantemente interrompidos. 73% trabalharam mais horas remotamente do que de forma presencial. 53% não possuíam equipamentos suficientes para a execução das tarefas e 80% não tiveram suporte técnico da Secretaria para solucionar eventuais dúvidas tecnológicas. 73% não possuíam ou tinham recursos tecnológicos inadequados. Os mais reclamados foram: impressora, webcam, tablet, microfone, aplicativo para captura e compartilhamento de imagens e recursos de videoconferência.

Danos físicos, psicológicos e sociais

O instrumento foi finalizado com a Escala de Danos Relacionados ao Trabalho (EDT), validada por Facas (2021). A Escala é composta por 23 itens que versam sobre danos físicos, psicológicos e sociais decorrentes do trabalho. Os danos psicológicos e físicos foram considerados graves. Mais de 150 respondentes já estavam em situação de adoecimento. Os danos psicológicos mais citados foram: tristeza, sensação de vazio e mau-humor. Os danos físicos eram: alterações no sono, dores no corpo e nas costas.

Os danos sociais apareceram como sinal de alerta, devido ao isolamento. Os mais frequentes foram: vontade de ficar sozinho, impaciência com as pessoas em geral e conflitos nas relações familiares.

Mens Sana

As novas formas de trabalhar impostas pela pandemia mundial da Covid 19 exacerbaram um cenário de crise econômica, desemprego e desregulamentação progressiva das relações de trabalho. No Brasil, ressaltaram-se as desigualdades sociais e dificuldades para a representação da classe trabalhadora e continuidade da luta sindical.

No que diz respeito à Educação, conforme a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), sabemos que a crise causada pela Covid-19 resultou no encerramento das aulas em escolas e em universidades, afetando mais de 90% dos estudantes do mundo (Unesco, 2020).

As instituições escolares têm sido desestabilizadas, como transmissão do saber ou como tradicional instância de controle social. O professor perdeu a legitimidade e autoridade depreciando sua significância social e existencial. O conhecimento e independência para elaborar aulas, a partir do processo investigativo e criativo vem sendo substituído por instrutores com competência técnica.

Retirado do espaço de discussão, mais regras burocráticas são criadas. Aqueles que se manifestam são culpabilizados por protestar, resistir e se opor. Nesses casos, os gestores atuam para neutralizar as falas, pois não cabe na lógica da organização.

Assim, várias patologias brotam no corpo ou em ato: abuso de drogas psiquiátricas, sentido de desvalorização de si, dissociações psíquicas, ruptura das redes de solidariedade, culpa, vergonha, fechamento sobre si.

Essa pesquisa não exaure todas as possibilidades de interpretar a realidade, mas fornece um guia importante.

Criar espaços de fala nos coletivos de trabalho vem sendo uma experiência exitosa nas reuniões de coordenação das escolas, que o Sindicato dos Professores do DF – Sinpro – realiza desde 2020. Por meio da Clínica do Trabalho abre-se a possibilidade para uma análise socio psíquica do trabalho, tendo como ponto de partida a organização para compreender as vivências subjetivas, dentre elas o prazer, o sofrimento, o processo saúde-adoecimento, os mecanismos de defesa e de mediação do sofrimento. (Mendes & Araujo 2012).

Colocar as palavras e dar corpo, voz, delinear proporcionando a possibilidade de ocorrer a simbolização e elaboração psíquica é a abertura para diferentes formas de advir, de escapar das teias do poder, de resistir a teoria dos iguais.

Nesse sentido, os sindicatos continuam como força social importante, com capacidade estratégica para elaborar, implementar e difundir uma agenda própria da categoria, expressando o pensamento, os interesses e os objetivos dos seus membros, incluindo não só as reivindicações, mas também seus projetos e o modo como encaram as relações sociais.

Teresa Leitão: do quadro-negro ao salão azul

A trajetória de uma sindicalista que saiu das salas de aula para chegar ao plenário do Senado

Eleita a primeira senadora da história de Pernambuco, com mais de 2 milhões de votos, a pedagoga Teresa Leitão ingressou na vida pública por intermédio do Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Pernambuco (Sintepe), de onde partiu para exercer cinco mandatos como deputada estadual, além de uma longa trajetória na Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), onde foi Secretária Geral e de Assuntos Educacionais em três gestões da entidade. Por isso, seria impossível fazer uma revista sobre mulheres e educação sem abrir um espaço especial para uma entrevista com ela.

Teresa começou no sindicato, quando ainda nem existia o sindicato em Pernambuco. Porque participou da unificação das associações de professores, orientadores e supervisores educacionais do estado, que deu origem ao Sintepe. E, de cara, foi eleita vice-presidente da nova entidade de classe. Primeiro, por aclamação, depois por votação direta. Mas sua história de luta no Sintepe, ao longo dos anos, ainda lhe rendeu a presidência da entidade, por três mandatos consecutivos. E um de seus atos foi conseguir um assento do Sintepe na mesa do Conselho Estadual de Educação, no qual ela participou, como representante eleita, e pode interferir nas discussões sobre os conteúdos programático e os projetos pedagógicos do estado. Conselho, aliás, em que o sindicato tem assento regular, até hoje.



Agora, já como senadora, Teresa Leitão fez questão de receber a equipe de reportagem da Revista *Mátria*, para uma entrevista, nas instalações da CNTE, onde fez a sua história se confundir com a da Confederação.

Revista *Mátria*: A experiência no sindicato ajudou em sua atuação na Assembleia Legislativa?

Teresa Leitão: Muito! No meu primeiro mandato, eu tive que cortar o cordão umbilical. Porque, depois de três mandatos como presidente, as pessoas se acostumam, né? Tudo era “Teresa”, “cadê Teresa?”, “no tempo de Teresa...”. Eu fazia muita pauta sindical que era de repercussão na Assembleia. Eu repercutia, ia para todas as atividades: assembleias, passeatas, acampamento. Eles, uma vez, acamparam, dormiram dentro da Assembleia para votar um negócio. E eu tive que comprar sanduíche para todo mundo. O presidente da Assembleia louco! E eu disse “pode ficar tranquilo, eu vou botar dois assessores lá e não vai acontecer nada demais”. Como de fato não aconteceu. Dormiram no plenário da Assembleia para abrir uma negociação. Nunca deixei de ter uma relação política importante. Projetos de Lei, emendas, audiências públicas... o Sindicato sempre contou comigo para tudo, nesses 20 anos.

RM: E quais são suas expectativas, agora no Senado? O que a senhora traz de bagagem que vai ajudar e o que pode ser diferente da Assembleia?

TL: Olha, diferente, eu acho que a própria configuração vai ser. E é, porque as tarefas do Senado são outras. Um senador ou uma senadora da República representa seu estado dentro da federação, então tem pautas temáticas, evidentemente, e eu quero continuar defendendo a pauta da educação, porque ela não é só um tema, é uma política estruturante, e eu quero defendê-la nessa dimensão. A pauta dos direitos das mulheres também.

É uma pauta que me foi trazida durante o mandato, que eu achava que o fato de eu ser mulher ia resolver e não resolve. E ao mesmo tempo a pauta da juventude, que eu achava que também viria por osmose, porque eu era professora e também me dava muito bem com os jovens, mas em pontos muito específicos. Esse tripé me acompanhou durante toda a minha trajetória de 20 anos de mandato, mas me debrucei muito sobre Economia Solidária também, pela relação com esse setor. Foi quando o governo Lula se elegeu. E eu tive a honra de me eleger no ano de Lula, em 2002. Então, a Economia Solidária foi trazida pela própria estrutura de um Ministério, e isso repercutiu muito. Então acho que isso vai me acompanhar, mas eu não vou representar uma categoria como eu representei lá, embora meu mote na campanha tenha sido “vai ter professor no Senado”. Mas sei que ser uma senadora da base do governo vai requerer muito mais habilidade do que ser de oposição. Nosso governo é um governo em disputa, que tem suas contradições, então é uma relação que a gente vai ter que construir com muito cuidado para avançar. A terra está arrasada, mas a gente não pode andar para trás.

RM: Quais são, na sua opinião, os desafios da educação hoje e que devem ser superados no Legislativo e no Executivo?

TL: Primeiro, é a discussão do Plano Nacional de Educação. O Plano tem uma carga de legitimidade muito grande, porque foi construído a partir de Conferências. Conferências municipais, conferências estaduais e a grande Conferência Nacional de Educação, com todos os setores da sociedade, sindicatos, organizações sociais, gestores, estudantes, representantes da iniciativa privada, todo mundo discutiu aquele plano, é um grande consenso. E foi engavetado por Bolsonaro. Foi no governo Dilma que ele foi sancionado, caminhou a passos muito lentos, mas Bolsonaro

colocou uma pá de cal. Eu ouvi o ministro falar desse plano uma vez, quero que ele fale mais, porque não é um novo plano que vai ser feito. A gente tem um plano que tem prazo de monitoramento que não foi cumprido. E de revisão, essa sim vai ser feita no próximo ano. Então, vai nascer um novo Plano, mas a partir desse. As metas, as diretrizes, as estratégias eu espero que continuem, porque o plano é bom. Acho que esse dialoga com o Legislativo e o Executivo. E na esteira do Plano tem o Sistema Nacional de Educação, que o Plano indicava e não avançou. Tem dois projetos, inclusive, no Senado, que retrocedem na nossa visão e na nossa concepção de sistema. A pauta do Piso Nacional é importantíssima, porque a Lei do Piso foi uma conquista, o parágrafo que define o Piso é pedagógico, milimetrado, e mesmo assim prefeitos e governadores sempre colocam dificuldade.

Tem lá, dormindo, uma proposta de lei que precisamos derrotar, que é o *homeschooling*, o ensino domiciliar. E a própria relação da educação

como educação pública. O novo Fundeb abriu uma portinha, e acho que o MEC tem que ficar muito esperto com relação a isso, porque começam conveniando determinados programas e, daqui a pouco, eles estão tomando conta de tudo, principalmente do pensamento. Houve uma modificação, ao longo do tempo, muito crucial; diretores de escola eram chamados de diretores de escola, aquele que dirige, aquele que coordena. Agora, nós somos chamados de gestores. Não é uma mudança só de semântica, não é uma simples troca de palavras, é porque a tese do gerenciamento, que quem faz é o gestor, ganhou força. Então eu acho que esse é um desafio muito grande. Como meus colegas do Senado vão enfrentar isso, eu não sei.

RM: Sobre educação inclusiva, essa sempre foi uma pauta da senhora. Teve uma mudança agora na Política Nacional da Educação Especial?

TL: Eu acho que a educação inclusiva não deve desprezar o atendimento especial. Agora, ela não pode apartar o estudante dos demais, como foi historicamente. Era sala de cegos, salas de pessoas com deficiência cognitiva, sala de surdos... eram as salinhas com o professor especial. Depois veio a figura do professor itinerante, um professor especializado em aulas para surdos ou cegos, e ele acompanhava esses estudantes na hora em que eles iam para a sala de aula regular, e davam algum suporte. Acabou o professor itinerante, aí os alunos eram incluídos, mas acabavam por ser excluídos



Teresa ajudou a levar o debate pela educação pública por três gestões de diretoria da CNTE

Foto: Arquivo CNTE

se não tivessem acompanhamento especial. Eu acho muito ruim essas escolas apartadas, que tem gente que defende, a comunidade surda principalmente. Mas acho que falta muita estrutura nas escolas para incluir todas as formas de inclusão. E além dessa questão das pessoas com deficiência, tem a dimensão inclusiva do ponto de vista social mesmo. As populações periféricas, as crianças que não têm pai, que não têm mãe... Como é que a gente faz uma escola que chegue a todos? Também precisamos da escola inclusiva nessa direção e é fundamental que isso seja observado.

RM: Tem também a questão da merenda escolar no combate à fome. A senhora concorda que nos últimos anos nós andamos para trás?

TL: Totalmente. E com esse congelamento do *per capita* da merenda... A merenda, sem sombra de dúvidas, em muitas comunidades é a única refeição nutritiva, saudável



Teresa Leitão entrou para a Direção da CNTE representando o SINTEPE - Pernambuco

Foto: Arquivo CNTE

para as crianças. É a maior e melhor refeição. Muitos chegam na escola sem tomar café. Então tem que ter uma atenção do ponto de vista da segurança alimentar. A merenda escolar tem que fazer parte da proposta de segurança alimentar.

RM: Falando sobre a questão da mulher na política, a senhora já foi vítima de violência política de gênero?

TL: Já. Primeiro que as pessoas dizem que eu sou “braba”. É sempre assim, ninguém diz que eu sou contundente. Se eu fosse homem, eu seria contundente. Também porque eu vim do sindicato e quem vem do sindicato sofre um certo preconceito. Eu acho que os preconceitos cresceram muito durante o governo Bolsonaro, a partir dele próprio e com os seus adeptos. Sempre se descobre algo nas mulheres que entram na política para desacreditar a sua atuação. Eu senti agora na campanha, por exemplo, uma coisa que eu jamais tinha sentido na minha vida, porque eu não vi os anos passarem: preconceito etário. Eu não vi os anos passarem, realmente eu não vi, porque quem trabalha muito não vê. Eu entrei aqui na CNTE, parece que foi ontem que eu estava aqui, com a mesma vontade de trabalhar, com a mesma pose, o povo diz: “menina, onde é que tu buscas tanta energia?”. Eu digo de quem trabalha, de quem tem uma causa, se reenergiza muito, mas agora, na campanha, a própria adversária, Marília Arraes, usou isso. Quer dizer, usou publicamente porque botou uma foto minha como uma velha

mesmo, uma caricatura, e dizia nos bastidores, aí eu pergunto, “bom e Lula com 76 anos, não é idoso não?”.

RM: Está muito aquém o tamanho dos desafios para garantir mais espaço às mulheres na política?

TL: Está muito aquém! E é isso o que Lula está fazendo, de priorizar mulheres em Ministério, em Pastas importantes. Porque quando você chega, por exemplo, para discutir, também. Eu passei 20 anos na Assembleia Legislativa, a cada dois anos se renovam presidências de Comissão, então eu passei por 10 renovações de Comissões, só uma vez a Comissão de Constituição e Justiça foi presidida por uma mulher, que é inclusive a atual governadora. A Comissão de Finanças nunca foi presidida por uma mulher nesses 20 anos. Agora, vá para a Comissão de Educação, Saúde, Políticas Sociais, isso é coisa de mulher. Agora Finanças, Administração, Constitucionalidade, não, isso não é coisa de mulher. Mulheres podem ocasionalmente opinar.

Então, eu acho que é sem volta, esse caminho a gente conquistou, a duras penas e, quando uma chega, tem que ter essa consciência, como diz Michelle Bachelet, quando muitas mulheres entram na política, muda a política. E, se a mulher quiser, ela também muda na política, ela própria. Se ela não estiver ali só por um passatempo, ela muda, ela se autotransforma. Porque a política é um território muito árido.

RM: E a senhora mudou também?

TL: Muito, muito, muito, por conta desse tipo de relação. Eu comecei minha vida profissional



Em 2001, como Secretária de Assuntos Educacionais, Teresa Leitaô apresentou a revista *Retratos da Escola*, em entrevista coletiva, em Brasília

trabalhando com crianças, era um romantismo e uma ingenuidade muito grande. Então, eu acho que o desafio dessa convivência, para nós mulheres, é muito difícil. Você tem que endurecer muitas vezes, sem perder a ternura, e sabendo que você não se representa. Se a mulher não tiver atenção para todas aquelas que vieram antes de si e abrir caminho para as que virão depois. Quando eu estava muito agoniada, eu ficava me lembrando de Adalgiza Cavalcante, a primeira mulher que assumiu uma vaga na Assembleia Legislativa, e foi cassada pela ditadura de Vargas. Ela era do PCB, ela era comunista. A primeira mulher foi comunista! Passados ao anos, a primeira senadora foi uma professora, a primeira senadora da República foi uma professora, eu estou estudando a vida dela para falar no meu primeiro pronunciamento.



BANCADA FEMININA AUMENTA 11% NA CÂMARA E SE MANTÉM NO SENADO



Foto: Edilson Rodrigues / Agência Senado

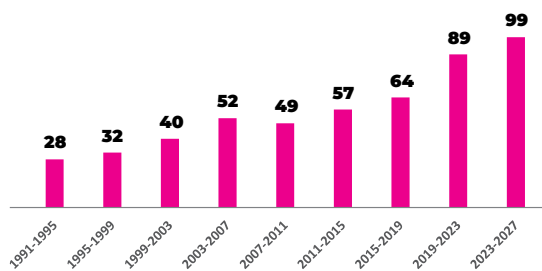
A 57ª Legislatura (2023-2027) vai reunir a maior bancada feminina já eleita para a Câmara Federal. As 86 deputadas que tomarão posse em fevereiro, representam aumento de 11,69% em relação às 77 cadeiras ocupadas atualmente por mulheres. Trata-se, pois, de crescimento importante. Mas ainda insuficiente para equilibrar a participação de homens e mulheres no exercício da função pública de legislar e fiscalizar em nome do povo brasileiro.

Esse percentual de crescimento, vem sendo registrado nas últimas legislaturas e apresenta discreta aceleração. Se, em 2014, quando foram eleitas 51 deputadas, o percentual de aumento atingiu 10%, em comparação com a bancada de 45 deputadas eleitas em 2010, o índice de 15% alcançado na eleição de 2018 sinaliza cenário mais otimista. De modo que o Brasil avance no ranking de participação de mulheres no Parlamento. Contudo, ainda estamos muito abaixo da média na América Latina, que gira em torno de 30%.

Mas as expectativas de crescimento foram frustradas nessas eleições, pois o percentual de 11,69% foi menor que o obtido nas eleições de 2018, que foi de 15%. No Senado, a representação feminina será de 13 senadoras, quantidade se iguala ao da bancada eleita em 2018, composta por 12 senadoras.

O Senado poderá sofrer baixas na composição feminina. Após o processo eleitoral, há a possibilidade de retorno dos titulares que se licenciaram para concorrer a outros cargos eletivos ou até mesmo aqueles que ocupavam cargos no Poder Executivo.

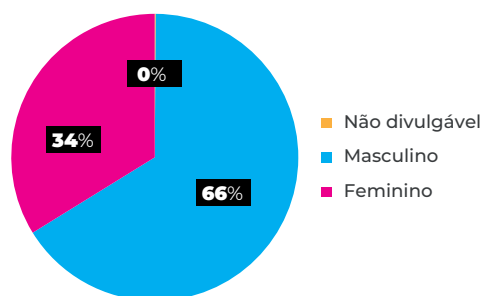
HISTÓRICO DA BANCADA FEMININA



O crescimento, ainda muito tímido, da participação das mulheres no processo eleitoral está relacionado às exigências legais. Desde 1997, os partidos são obrigados a destinar 30% das vagas para as mulheres. Porém, interpretação equivocada das agremiações afirmava que bastava apenas reservar as vagas. O imbróglio foi solucionado em 2014 e os partidos ficaram obrigados a garantir as vagas nas nominatas partidárias apresentadas aos eleitores.

De acordo com o TSE (Tribunal Superior Eleitoral), estiveram aptos a votar 156.454.011 eleitores. Destes, 53%, ou 82.373.164 são mulheres. Apesar de serem maioria de votantes, nas urnas essa relação não se configura. Em 2022, foram 26.456 candidaturas aptas para todos os cargos em disputa. Todavia, apenas 9.892, ou 34% dos registros eram de mulheres.

CANDIDATOS APTOS POR GÊNERO



Outro incentivo para que os partidos garantissem o número e a efetiva participação das mulheres, como candidatas aos cargos eletivos em disputa, foi a determinação da EC (Emenda à Constituição) 111, promulgada pelo Congresso em 2021, que prescreveu que os votos em mulheres e negros para a Câmara dos Deputados seriam contabilizados em dobro.

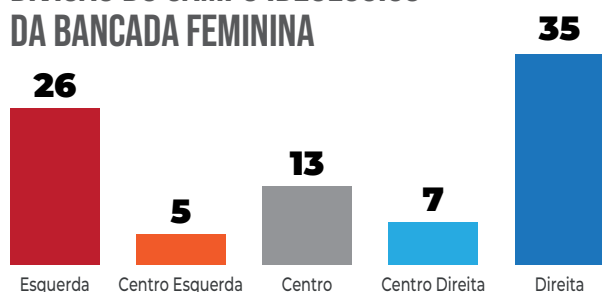
Essa contagem foi utilizada como referência para distribuição do FEFC (Fundo Especial de Financiamento de Campanha). O dobro dos votos como incentivo será garantido em mais 2 eleições gerais, respectivamente, nos pleitos de 2026 e 2030.

DIVISÃO IDEOLÓGICA

Assim como a composição do Congresso Nacional, a representação das mulheres no Poder Legislativo trás maioria, com espectro ideológico, de direita e centro direita. Cerca de 63% da bancada feminina está em partidos de centro direita ou de direita. A esquerda e centro esquerda, de acordo com a composição partidária, segue com cerca de 36% da composição da bancada.

No aspecto das profissões, a bancada conta com 15 representante do segmento empresarial, e 7 mulheres são da área da segurança; 5 são membros da bancada feminina são ruralistas, e 15 compõem, também, a bancada evangélica.

DIVISÃO DO CAMPO IDEOLÓGICO DA BANCADA FEMININA



ATUAÇÃO ORGANIZADA

Tanto na Câmara dos Deputados quanto no Senado Federal, a bancada feminina atua de forma organizada.

Desde 2009, existe, na estrutura da Câmara, a Procuradoria da Mulher. Dois anos depois, em 2013, foi criada a Secretaria da Mulher e também a Coordenadoria dos Direitos da Mulher, que representa a bancada feminina, composta por todas as parlamentares mulheres.

Dentre os avanços a partir da criação dessas instâncias, destaca-se a presença da Coordenadora dos Direitos da Mulher (eleita pela bancada feminina) nas reuniões do Colégio de Líderes, com voz e voto, e o direito a fazer uso do horário de liderança nas sessões plenárias – passo muito importante para a representação feminina na Câmara dos Deputados.

Entre os principais pleitos da bancada feminina, podemos citar: o combate à violência contra as mulheres, com ampliação da rede de proteção prevista na Lei Maria

da Penha; o incremento da representação das mulheres nas instâncias decisórias, e a reforma política com paridade entre os gêneros.

A descriminalização do aborto ainda é um ponto polêmico entre as mulheres congressistas. O assunto divide a representação das parlamentares nas Casas legislativas e deve ficar fora de pautas apoiadas pela bancada feminina na Câmara e no Senado Federal.

CÂMARA DOS DEPUTADOS

As 86 mulheres que farão parte da 57ª Legislatura representam 23 unidades federativas. Apenas 4 estados não elegeram mulheres: Alagoas, Amazonas, Paraíba e Tocantins. As novatas são maioria entre as mulheres, 51. As outras 35 deputadas que completam a bancada feminina compõem a atual legislatura e foram reeleitas.

NÃO VOLTAM

Não estarão de volta à Câmara em 2023, 31 deputadas que se candidataram à reeleição e não lograram êxito: Jéssica Sales (MDB-AC), Perpétua Almeida (PCdoB-AC), Tereza Nelma (PSD-AL), Aline Gurgel (Republicanos-AP), Leda Sadala (PP-AP), Professora Marcivania (PCdoB-AP) e Lauriete (PR-ES). Foram candidatas ao Senado e vão assumir o mandato: Tereza Cristina (PP-MS) e a Professora Dorinha Seabra Rezende (União-TO). Também concorreram à vaga no Senado, mas não tiveram a mesma sorte nas urnas, as deputadas: Dr^a Vanda Milani (Pros-AC), Flávia Arruda (PL-DF), Aline Sleutjes (Pros-PR), Clarissa Garotinho (União Brasil-RJ), Jaqueline Cassol (PP-RO) e Mariana Carvalho (Republicanos-RO).

Disputaram vaga nas câmaras legislativas e distrital (DF) dos respectivos estados e foram eleitas deputadas: Fátima Nunes (PT-BA), Bruna Furlan (PSDB-SP) e Paula Belmonte (Cidadania-DF). Se candidataram ao governo e não obtiveram êxito Mara Rocha (MDB-AC), Marília Arraes (Solidariedade-PE) e Rose Modesto (União-MS). A deputada Celina Leão (PP-DF) foi eleita vice-governadora na chapa de Ibaneis Rocha (MDB); e Iracema Portela (PP-PI), que também se candidatou ao cargo de vice-governadora e não se elegeu.

A deputada Liziane Bayer (Republicanos-RS) é a 1ª suplente do ex-vice-presidente e senador eleito em 2022, Hamilton Mourão (Republicanos-RS), portanto não volta à Câmara. Assim como as deputadas Geovânia de Sá (PSDB-SC) e Joice Hasselmann (PSDB-SP), que concorreram à reeleição e os votos recebidos não foram suficientes para se reelegerem, ficando apenas na suplência.

Não concorreram a nenhuma vaga as deputadas: Tia Eron (Republicanos-BA), Áurea Carolina (PSol-MG), Edna Henrique (Republicanos-PB) e Shéridan (PSDB-RR). A deputada Flordelis (Sem Partido-RJ), foi cassada por ser acusada e condenada como a responsável pela morte do marido. Ela perdeu os direitos políticos.

CAMPEÃS DE VOTOS

Algumas mulheres foram campeãs de votos nos respectivos estados, sendo que 4 atingiram o quociente eleitoral. Apenas 9 deputadas conseguiram eleger-se com os próprios votos. Conquistaram esta condição, as novas deputadas: Silvye Alves da Silva (União Brasil-GO), com 254.653 votos, e Erica Clarissa Borba Cordeiro de Moura (PP-PE), que obteve 240.511. E as reeleitas Bia Kicis (PL-DF), com 214.733 votos, Gleisi Hoffmann (PT-PR), que recebeu 261.247 sufrágios, Daniela Moté de Souza Carneiro (União Brasil-RJ), conquistou 213.706 votos, Talíria Petrone (PSol-RJ) com 198.548 votos, Fernanda Melchionna (PSol-RS), foi eleita com 199.894 votos, Carla Zambelli (PL-SP), teve 946.244 votos, e Tabata Amaral (PSB-SP), que obteve o apoio de 337.873 eleitores.

PARENTESCO

Característica da bancada feminina repetiu-se na eleição de 2018 e persistiu nas eleições de 2022: o sufrágio de mulheres que possuem parentesco com os chamados políticos tradicionais.

Pelo menos 30 deputadas fazem parte da bancada de parentes. Dentre essas, se destacam alguns nomes como a parlamentar Marília Arraes (Solidariedade-PE), neta do ex-governador Miguel Arraes e também prima do ex-governador Eduardo Campos, candidatou-se ao governo e não logrou êxito. Em contrapartida, o estado elegeu a irmã dela, Maria Arraes (Solidariedade). Em

Goiás, se realça a eleição da deputada Delegada Adriana Accorsi (PT), filha do professor e ex-prefeito de Goiânia, Darci Accorsi, que foi do PT.

No Acre, o nome relevante é Antônia Lúcia (Republicanos), esposa do deputado Silas Câmara (Republicanos-AM).

Volta à Casa também a deputada Roseana Sarney (MDB-MA), filha do ex-presidente da República, José Sarney, e irmã do ex-deputado federal, Sarney Filho. No Piauí, foi reeleita a deputada Rejane Dias (PT), casada com o ex-governador Wellington Dias, e eleito senador em 2022. No Rio de Janeiro, foi eleita Dani Cunha (União Brasil), filha do ex-deputado Eduardo Cunha. Em São Paulo, se destacam a eleição de Rosângela Moro (União Brasil), esposa do senador eleito em 2022, Sérgio Moro (União Brasil-PR).

Entre as atuais deputadas, se destacam alguns nomes que renovaram os mandatos: Daniela do Waguiinho (MDB-RJ), mulher do prefeito de Belford Roxo. Ela exerceu o cargo de secretária municipal de Assistência Social e Cidadania. Outra que renovou o mandato para ocupar vaga na Câmara dos Deputados, com sobrenome tradicional na política, é Luisa Canziani (PSD-PR), filha do ex-deputado federal, Alex Canziani.

NOVATAS, MAS EXPERIENTES

No grupo de 51 deputadas novatas, 40 mulheres acumulam experiência política por já terem exercido cargos eletivos no Legislativo ou Executivo, a deputada Roseana Sarney (MDB-MA), que foi governadora e vice-governadora do Maranhão, e também ocupou acento de senadora e agora retorna à Câmara dos Deputados.

Em levantamento preliminar do Diap, foram identificadas as seguintes parlamentares: Meire Serafim (União Brasil-AC), deputada estadual Socorro Neri (PP-AC), secretária de Educação, Cultura e Esportes do Acre, que foi prefeita e vice-prefeita Rio Branco; Professora Goreth (PDT-AP), secretária de Educação do Amapá; Sílvia Waiãpi (PL-AP), secretária de Saúde Indígena do Ministério da Saúde e conselheira Nacional de Promoção da Igualdade Racial; Roberta Roma (PL-BA), deputada estadual; Rogéria Santos (Republicanos-BA), vereadora de Salvador; Fernanda Pessoa (União Brasil-CE), deputado

estadual; Jack Rocha (PT-ES), concorreu ao cargo de governadora do ES, e foi gerente de Economia Solidária e Microcrédito do governo estadual na gestão de Paulo Hartung, é presidente estadual do PT; Delegada Adriana Accorsi (PT-GO), deputada estadual; Lêda Borges (PSDB-GO), ex-prefeita e deputada estadual; Amanda Gentil (PP-MA), secretária do governo de Caxias; Detinha (PL-MA), secretária de Assistência Social do município de Maranhãozinho, deputado estadual do Maranhão e prefeita de Centro do Guilherme.

O Diap mapeou também as deputadas: Ana Paula Junqueira Leão (PP-MG), suplente de deputada federal e secretária de Governo e Comunicação; Ana Pimentel (PT-MG), foi secretária de Saúde da Prefeitura de Juiz de Fora; Delegada Ione Barbosa (Avante-MG), se candidatou à Prefeitura de Juiz de Fora sem sucesso; Nely Aquino (Podemos-MG), vereadora e ex-suplente de deputado estadual; Rosângela Reis (PL-MG), deputada estadual e ex-vereadora; Camila Jara (PT-MS), vereadora; Andreia Siqueira (MDB-PA), secretária de Assistência Social da Prefeitura de Tucuruí, presidente municipal do MDB na cidade; Dilvanda Faro (PT-PA), deputada estadual; Renilce Nicodemos (MDB-PA), deputada estadual; Clarissa Tércio (PP-PE), deputada estadual; Maria Arraes (Solidariedade-PE), ex-vereadora; Carol Dartora (PT-PR), vereadora; Laura Carneiro (PSD-RJ), vereadora; Cristiane Lopes (União Brasil-RO), ex-vereadora, exerceu cargo em comissão de secretária de deputado, perdeu a disputa da prefeitura no 2º Turno; Any Ortiz (Cidadania-RS), foi vereadora de Porto Alegre e é deputada estadual.

Ainda há as congressistas: Daiana Santos (PCdoB-RS), vereadora; Denise Pessôa (PT-RS), vereadora de Caxias do Sul; Franciane Bayer (Republicanos-RS), deputada estadual, foi 2ª vice-presidente da Assembleia Legislativa em 2020 e procuradora da Mulher e membro da Mesa Diretora da Casa; Daniela Reinehr (PL-SC), vice-governadora de Santa Catarina; Julia Zanatta (PL-SC), foi candidata à Prefeitura de Criciúma e coordenadora Regional Sul da Embratur; Delegada Katarina (PSD-SE), vice-prefeita; Yandra de André (União Brasil-SE), deputada estadual; Juliana Cardoso (PT-SP), vereadora de São Paulo; Marina Silva (Rede-SP), ex-ministra e ex-senadora; e Simone Marqueto (MDB-SP), prefeita de Itapetininga, pelo então PMDB.

PRIMEIRAS DEPUTADAS TRANS

Completam a lista de novatas, mas experientes, as deputadas Duda Salabert (PDT-MG) e Erika Hilton (PSol-SP), ao serem eleitas as primeiras trans a ocupar acentos na Câmara Federal. Elas entram para a história na eleição de 2022. Ambas exerciam mandatos de vereadoras nas capitais dos respectivos estados.

ESTREANTES

Entre as novas deputadas, há estreantes na política e na vida pública. O Diap levantou o nome das seguintes deputadas: Sonize Barbosa (PL-AP); Ivoneide Caetano (PT-BA), Silvye Alves (União Brasil-GO), Célia Xakriabá (PSol-MG), Amália Barros (PL-MT), Coronel Fernanda (PL-MT, Dra. Alessandra Haber (MDB-PA), Dani Cunha (União Brasil-RJ), Helena da Asatur (MDB-RR), Rosângela Moro (União Brasil-SP) e Sônia Guajajara (PSol-SP)

Essas 11 deputadas nunca exerceram cargos eletivos. No grupo de neófitas, o destaque fica para a primeira indígena eleita: Célia Xakriabá (PSol-MG) é professora ativista, a luta dela se centra na reestruturação do sistema educacional, no apoio às mulheres e à juventude entre os Xakriabá; e na mudança das fronteiras geográficas para manter o território da tribo. Em 2022, tornou-se a primeira mulher indígena a ser eleita deputada federal por Minas Gerais. A novata pode se juntar à deputada Joênia Batista de Carvalho (Rede-RR), conhecida como Joênia Wapichana, na pauta em defesa dos povos indígenas.

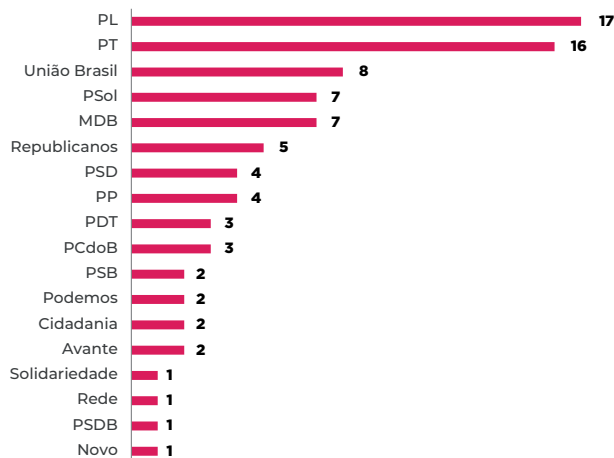
PROPORCIONALIDADE REGIONAL E PARTIDÁRIA

Os estados com as maiores bancadas foram as que elegeram mais mulheres: São Paulo elegeu 14 mulheres, Rio de Janeiro e Minas Gerais, 9 deputadas, cada. No Rio Grande do Sul, lograram êxito 6 congressistas. Contudo, em escalas proporcionais, as unidades federativas com maior representação feminina são o Acre e o Amapá, que têm 8 vagas e elegeram 3 deputadas cada. Os demais estados ficaram assim distribuídos: Bahia, Goiás e Pará têm 5 representantes cada; Paraná e Santa Catarina (4); Maranhão (3); Ceará, Distrito Federal, Mato Grosso, Pernambuco, Rondônia e Sergipe (2) cada; Espírito Santo, Mato Grosso do Sul, Piauí, Rio Grande do Norte e

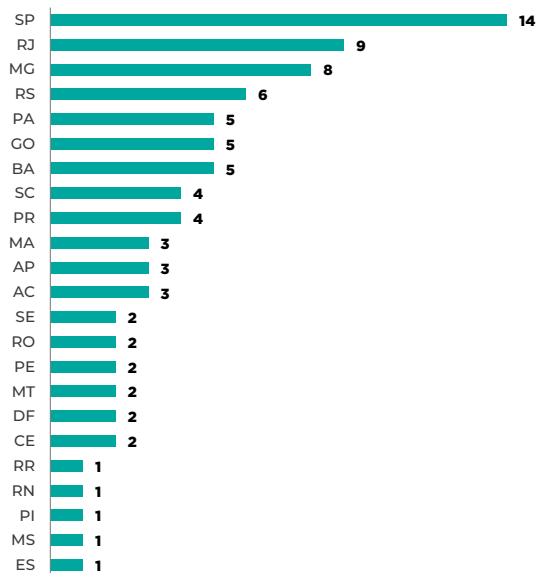
Roraima elegeram 1 cada. Alagoas, Amazonas, Paraíba e Tocantins não elegeram representantes.

A distribuição das mulheres eleitas, segundo a proporcionalidade partidária, a partir de 2023, será a seguinte: PL (17), é a maior bancada, seguida do PT (16); União Brasil (8); MDB e PSol (7), Republicanos (5); PP e PSD (4); PCdoB e PDT (3); Avante, Cidadania, Podemos e PSB (2); Novo, PSDB, Rede e Solidariedade (1).

DEPUTADAS FEDERAIS POR PARTIDO



DEPUTADAS FEDERAIS POR ESTADO



SENADO FEDERAL

No Senado, houve leve crescimento na representação em comparação com a bancada eleita em 2018 (12) e se iguala à eleição de 2014 (13). No pleito de 2018, foram eleitas apenas 7 novas senadoras que, somadas às 5 parlamentares cujos mandatos se encerram em 2023, totalizando 12 senadoras. Em 2022, apenas 4 novas senadoras foram escolhidas pelos eleitores, e 9 já ocupam assento na Casa. Cabe ressaltar, que as eleições de 2022 renovam apenas 1/3 da composição da Casa, ou seja, 27 cadeiras em disputa.

As 4 novas senadoras que tomarão posse em 2023 são: Damares Alves (Republicanos-DF), ex-ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos no governo Bolsonaro; Tereza Cristina (Progressistas-MS), foi deputada federal, ministra da Agricultura, Pecuária e Abastecimento entre 2019 e 2022; Tereza Leitão (PT-PE), deputada estadual; e Professora Dorinha (União Brasil-TO), foi deputada federal.

Completam a lista, as senadoras Maria das Vitórias (PSD-AC), suplente do senador Sérgio Petecão (PSD-AC), estava licenciado, se candidatou ao cargo de governador do Acre, mas não foi eleito; Leila Barros (PDT-DF), Eliziane Gama (Cidadania-MA), Soraya Thronicke (União Brasil-MS), Daniella Ribeiro (PSD-PB), Eliane Nogueira (PP-PI), 1ª Suplente do senador Ciro Nogueira (PP-PI), que licenciou-se do cargo para assumir a chefia da Casa Civil no governo do presidente Jair Bolsonaro (PL); Zenaide Maia (Pros-RN); Ivete da Silveira (MDB-SC), 1ª Suplente do senador Jorginho Mello (PL-SC), eleito governador de Santa Catarina; e Mara Gabrilli (PSDB-SP), que foi candidata à vice-presidente na chapa da então senadora Simone Tabet (MDB-MS).

A distribuição das mulheres no Senado Federal, segundo a proporcionalidade partidária, a partir de 2023, será a seguinte: PSD e União Brasil, 2 cada; e todas as demais agremiações terão 1 senadora cada: Cidadania, MDB, PDT, PP, Progressista, Pros, PSDB, PT e Republicanos.

SENADORAS POR PARTIDO



BAIXAS

Entre as senadoras cujos mandatos terminam em 2023, 2 não conseguiram se reeleger: Rose de Freitas (MDB-ES) e Kátia Abreu (PP-TO). A senadora Mailza Gomes (PP-AC), foi eleita vice-governadora na chapa de Gladson Cameli (PP-AC).

A senadora Simone Tebet (MDB-MS), se candidatou ao cargo de presidente da República e não teve êxito, mas assume o Ministério do Planejamento no governo Lula. A juíza Selma Arruda (Podemos-MT) teve o mandato cassado pelo TSE em 2019, por abuso de poder econômico e captação ilícita de recursos durante a campanha de 2018. A senadora Maria do Carmo Alves (PP-SE) não disputou nenhum cargo na eleição de 2022.

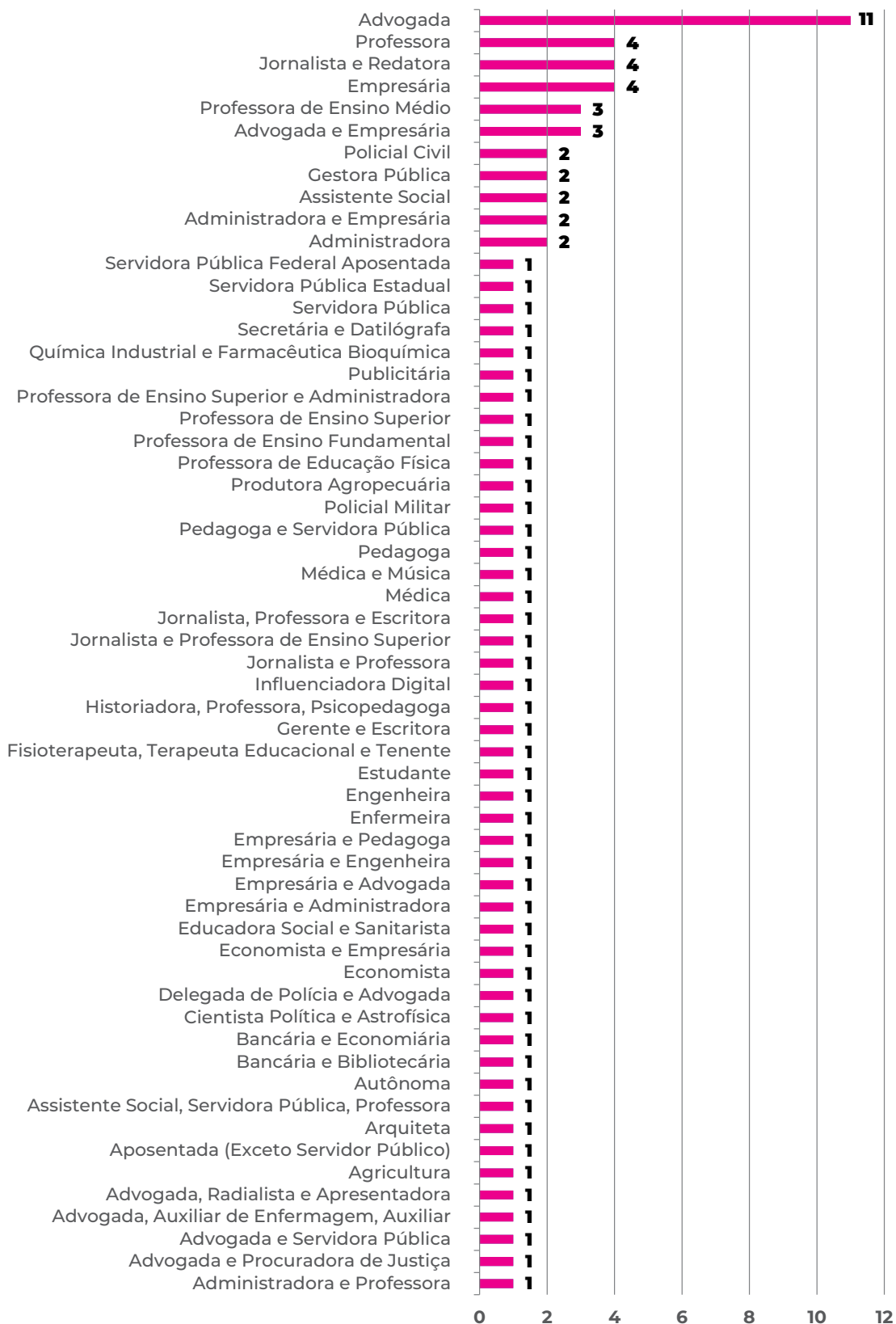
SENADORES	PARTIDO	UF	MANDATO
Maria das Vitórias*	PSD	AC	2019-2027
Leila Barros	PDT	DF	2019-2027
Damarens Alves	Republicanos	DF	2023-2030
Eliziane Gama	Cidadania	MA	2019-2027
Tereza Cristina	Progressistas	MS	2023-2030
Soraya Thronicke	União	MS	2019-2027
Daniella Ribeiro	PSD	PB	2019-2027
Tereza Leitão	PT	PE	2023-2030
Eliane Nogueira*	PP	PI	2019-2027
Zenaide Maia	Pros	RN	2019-2027
Ivete da Silveira	MDB	SC	2019-2027
Mara Gabrilli	PSDB	SP	2019-2027
Professora Dorinha	União	TO	2023-2030

(*) suplentes no exercício do mandato.

Senadoras da Bancada Feminina

RÓTULOS DE LINHA	CIDADANIA	MDB	PDT	PP	PROGRESSISTAS	PROS	PSD	PSDB	PT	REPUBLICANOS	UNIÃO	TOTAL GERAL
AC							1					1
DF			1							1		2
MA	1											1
MS					1						1	2
PB							1					1
PE									1			1
PI				1								1
RN						1						1
SC		1										1
SP								1				1
TO											1	1
Total Geral	1	1	1	1	1	1	2	1	1	1	2	13

PROFISSÕES DAS DEPUTADAS FEDERAIS



Deputadas Federais 2023 / 2027

DEPUTADOS FEDERAIS	PARTIDO	UF
Antônia Lúcia	Republicanos	AC
Meire Serafim	União Brasil	AC
Socorro Neri	PP	AC
Professora Goreth	PDT	AP
Silvia Waiãpi	PL	AP
Sonize Barbosa	PL	AP
Alice Portugal	PCdoB	BA
Ivoneide Caetano	PT	BA
Lídice da Mata	PSB	BA
Roberta Roma	PL	BA
Rogéria Santos	Republicanos	BA
Fernanda Pessoa	União Brasil	CE
Luizianne Lins	PT	CE
Bia Kicis	PL	DF
Erika Kokay	PT	DF
Jack Rocha	PT	ES
Delegada Adriana Accorsi	PT	GO
Flávia Moraes	PDT	GO
Lêda Borges	PSDB	GO
Magda Mofatto	PL	GO
Silvye Alves	União Brasil	GO
Amanda Gentil	PP	MA
Detinha	PL	MA
Roseana Sarney	MDB	MA
Duda Salabert	PDT	MG
Greyce Elias	Avante	MG
Célia Xakriabá	PSol	MG
Ana Paula Junqueira Leão	PP	MG
Ana Pimentel	PT	MG
Nely Aquino	Podemos	MG
Delegada Ione Barbosa	Avante	MG
Rosângela Reis	PL	MG
Camila Jara	PT	MS
Amália Barros	PL	MT
Coronel Fernanda	PL	MT
Andreia Siqueira	MDB	PA
Dilvanda Faro	PT	PA
Dra. Alessandra Haber	MDB	PA
Elcione	MDB	PA
Renilce Nicodemos	MDB	PA
Clarissa Tércio	PP	PE

Maria Arraes	Solidariedade	PE
Rejane Dias	PT	PI
Carol Dartora	PT	PR
Gleisi	PT	PR
Leandre	PSD	PR
Luisa Canziani	PSD	PR
Benedita da Silva	PT	RJ
Chris Tonietto	PL	RJ
Dani Cunha	União Brasil	RJ
Daniela do Waguinho	União Brasil	RJ
Jandira Feghali	PCdoB	RJ
Laura Carneiro	PSD	RJ
Rosângela Gomes	Republicanos	RJ
Soraya Santos	PL	RJ
Talíria Petrone	PSol	RJ
Natália Bonavides	PT	RN
Cristiane Lopes	União Brasil	RO
Silvia Cristina	PL	RO
Helena da Asatur	MDB	RR
Any Ortiz	Cidadania	RS
Daiana Santos	PCdoB	RS
Denise Pessôa	PT	RS
Fernanda Melchionna	PSol	RS
Franciane Bayer	Republicanos	RS
Maria do Rosário	PT	RS
Carmem Zanotto	Cidadania	SC
Carol de Toni	PL	SC
Daniela Reinehr	PL	SC
Julia Zanatta	PL	SC
Delegada Katarina	PSD	SE
Yandra de André	União Brasil	SE
Adriana Ventura	Novo	SP
Carla Zambelli	PL	SP
Erika Hilton	PSol	SP
Juliana Cardoso	PT	SP
Luiza Erundina	PSol	SP
Maria Rosas	Republicanos	SP
Marina Silva	Rede	SP
Renata Abreu	Podemos	SP
Rosana Valle	PL	SP
Rosângela Moro	União Brasil	SP
Sâmia Bomfim	PSol	SP
Simone Marqueto	MDB	SP
Sônia Guajajara	PSol	SP
Tabata Amaral	PSB	SP

Autores



Iva Cristina Sant'Ana

Pedagoga com especialização em gestão educacional, assessora licenciada do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar – Diap.



André Luis dos Santos

Jornalista, publicitário, especialista em Política e Representação Parlamentar pelo Centro de Formação da Câmara dos Deputados (CFOR). É sócio-diretor da CONTATOS ACESSORIA POLÍTICA e analista político do DIAP.



FEMINICÍDIO

JUNTANDO OS CACOS PARA SEGUIR EM FRENTE

Com saudade, medo e sem amparo, órfãos do feminicídio gritam por justiça e apoio do Estado

Ninguém está preparado para perder alguém, muito menos quando a morte é inesperadamente brutal. O luto é um processo muitas vezes insuperável, ainda mais quando a vida de algum ente querido é ceifada de forma violenta, cruel e sem contar com qualquer apoio do Estado ou da justiça. Esse é o sentimento que muitas filhas, irmãs e mães das vítimas de feminicídio relatam sobre a vida delas, após a perda de mulheres do seu círculo familiar.

Texto: Érica Aragão

Louise de Luca Gomes, do Paraná; Fernanda Lata, do Mato Grosso do Sul; Isabel Jorge da Silva, de São Paulo; e Cleides Silvia Cardoso Ribeiro, de Minas Gerais, são familiares de vítimas de feminicídio, que conversam com a reportagem da Revista *Mátria* e contam histórias bem parecidas sobre o antes e o depois do assassinato de seus entes queridos. Todas elas ainda sofrem com o medo e a saudade, e deixam claro que há muito o que melhorar na Justiça. E, quanto ao Estado, elas também são unânimes em dizer que foram totalmente abandonadas.

“Eu cursei Direito e, no fim, descobri que não era para mim, mas eu cursei justamente para tentar entender as leis do país. A justiça do Brasil é muito falha, o que deixa a gente com medo de que ele (o assassino) apareça aqui em casa. Principalmente a minha irmã, que foi a pessoa que ele trancou e deixou dias sem comer. Ela tem muito medo que ele venha atrás dela para fazer mal para a gente”, afirma Louise, filha da professora Andrea de Luca, morta a facadas, em 2014, pelo então companheiro Sandro Luiz Ramos Araki, enquanto a filha, uma criança de apenas 10 anos, estava trancada no quarto ao lado em sua casa, em Ponta Grossa (PR).

Louise, que é a filha mais velha de Andrea, conta que Sandro foi condenado a 36 anos, sete meses e 15 dias de reclusão, mas que não ficou nem 10 anos preso e está no semiaberto. Ele já tinha passagem na polícia, por agressão e tentativa de homicídio, e foi condenado pelos crimes de extorsão qualificada, homicídio, furto qualificado e cárcere privado qualificado. Em 2014, a Lei do Feminicídio ainda não existia.

“A gente precisou de muito tratamento psicológico, principalmente a minha irmã, porque ela conviveu com tudo, mas nunca tivemos nenhum apoio do Estado”, explica Louise. “Fora o medo, né? Eu acabei me envolvendo com uma

pessoa e eu tinha muito, muito medo. Então, os meus relacionamentos sempre foram à base disso. Sempre me pergunto: será que esse homem não vai me matar?”, desabafa.

Depois de quase oito anos da promulgação da Lei 13.104, de 9 de março de 2015, a chamada Lei do Feminicídio, o assassinato de mulheres em situação de violência doméstica e familiar, ou em razão do menosprezo ou discriminação à sua condição, aumentou no país. A lei alterou o Código Penal para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, além de incluí-lo no rol dos crimes hediondos.

“Se ele tivesse sido enquadrado na lei do feminicídio, provavelmente, ele teria ido a júri popular. Sandro era agressivo só com mulheres. Ele já tentou matar outra mulher, mas os filhos dela acordaram, viram e deram várias facadas no pescoço dele também, mas ele não morreu. Os crimes que ele cometeu foram só contra mulher, ele nunca fez nada para homem”, afirma Louise.

Andrea foi morta pelo companheiro a facadas. Sua filha, Louise, sofre com medo de ameaças e a saudade



A história se repete

Em novembro de 2001, uma pesquisa realizada pelo Instituto Patrícia Galvão e Locomotiva mostrou que 57% dos brasileiros conhecem alguma mulher que foi vítima de ameaça de morte pelo atual ou ex-parceiro e 37% conhecem uma mulher que sofreu tentativa ou foi vítima de feminicídio íntimo. A pesquisa "Percepções da população brasileira sobre feminicídio" ainda revelou que, para 90% dos entrevistados o local de maior risco de assassinato de mulheres é dentro de casa.

Embora as mulheres heterossexuais, as moradoras da cidade e das periferias, e as mulheres pobres e negras sejam percebidas como mais vulneráveis, a maioria da população entrevistada considerou que todos os grupos de mulheres correm o mesmo risco de feminicídio, segundo o estudo.

Em Minas Gerais, a professora Claudiane Silva Cardoso Ferreira já tinha se mudado de casa, com medo de ser morta, mas foi retirada de dentro de uma das salas de aula da escola em que trabalhava, sob a ameaça de um facção, pelo seu ex-namorado, Walisson Alvarenga Chaves. Segundo sua irmã, Cleides Silvia Cardoso Ribeiro, ninguém da família gostava de Walisson, que já tinha fama de violento e só esperou a oportunidade para mostrar sua verdadeira personalidade.

"Minha irmã saiu da casa onde morava, que ficava dentro do terreno da casa da minha mãe, e foi morar com ele, porque minha família não aceitava o relacionamento. Foi só ela se afastar da família que ele começou a ficar violento", conta Cleidis. "Ela começou a notar esta outra face do Walisson. Depois de sofrer algumas violências e ter sido ameaçada inúmeras vezes, ela saiu da casa onde morava com ele, com ajuda do pai e um pastor, só com a roupa do corpo e alguns documentos. Depois disso ela nunca mais teve paz", completa.

Ela diz que a irmã chegou a pedir medida protetiva, mas não adiantou. "Esta medida não serviu de nada para minha irmã. Ele continuou ameaçando e perseguindo ela. Claudiane ficava triste, chorava e escondia muita coisa da gente. Chegamos a falar para ela se mudar, mas Walisson disse que se ela se mudasse iria matar o meu pai e minha mãe. E foi assim até que um dia ele colocou a ameaça em prática. Ninguém escuta essas mulheres e eu já presenciei outros casos em que as mulheres morreram pela ausência do Estado e da Justiça".

Claudiane foi encontrada a poucos metros da escola onde lecionava, com traumatismo craniano e, mesmo tendo sido socorrida, não resistiu aos ferimentos. A irmã conta que ela pulou de um carro em movimento, no qual tinha sido colocada à força pelo ex-companheiro. Ela não resistiu ao impacto e morreu em consequência da queda. Apesar dessa versão contada por Cleidis, os jornais locais disseram que a professora foi esfaqueada. Walisson foi a júri popular e condenado a 14 anos, mas antes ficou foragido e se escondeu durante dois dias no mato, sem uma casa abandonada. "Eu acho que se ela tivesse ficado no carro, ele levaria ela para essa casa, porque a gente encontrou áudios de ameaça dele dizendo que iria 'fumaçar' a minha irmã", conta.



Cleides perdeu a irmã Claudiane esfaqueada pelo ex-marido, que não aceitou o fim do relacionamento

A professora da Região Metropolitana de Belo Horizonte deixou dois filhos, a mãe, o pai e irmãos, que ficaram chocados e abalados com tudo o que aconteceu. “Minha família toda ficou mal. Minha mãe, que já tinha problemas de saúde, piorou. Meu pai sentiu muito, porque ele era muito ligado a ela e logo faleceu. Acho que tudo isso tem a ver com a morte dela, lamenta Cleidis. “Os filhos dela ficaram com muito medo e o mais novo ficou desamparado, porque é dever do estado zelar e cuidar principalmente da criança, mas isso não aconteceu”, desabafa.

Arma diferente, mesma forma de matar

A maioria das mulheres vítimas de feminicídio em 2021, por exemplo, foi assassinada pelo atual ou ex-companheiro dentro de casa, segundo dados do 16º Anuário Brasileiro de Segurança Pública. Um estudo divulgado pelo Instituto Sou da Paz, em agosto de 2021 identificou que a arma de fogo foi o instrumento responsável por 51% das mortes de mulheres brasileiras entre 2000 e 2019.

Foi o caso da mãe da Fernanda, Angela Jorge, vítima de feminicídio no final de 2019, no centro de Três Lagoas (MS). Ela foi assassinada a tiros pelo ex-companheiro, Carlos Roberto

Felipe, porque não queria mais continuar com o relacionamento. Ao que parece, o assassino confesso tinha ciúmes do bom relacionamento da vítima com o ex-marido, pai da filha mais nova de Angela, a Isabel.

“Mesmo minha mãe estando separada do meu padrasto, a relação deles sempre foi de muita amizade. Ele não saiu do sítio e sempre nos ajudava. Ele fazia as coisas para ela e estavam sempre juntos. E esse era o ciúme do Carlos, porque meu padrasto sempre foi muito presente nas nossas vidas”, explica Fernanda.

Segundo a filha, Angela vinha tentando se afastar de Carlos, porque o relacionamento dos dois estava começando a sufocá-la, mas ele exigia que ela continuasse. A vítima chegou a contar a pessoas próximas que tinha se arrependido de ter ficado com ele, porque ele não estava aceitando apenas a amizade.



Fernanda perdeu Angela assassinada pelo ex-companheiro por ciúmes

O que dizem os autos

Conforme os autos, uma testemunha, a vítima e o réu, na companhia de amigos, estavam numa confraternização no Clube da Terceira Idade, onde inclusive eles se conheceram. Ângela foi ameaçada pelo ex-namorado e a testemunha decidiu levar a vítima até a casa. No momento em que estavam entrando no veículo para sair do local, Carlos abordou a vítima armado. A professora correu, sendo perseguida pelo ex que, em seguida, efetuou os disparos contra a vítima. Ele confessou o crime e foi autuado como feminicídio. Ele recebeu uma pena de 26 anos, 10 dias e seis meses

Isabel, a filha mais nova de Ângela, disse que acha superimportante ele ter sido enquadrado como Feminicídio, mas que a Lei ainda é bem falha. “A lei ainda é muito frágil, em relação à proteção das mulheres, porque quantas mulheres você vê que têm medidas protetivas e, mesmo assim, acaba morrendo. É muita impunidade e muita demora no cumprimento das medidas. E não digo isso só pela minha mãe, mas por várias outras professoras e mulheres, que a gente fica sabendo que, mesmo com medidas judiciais, acabaram perdendo suas vidas”, enumera.

“A gente não tem que aceitar nenhum tipo de violência, seja ela física, verbal ou emocional”, reforça a irmã mais velha. “E se você sofre qualquer uma violência, pode

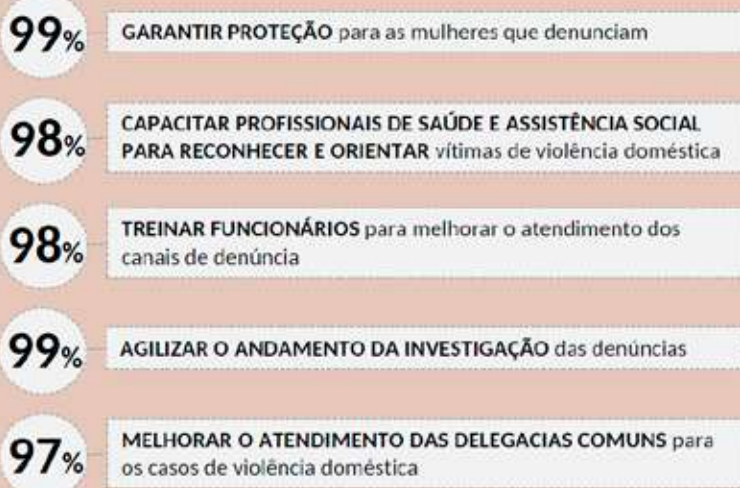
chegar à violência física e até à morte. Então, tem que tomar muito cuidado. A gente acha que ninguém tem coragem, mas a gente nunca sabe o que pode esperar do ser humano”, completa Fernanda.

Ela ainda faz questão de frisar que não contou qualquer ajuda do Estado, após a morte da mãe. “Não tivemos nenhum respaldo de ninguém para ajudar, a não ser os nossos familiares. Eu e meus irmãos fazemos terapia até hoje. É uma luta diária, com dor e saudade”, desabafa.

Podia ser diferente

As mulheres, em sua grande maioria, reconhecem a importância do Estado, enquanto muitos homens sabem que isso é um crime, mas acreditam que não serão punidos.

Segundo o relatório da pesquisa ‘Redes de apoio e saídas institucionais para mulheres em situação de violência doméstica no Brasil’, do Instituto Patrícia Galvão/Ipec, com apoio do Instituto Beja, realizada em novembro de 2022, a população reconhece a importância das políticas públicas e aprova a ampliação dos serviços especializados e a qualificação do atendimento às mulheres. E há uma ampla aprovação sobre diversas medidas, para melhorar o atendimento às mulheres em situação de violência doméstica, como mostra a figura abaixo:



Base: Total da amostra (1.200 P15) Na sua opinião, para cada uma das medidas que vou ler me diga se ela deve ou não deve ser tomada para melhorar o atendimento dos serviços públicos para as mulheres que sofrem violência doméstica? (RUÍ POR LINHA)

INSTITUTO PATRÍCIA GALVÃO | IPEC INSTITUTO BEJA INSTITUTO

Quando a necessidade é a mãe da EVASÃO

Os relatos de quem abandonou os estudos e os desafios de educadores e governantes para sanar esse problema

Texto: Katarina Gonzaga



As irmãs Fabiana e Eliane reforçam a estatística de abandono escolar ainda no Ensino Médio, por problemas sociais

Na família de Maria de Jesus da Silva, de 36 anos, a mesma história se repete há gerações. Semianalfabeta, negra e nordestina, ela precisou abandonar os estudos porque engravidou e se casou ainda adolescente. Mesmo tentando construir um outro futuro para suas quatro filhas, duas já seguiram o mesmo caminho - traçado, principalmente, pela falta de assistência do poder público, que parece não chegar até a comunidade onde vivem, no Cabo de Santo Agostinho, a pouco mais de 30 quilômetros do Recife (PE). “Não queria que tivessem me seguido. Quero vê-las terminando os estudos e tendo uma profissão na vida, coisa que nunca tive”, desabafa Maria.

Uma de suas filhas, Fabiana Maria, de 18 anos, estava na 2ª série do ensino médio quando engravidou de Sophia, hoje com um ano. Ela tentou ir às aulas, nos primeiros meses, mas os enjoos frequentes tornaram os estudos uma missão impossível. “Passei os nove meses vomitando”, contou. Fabiana ainda pensou em voltar, após o parto, mas na fase de amamentação o peito enchia de leite constantemente, provocando dores e vazamentos. Para piorar a situação, o colégio estadual mais próximo fica a mais de 40 minutos de caminhada da sua casa. Ela mora na Vila Nova Tatuoca, que é formada famílias expulsas da ilha que tinha o mesmo nome. São 75 casas construídas e entregues, em 2014, pelo Porto de Suape para abrigar essas famílias. No entanto, os serviços não acompanharam a chegada delas ao local, que conta apenas com uma escola de ensino fundamental nas redondezas.

A distância foi o motivo pelo qual a irmã, Eliane Santos, de 21 anos, abandonou os

estudos na 1ª série do ensino médio, assim como muitos outros na comunidade, que enfrentam uma burocracia para se locomover até a instituição de ensino. Isso porque, segundo ela, os cartões do passe estudantil demoram para ser liberados e ainda mais para recarregar. “Deixei a escola por ter perdido o cartão. Porque tem que ir no (sic) colégio, dar o nome, esperar, depois recebemos e esperamos mais 30 dias para ele carregar e usarmos”, explica Eliane. Sem a gratuidade custaria, no mínimo, R\$ 8,20 para ir e voltar todos os dias, ou pouco mais de R\$ 180 por mês – considerando que a renda das famílias da região se limita, muitas vezes, a um salário-mínimo de R\$ 1.302 ou ao Bolsa Família, de R\$ 600.

As duas foram retratadas em uma pesquisa realizada pelo Centro das Mulheres do Cabo (CMC) que, com o apoio do Fundo Malala, traçou o perfil de 96 adolescentes e jovens mulheres que estavam fora da escola na cidade. Para a coordenadora do trabalho,

Após busca ativa e vale-transporte fornecido pela Prefeitura, irmãs conseguiram retomar os estudos

Cássia Jane, chamou atenção o fato da maioria das entrevistadas ter parado de estudar por problemas sociais e por não haver um processo de procura pelo município ou estado. “As gestões das escolas que consultamos diziam que não tinham meninas fora das escolas e que já estavam fazendo busca ativa. Não havia registro da saída delas”, conta Cássia. “Elas vivem um ciclo de repetição, por passarem pelo mesmo processo que as mães e, sem acesso à educação, acabam reproduzindo também o ciclo de pobreza”, finaliza a pesquisadora.

As jovens retratadas pelo CMC fazem parte de um problema que atinge 2 milhões de meninas e meninos, de 11 a 19 anos, que deixaram a escola no Brasil sem terminar a educação básica - 11% do total da amostra -, de acordo com um estudo feito pela Inteligência em Pesquisa e Consultoria (Ipec) para o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef). O problema tem raízes profundas e é calcado na falta de garantia dos direitos que facilitariam a permanência nas instituições, mas foi agravado em decorrência da pandemia da Covid-19.

Para Anna Helena Altenfelder, presidente do Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária (Cenpec), esse problema ocorre, sobretudo, pela carência de um programa nacional que possa trazer uma unificação ao ensino em todas as partes do país. “O governo federal não é responsável direto pela educação básica, mas tem um papel importante, que está na Constituição, que é coordenar a política nacional de educação, técnica e financeiramente, aos estados e municípios, e não cumpriu”, assevera. “Assim, as estratégias dos municípios foram muito desiguais durante a pandemia. Alguns conseguiram manter contato com a escola e com os alunos, e outros tiveram políticas incipientes nessa direção”, conclui a presidente.

Dos 11% de jovens brasileiros, que a pesquisa elencou, 4% são da classe A e B, e 17%

11%

MENINAS E MENINOS DE 11 A 19 ANOS QUE AINDA NÃO HAVIAM TERMINADO A EDUCAÇÃO BÁSICA AFIRMARAM QUE **NÃO ESTÃO FREQUENTANDO A ESCOLA**



ISSO REPRESENTA CERCA DE 2 MILHÕES DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES (4% DA CLASSE AB E 15% DA CLASSE DE)

FONTE: “Educação brasileira em 2022 – a voz de adolescentes” feito pela Inteligência em Pesquisa e Consultoria (Ipec) para o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef)

da D e E. Além disso, 99% deles estavam frequentando escola pública antes de deixá-la. A justificativa para o abandono, que mais se repetiu na pesquisa, foi a necessidade de “trabalhar fora” (48%), seguida por “não conseguir acompanhar as explicações ou atividades” (30%). Os dois motivos foram os que fizeram Henrique Farias*, de 16 anos, entrar nas estatísticas. Nos primeiros meses da quarentena, em 2020, a escola que frequentava, em São Paulo (SP), fechou as portas e passou um mês sem oferecer qualquer conteúdo programático.

No começo, ensino à distância se resumia à disponibilização de questões na internet, para serem resolvidas sem qualquer suporte. Três ou quatro meses depois, começaram, de fato, as aulas on-line, em um ritmo que supunha equivocadamente que os alunos haviam aprendido os conteúdos do início do ano. “Enquanto os professores estavam no 200, nós estávamos no 50”, relata o jovem. “Não dava para acompanhar. Saí da escola na segunda aula online. Desisti desse estilo de aprendizado porque não estava acompanhando, só sofrendo pressão psicológica e estresse”, desabafa Henrique, que resolveu então ir trabalhar com o pai como lanterneiro.

De volta para o futuro

Felizmente, Henrique é um dos exemplos que foram resgatados com o fim do ensino remoto – já que o Brasil chegou a ter 5,5 milhões de crianças e adolescentes sem acesso à educação, em 2020. Ele voltou a estudar, em 2022, inspirado pelo exemplo que vem de dentro de casa: a irmã, formada em jornalismo pela Universidade Federal Fluminense (UFF), em Niterói (RJ). “Meu pai, que é autônomo e dependente do trabalho braçal, sempre disse para eu estudar e usar minha irmã como exemplo. Então, me apeguei a isso”, comemora.

Agora, o jovem estuda à noite e elogia a didática. Ele percebe que os professores “saem mais da caixa”, em relação aos seus anteriores. “Nessa escola, os professores sentam, conversam e depois escrevem na lousa. Não apenas escrevem várias coisas na lousa para a gente copiar”, comenta. “Também não tive grandes dificuldades para relembrar. Minha professora falou que, por eu ter ficado todo esse tempo parado, eu ainda sou um bom aluno”. Ele conta que, no começo, tentou conciliar trabalho e estudo, mas acabava chegando exausto ao colégio, o que o fez priorizar os livros. Mesmo assim, os dois anos que perdeu ainda o chateiam. “Desanima, porque estou fora da idade. Quando perguntam quantos anos eu tenho, evito falar, porque é chato para mim”, desabafa Henrique.

Anna Altenfelder aponta essa desmotivação, causada pela distorção entre idade e série, como um dos fatores históricos da evasão, e que precisa ser combatida com estratégias para recuperar o aprendizado perdido pelo tempo fora da sala de aula. “Não é passar os alunos de ano sem eles aprenderem. Mas garantir estratégias para recuperar a aprendizagem. Isso não acontece. Porque, as políticas de progressão não foram implementadas de maneira completa”, afirma a presidente do Cenpec. “Assim, o aluno entra na escola, que não garante o aprendizado, começa a repetir ou progride sem aprender, e abandona a escola. É uma perversidade na dinâmica (educacional) que se acirrou na pandemia”, completa.

No Cabo de Santo Agostinho, a estratégia para combater o ciclo tem sido a instalação de um Comitê Intersetorial de Enfrentamento contra Evasão Escolar de Meninas, criado junto à prefeitura, para que diferentes secretarias pensem juntas em como facilitar o acesso às aulas. “Uma secretaria pensa em como pode evitar que o cartão de transporte atrase, e outra em instituir educação sexual para impedir gravidez precoce,

Priscila Maria da Silva: esposo vai apoiar no cuidado dos filhos para retorno dela à sala de aula





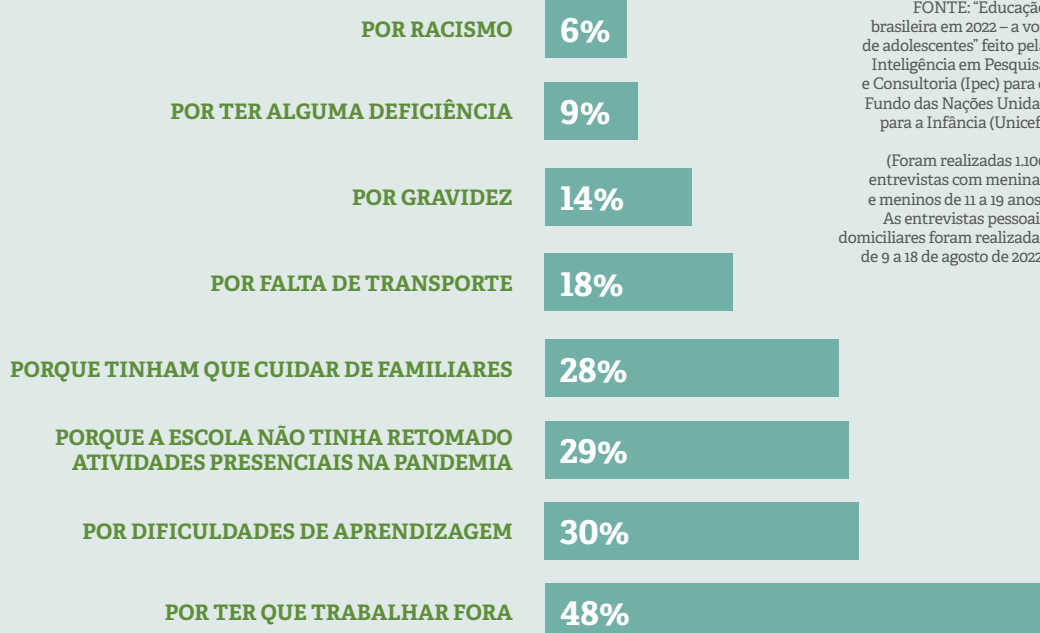
por exemplo”, explicou a pesquisadora Cássia Jane. O CMC, por sua vez, vem fazendo uma busca ativa pelas alunas evadidas que foram identificadas. Além de estimular o retorno, fornece vales-passagem para que possam ir até a instituição fazer a matrícula.

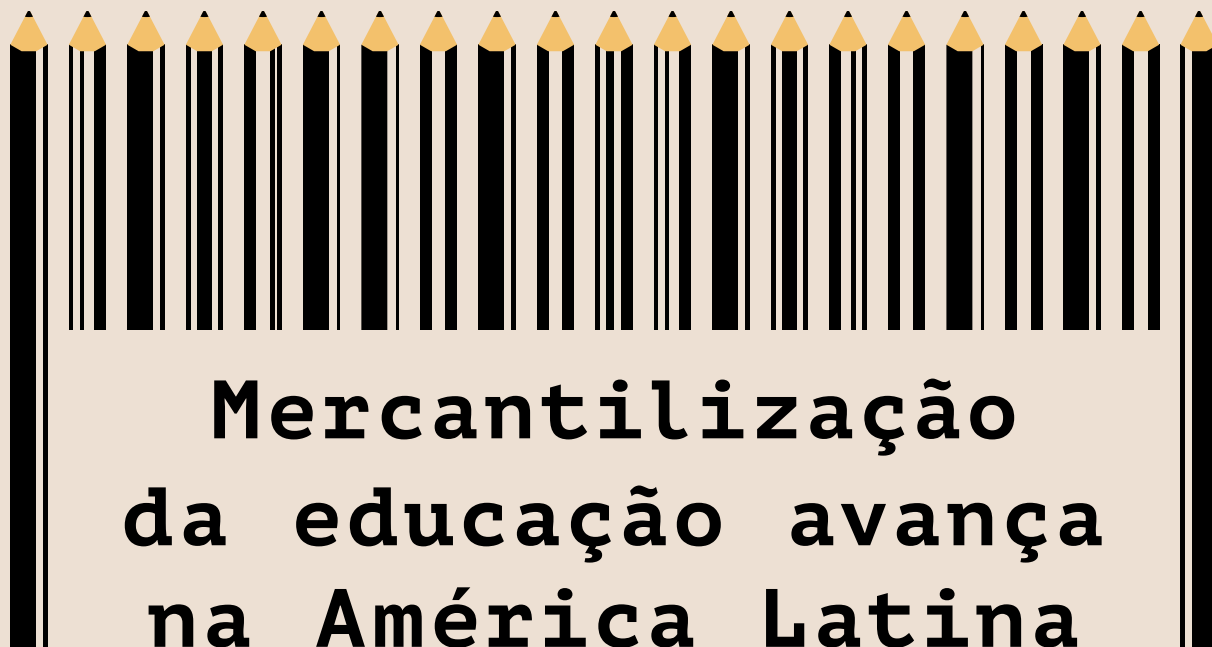
A iniciativa fez com que Fabiana e Eliane, as filhas de Maria de Jesus, aceitassem voltar às aulas em 2023, o que inspirou a vizinha, Priscila Maria da Silva, de 26 anos, a seguirá exemplo, após mais de 10 anos sem entrar em uma sala de aula. “Entrei na escola tarde, com 10 anos, e parei na 3ª série do fundamental, porque fiquei grávida e tive que trabalhar para sustentar meus filhos, porque não tinha condições de pagar uma creche”, conta Priscila. “Aprendi a ler e a escrever um pouquinho, mas não o suficiente. Agora, tenho condições de estudar, porque meu esposo vai ficar com eles à noite”, completou. Ela espera dar início ao sonho de ser bombeira.

Para a presidente do Cenpec, a garantia da permanência das crianças e adolescentes na rede de ensino deve ter como prioridade a viabilização do Plano Nacional de Educação, uma das promessas de governo do presidente Lula (PT). Com ele, será possível implementar medidas como a criação de um sistema nacional de educação, que defina as responsabilidades de cada ente público, o financiamento para educação e a valorização dos professores, com aumento de salário, o piso, a formação continuada e condições concretas de trabalho. “Manter jovens na escola é importante para os mais vulneráveis. Para a sociedade como um todo, também. Educação é necessária para pensarmos em uma sociedade justa, igualitária e economicamente desenvolvida”, encerra Anna.

**O nome de Henrique é fictício para manter sua identidade preservada.*

Motivos para não frequentar a escola:





Mercantilização da educação avança na América Latina

Processo global de privatização da educação
pública ameaça o direito dos povos à
educação gratuita, completa e de qualidade



Texto: Amanda Vieira

Desde 2015, a Internacional da Educação (IE) promove a campanha *Resposta Global à Comercialização e Privatização da Educação*, que tem como objetivo chamar a atenção sobre os interesses privados na educação pública e como esses grupos estão se tornando atores na política educativa. Na avaliação da IE, a crescente mercantilização e privatização no setor é a maior ameaça ao direito universal à educação.

A pesquisadora do Observatório Latino-americano de Políticas Educativas, da Internacional da Educação para a América Latina (IEAL), Gabriela Bonilla, explica que na América Latina as denúncias desse processo de privatização já vêm ocorrendo bem antes disso, desde 2008. Ela avalia que há não só um aumento dessa tendência de comércio educativo, mas uma normalização desse movimento, que conta com o reforço da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU), e seus Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

“Os lobbies e as parcerias público-privadas estão se naturalizando, bem como a cooperação internacional, com empréstimos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), com endividamentos que exigem a participação de grupos privados na educação. Então temos um aumento da presença de grupos privados, empresariais ou grandes Organizações Não-Governamentais e igrejas”, descreve Bonilla.

Impactos na educação

Essa tendência de mercantilização busca uma padronização das disciplinas a serem ensinadas, excluindo conteúdos regionais, história, geografia. “Aqueles, que Paulo Freire diria que são os que te permitem relacionar com a sua realidade, para agir sobre o contexto”, ironiza Gabriela. “O mais radical sistema de comércio na educação acontece no Peru, onde eles aprovaram um decreto que diz que qualquer grupo fora do país pode administrar escolas públicas peruanas” exemplifica.

A pandemia de Covid-19 acelerou alguns experimentos de educação à distância, que foram adotados, emergencialmente, em diversos países. “O impacto do uso da tecnologia educacional em escala permanece, amplamente não testado, não regulamentado e seus possíveis benefícios para o ensino e aprendizagem, não comprovados”, registra a presidente da IE, Susan Hopgood, em artigo no site da instituição. “O potencial das tecnologias educacionais para aprimorar o ensino e a aprendizagem é realmente grande – desde que mantenhamos os olhos no objetivo: educação pública gratuita e de qualidade para todos os alunos”, reforça.

Na avaliação de Bonilla, as empresas privadas têm interesse especial em definir conteúdos padronizados para o negócio do ensino à distância. “A Fundação Lemann, por exemplo, tem parceria com a Khan Academy, que já tem digitalizado conteúdos de português e matemática, mas não tem os especializados, como geografia ou história. Porque, para fazer um bom negócio, você tem que fazer algo que precisa ser replicável no mundo todo. E a plataforma Khan Academy tem conteúdo que funciona em muitas línguas – o mesmo conteúdo educativo homogêneo, reproduzido em escala”, sintetiza a pesquisadora.

“O currículo centrado em línguas, matemática, avaliação permanente e no

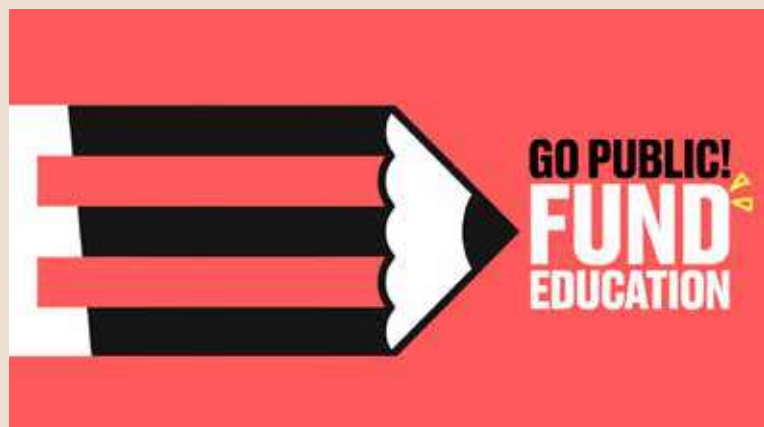




Foto: Jordana Mercado

Gabriela Bonilla: desde 2008 são feitas denúncias contra a mercantilização da educação na AL

empreendedorismo, também é uma expressão de ausência do estado”, acrescenta Gabriela. “É uma culpabilização do sistema econômico neoliberal, que diz que o Estado não vai dar direitos para ninguém, inclusive direito à educação e ao trabalho. A realidade é que não temos geração suficiente de trabalhos decentes, com bons salários, para pessoas sem experiência de trabalho, e que estão saindo do ensino médio”, complementa.

Resistência

O Uruguai, embora mais tarde do que outros países, aumentou seu investimento em educação pública, que responde por 84% das matrículas em todos os níveis, de 2,7% do PIB em 2005 para 4,9% do PIB em 2019. “E o fez, apesar do forte ataque à educação pública sendo travado por *think tanks* de educação pró-mercado, apoiados pela mídia de massa”, explica José Olivera, presidente da Federação Nacional de Professores do Ensino Secundário (FENAPES) do Uruguai.

Em artigo publicado no portal da IE, Olivera conta que a FENAPES tem promovido campanhas para aumentar o orçamento da educação

pública, além de denunciar esse processo de mercantilização. A abordagem é feita a partir de atividades culturais, como o carnaval, festivais de música e atividades esportivas, além de impressão e distribuição de materiais visuais destinados a alunos e famílias. “Também organizamos atividades de formação para professores; discussões abertas com trabalhadores de diversos setores, famílias e alunos; uma campanha de comunicação em rádio e televisão; uma intensa campanha nas redes sociais”, complementa.

Na Colômbia, há um modelo de concessão de escolas primárias e secundárias, desde 1990, desenhado pelo Banco Mundial. Por lei, cada estado/departamento, tem que contratar serviços privados (Lei de Participações) para a educação. “As escolas concessionárias, quando tentam se tornar públicas, sofrem com as famílias que têm preconceitos contra o público e que estão se colocando contra a reestatização da educação”, relata Gabriela Bonilla. “A Colômbia é um país onde o preconceito de classe é tão forte, que ninguém quer dizer que estuda na escola pública, para não ser visto como uma pessoa empobrecida/excluída. A classe média ainda quer escola público-privada”, explica.

Para a pesquisadora, o desafio é mostrar, à toda a comunidade, o quanto essa agenda da iniciativa privada pode trazer prejuízos para a formação dos cidadãos. E isso vale também para o Brasil. “Os estudantes vão perceber, claramente, que eles são o objeto dos negócios. É o direito deles ao conhecimento que está em risco”, destaca Bonilla. “A Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) não está sozinha, porque temos que mostrar para os outros movimentos sociais e sindicatos, como essa reforma (do Ensino Médio, no caso brasileiro) afeta seus filhos e filhas. A iniciativa privada quer tirar acesso ao conhecimento das classes baixas e médias. A tarefa é comunicar o impacto dessas reformas neoliberais para toda a população”, alerta.

SAIBA MAIS

Relatórios do Banco Mundial que falam sobre a redução do currículo e o foco na linguagem e na matemática, além de promover a participação no setor privado:

- » **Banco Mundial (2018) Informe; APRENDER para hacer realidad la promesa de la educación.**
<http://bit.ly/3HVRip6>
- » **Banco Mundial (1990) World Development Report. Poverty.**
<http://bit.ly/3HURa2I>
- » **Empréstimos do Banco Interamericano de Desenvolvimento ao Brasil**
<https://bit.ly/3Y3n9DC>
- » **Produtos digitais da empresa Khan Academy aliada à Fundação Lemman**
<http://bit.ly/3YpszbV>
- » **Documento da OCDE que promove a redução da gratuidade da educação e também promove o financiamento privado na política educacional. OCDE (2018) El financiamiento de la educación. Conectando recursos y aprendizaje.**
<https://bit.ly/3juE8j6>
- » **Documento das Nações Unidas com a Agenda 2030 que promove parcerias público-privadas e mais dívida para os países. ONU (2015) Declaración de Incheon**
<https://bit.ly/3juEbeM>
- » **Artigo: Uruguai: a importância de uma campanha global em defesa da educação pública**
<http://bit.ly/3Y8ZmIS>
- » **Artigo: Os professores, não os computadores, são o coração pulsante da educação**
<http://bit.ly/3RDmaYj>

Interferência de grupos privados leva à precarização do trabalho docente



Foto: Arquivo pessoal

Em entrevista à Revista *Mátria*, Maria Vieira Silva, doutora em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e professora titular da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia, aponta que a privatização vem trazendo inúmeros prejuízos aos trabalhadores e trabalhadoras em educação. Entre eles, há a diminuição da contratação de docentes por meio de concurso público e a intensificação de contratos temporários. Veja a entrevista completa a seguir.

Revista Mária: O que há em comum no processo de mercantilização da educação no Brasil e em outros países da América Latina?

Maria Vieira Silva: Essa questão é bastante importante para lançarmos um olhar de indagação sobre as configurações atuais da educação pública em nosso continente. Não é demais lembrar que os países da América Latina possuem idiossincrasias no âmbito cultural, político, econômico e nos processos de formação do Estado, mas também vários aspectos em comum, especificamente, as difíceis conjunturas marcadas por assimetrias e a incessante luta em prol da consolidação da democracia e de políticas sociais. No que tange à educação, vale lembrar que, com exceção do Chile, todos os países da região contam com um contingente maior de matrículas (em todos os níveis de escolaridade) nas escolas públicas em relação aos estabelecimentos privados. No entanto, em que pese a expressiva presença da esfera pública na oferta educacional, os processos de privatização têm sido crescente em toda a região e são expressões da deserção do Estado no que se refere ao provimento e à garantia do direito humano à educação, como consequência da ascensão e capilaridade do neoliberalismo no tecido social. Estudos realizados por pesquisadores e movimentos da sociedade civil como a *Internacional de la Educación*, a *Campaña de respuesta global* (Global Response) e Observatório Latino-americano de Política Educativa, têm indicado vários aspectos comuns da privatização no território, quais sejam: a assinatura do Acordo Geral de Comércio e Serviços (AGCS), em decorrência da ascensão de governos neoliberais em vários países, aspecto que provocou a expansão acelerada da oferta privada de serviços educacionais em todos os níveis; a participação expressiva da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) na definição de

políticas educacionais com recomendações que como a eliminação da gratuidade universal em favor da gratuidade focalizada; centralidade das avaliações estandardizadas [padronizadas] com financiamento baseados em resultados; a influência da Rede Latino-Americana de Educação (REDUCA) a qual agrega grupos privados e estabelecem alianças com governos de vários países do continente e influenciam em mudanças curriculares e redução de direitos trabalhistas no setor educacional. Assim, convênios entre as redes públicas de ensino e os setores da esfera privada têm se ampliado de forma contundente mediante a participação incisiva de Institutos, Fundações, OSCs, OSCIPs e ONGs. É importante também destacar a participação recorrente de representantes do setor privado em instâncias estratégicas do Poder Executivo, como o Conselho Nacional de Educação, em vários países. Este órgão, de caráter consultivo e deliberativo, assume um papel importante na tomada de decisões educacionais e de definição dessas políticas. Em vários países têm sido comum a participação de conselheiros que representam os interesses mercantis do empresariado e influenciam em decisões importantes da educação nacional, tal como as configurações curriculares, processos avaliativos, dentre outras.

RM: Quais os principais impactos do avanço da privatização e da mercantilização da educação que o Brasil vem enfrentando nos últimos anos?

MVS: A mercantilização da educação tem ocorrido por meio de ações privatistas de “braços sociais” das empresas nas escolas públicas e tem provocado incidências sobre múltiplas dimensões da dinâmica escolar, assim, incidem sobre a gestão escolar; a formação de docentes e de gestores; as assessorias pedagógicas; a oferta de tecnologias educacionais; os sistemas apostilados de ensino e os

projetos curriculares, dentre outros artefatos pedagógicos. Nossas pesquisas revelam que tais processos ocorrem de forma contígua aos processos de precariedade e intensificação do trabalho dos profissionais que atuam na implementação de programas privatistas, como é o caso do Programa Jovem do Futuro, do Instituto Unibanco, ou Programa Acelera Brasil (Instituto Ayrton Senna), por exemplo. As ações privatistas destes Institutos em alguns estados subnacionais não resultaram em benefícios para a carreira, salários ou gratificações para os profissionais da educação. Por outro lado, constatamos evidências de intensificação do trabalho dos profissionais da educação que atuam na implementação dos Programas, devido ao volume de atividades requeridas, como é o caso do “professor articulador”, por exemplo. Tal precariedade e intensificação do trabalho docente, por sua vez, podem comprometer as possibilidades de participação nas instâncias decisórias da escola, tais como o trabalho coletivo para a elaboração do projeto político pedagógico e a participação nos diferentes conselhos existentes, transformando o docente em um “ministrador de aulas”. Observamos também, nos estados que desenvolveram de forma orgânica e longeva tais programas, o arrefecimento da contratação de docentes por meio de concurso público e a intensificação de contratos temporários, aspecto que inviabiliza o direito à sindicalização, tornando a autonomia desta fração de classe profissional mais suscetível face à instabilidade, além de enfraquecer o movimento sindical. Os paradoxos e superficialidade das ações empresariais para a melhoria da oferta educacional e das condições de trabalho docente são emblemas do cariz ideológico da responsabilidade social e a prevalência de uma intervenção sistematizada, voltada para a proliferação de políticas e práticas educacionais, tendo como referenciais os paradigmas mercantis.

RM: Mesmo em governos de esquerda, essa ameaça de mercantilização da educação se faz presente. Como os trabalhadores podem barrar esse retrocesso?

MVS: No tempo presente, a maioria dos países do mundo, independentemente de sua vertente político-ideológica, tem assumido - em maior ou menor medida - reformas educacionais referenciadas na Nova Gestão Pública, com políticas e práticas de caráter mercantil. Se nos anos 1980 esta era uma tendência adotada apenas nos governos de direita, mediante a justificativa da eficiência econômica e do arrefecimento do poder sindical, nos anos 1990 estas políticas foram adotadas também por partidos de corte social-democrata e pelas coalizões de esquerda. É premente interromper este processo de mercantilização da educação. No entanto, como este processo é multifacetado com forte capilaridade, é preciso desenvolver ações também de natureza multiforme: participação ativa e incisiva de representantes da educação pública em Conselhos e Fóruns Municipais, Estaduais e Nacional de Educação; ampliação de pesquisas com perspectiva crítica; fortalecimento do poder sindical para os enfrentamentos necessários no âmbito dos entes federados; ampliação de parcerias entre Universidades Públicas e secretarias municipais, estadual e distrital para a realização de projetos de extensão visando assessorias para a formação continuada de profissionais da educação, reestruturação curricular e elaboração e implementação de projetos políticos pedagógicos; assessorias voltadas para a gestão pedagógica, administrativa e financeira; participação e fortalecimento de entidades civis e confederações de educação em defesa da educação pública.





COMO DISCURSOS EXTREMISTAS ESTIMULAM MASSACRES EM ESCOLAS

Texto: Priscila Ferreira

Nos últimos 20 anos, o Brasil registrou 12 atentados em escolas de diversas regiões do país. De acordo com um levantamento realizado pelo Instituto Sou da Paz, todos os assassinos envolvidos nesses ataques tinham algo em comum: todos eles eram alunos ou ex-alunos de cada uma das instituições nas quais aconteceram os crimes.

A pesquisadora do Núcleo de Estudos de Violência da Universidade de Brasília (UnB), Tânia Montoro, aponta que a frequência desses crimes está diretamente relacionada à legitimação do uso de armas no país, nos últimos anos. “Estudos apontam que, quanto mais se estimula a disseminação de armas, mais há presença de crimes juvenis”, explica. O dado dialoga com o estudo do Instituto Sou da Paz: em 50% dos casos, as armas vieram da casa dos atiradores.



Michele Prado: disseminação de discursos de ódio estimula crimes juvenis

Somente no estado do Espírito Santo, ocorrem dois ataques em um intervalo de três meses, em 2022. A Polícia Civil capixaba afirmou que os dois atentados às escolas foram casos isolados. Entretanto, uma parcela de estudiosos sobre o tema argumenta que é urgente a criação de um serviço de inteligência para prevenir os ataques que, segundo eles, possuem as mesmas motivações.

Essa é a opinião de Michele Prado, pesquisadora de temas relacionados à radicalização online e extremismo. Para ela, os atentados ocorridos no Espírito Santo não são casos isolados. “Ambos são frutos da radicalização online e de um ecossistema digital que aglutina, desde misoginia extrema, antissemitismo e nacionalismo branco, até neonazismo e violência extrema”, afirma a pesquisadora.

Para ela, os meios de captação, onde circulam os conteúdos, não estão apenas na *deep web*, como muitos imaginam. “Nas redes sociais

mais recorrentes, na superfície da Internet, encontramos conteúdos com discurso de ódio”, comenta. Essa opinião também é compartilhada por Tânia Montoro. “O pensamento da rede social é binário: sim e não. E essa percepção da realidade sem complexidade estimula os extremos e, conseqüentemente, sociedades mais radicais”, aponta Tânia.

Professora há 32 anos, no estado do Paraná, Eunice Siqueira* foi vítima de ameaças, por parte de um ex-aluno, em novembro de 2021. Na ocasião, ela sofreu ofensas, até então anônimas, em um aplicativo de mensagens. A apreensão bateu à porta quando soube que a mãe de um aluno estava preocupada, pois o filho estava recebendo mensagens de um colega de sala de aula, com conteúdos ameaçadores a Eunice e a um colega de turma homossexual.

“Eu fiquei bastante assustada”, conta Eunice. “O aluno citava armas e tiros nos áudios”, lembra. A professora conta que chegou a procurar

Motivação Misógina

Diversas pesquisas apresentam marcadores que indicam uma intersecção direta entre ecossistemas digitais de misoginia e o extremismo violento ideologicamente motivado. De acordo com Michele Prado, a misoginia extrema não é apenas uma porta de entrada para outras crenças extremistas e ideologias nocivas, mas está diretamente interligada a elas. Ela explica que, em manifestos, parte relevante é dedicada a reproduzir conceitos de misoginia extrema. “Por exemplo, circula nas redes a ideia de que mulheres controlam o mundo e o feminismo seria uma invenção de um suposto complô ‘globalista, liberal, judeu’ para emascular os homens e destruir famílias. Já na subcultura Incel (abreviatura da expressão em inglês ‘involuntary celibates’ ou celibatários involuntários), ocorre a crença em teorias de darwinismo social, racismo científico, teses pseudocientíficas de psicologia evolutiva e biologia evolutiva para respaldar a misoginia extrema e uma visão de mundo profundamente pessimista”, explica.



Tânia Montoro: frequência de crimes nas escolas está diretamente relacionada à liberação do uso de armas de fogo

a direção da escola, que ignorou a gravidade da situação. Questionada se sabia dos motivos que levaram o ex-aluno à atitude, Eunice acredita que se trata dos conteúdos desenvolvidos em sala de aula. “Sempre trabalhei, em sala de aula, questões relacionadas a direitos humanos, homofobia, racismo, violência contra as mulheres. Nas falas contidas nos áudios, havia conteúdo homofóbico, acredito que isso tenha gerado a sequência de ações”, sugeriu.

Para Tânia Montoro, a radicalização é um processo sobre o qual incidem tanto fatores individuais quanto vetores sociais mais amplos. No caso específico da radicalização online, a livre circulação de conteúdos extremistas que, muitas vezes, vêm dissimulados na forma de memes, vídeos com humor e outros conteúdos nocivos, como teorias conspiratórias, leva principalmente jovens a consumir, cada vez mais, materiais do mesmo teor, promovendo então uma radicalização gradual, podendo chegar ao extremismo violento. “Faz parte da juventude sair do padrão, a buscar os extremos. Entretanto, o que estamos vivenciando é a mudança nas formas de violência. Estão testando a passagem da fronteira”, assegura.

Na opinião de Michele Prado, uma das principais características do extremismo violento de direita é não ter uma hierarquia vertical e centralizada ou filiação formal a grupos extremistas e terroristas. O planejamento, de acordo com a pesquisadora, é majoritariamente individual. “Mas eles mencionam

seus planos e desejos para outros do ecossistema digital, da subcultura online na qual estão inseridos”, explica. Nesse contexto, pedem dicas, postam instruções para tornar armas mais letais, como fabricar bombas caseiras, onde adquirir material, como executar o maior número de vítimas. “Alguns manifestos de terroristas de extrema direita, que são postados e disseminados nessas subculturas online extremistas, exercem papel tanto para produzir imitadores como manual de instruções”, completa.

Eunice, como em inúmeros casos envolvendo ameaça a professores, ficou com a saúde prejudicada. “Fiquei dias com medo, sem comer, sem dormir, sem interagir com ninguém”, lembra a professora. O quadro ficou mais sensível depois de reiteradas recusas da direção escolar em se envolver nos episódios. “O diretor, extremamente machista, dizia que não iria colocar o nome do colégio no lixo por causa de uma pessoa com mania de perseguição”, conta.

Atualmente, o ex-aluno está matriculado em outra escola, por iniciativa do pai. “Se dependesse da direção, o aluno estaria lá até hoje”, desabafa Eunice. O apoio para ela superar a situação veio de dentro da estrutura familiar, de poucos colegas, incluindo o presidente da APP Regional (Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Paraná), além do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher.

**Por segurança, o nome da professora foi alterado para garantir o anonimato de todos os envolvidos*



Foto: Jordana Mercado

Élbia Pereira Lucas - Uruguai

Professora especializada em Educação Pré-Escolar, especialista em Didática do Ensino Fundamental mestranda em Educação, Política e Sociedade. Desde 2012, Secretária da Federação Uruguia de Docentes-Trabalhadores da Educação Primária (FUM-TEP)

Convenção 190: Por um Trabalho mais digno, igualitário, livre de violência, de assédio e de discriminação

A Convenção sobre o direito de toda pessoa a um mundo do trabalho livre de violência e assédio, incluindo a violência e o assédio baseados no gênero, foi adotada na Conferência Internacional do Trabalho da OIT, em junho de 2019, em Genebra, Suíça.

Nosso país, o Uruguai, foi o primeiro no mundo a ratificar essa Convenção. Este fato não foi por acaso, já que o nosso país tem

estado na vanguarda em termos de regulamentação na defesa dos direitos; a Lei n.º 18.561, sobre Assédio Sexual, Prevenção e Punição no Âmbito Trabalhista e nas Relações Professor Aluno, de 11/09/2009, e a Lei n.º 19.580, sobre a Violência Contra as Mulheres Baseada no Gênero, de 22/12/2017, são exemplos dessa regulamentação que proporcionou um marco favorável para a rápida promulgação da Convenção 190.

É válido ressaltar que, além das referidas regulamentações, houve um importante trabalho promovido pelo PIT-CNT e realizado pelos diferentes sindicatos, que participaram ativamente das áreas tripartites anteriores, por meio da Secretaria de Gênero, Equidade e Diversidade, do PIT-CNT, e foram realizados seminários sobre o conteúdo da Convenção para divulgar a importância de sua ratificação. Diversos movimentos sociais também fizeram parte dessa campanha de divulgação e discussão. Ou seja, foi uma causa impulsionada pelo movimento sindical e social como um todo.

“

É preciso continuar legislando com uma perspectiva inclusiva e igualitária e defender esses princípios em todas as áreas possíveis.

”



É essencial que as empresas e organizações adotem medidas preventivas e punitivas para que a ratificação da Convenção 190 cumpra seu objetivo.



O Poder Executivo enviou a iniciativa ao Parlamento, em setembro de 2019. A Câmara dos Senadores aprovou por unanimidade, em 10 de dezembro, e a Câmara dos Deputados fez o mesmo, com o mesmo placar, em 17 de dezembro do mesmo ano.

A ratificação dessa Convenção, em nosso país, é de grande importância, porque abrange questões relativas à saúde, à não violência, à igualdade, à segurança, à não discriminação, aspectos que têm sido a bandeira da luta dos trabalhadores e trabalhadoras.

A ratificação de uma Convenção é certamente importante, mas não suficiente. É preciso continuar legislando com uma perspectiva inclusiva e igualitária e defender esses princípios em todas as áreas possíveis, e essa defesa é com mulheres, homens, com minorias, é com todos e com todas. Para isso, é preciso que as áreas de tomada de decisão se aproximem gradativamente dessa parceria. Queremos uma maior presença feminina nos diversos espaços de decisão das organizações.

Os processos são longos e têm avanços e retrocessos; o Uruguai tem um contexto histórico favorável à construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Contudo, ainda há muito a fazer, e os sindicatos terão um papel fundamental na criação e atualização de protocolos de ação contra situações de assédio, discriminação e violência, bem como no desenvolvimento de campanhas e oficinas de conscientização contra todas as formas de assédio e violência. É essencial que as empresas e organizações adotem medidas preventivas e punitivas para que a ratificação da Convenção 190 cumpra seu objetivo.

Em março de 2020, um governo neoliberal foi instalado no país e muitos dos direitos conquistados estão ameaçados. Um exemplo disso é o projeto de lei apresentado pelo Ministério do Trabalho e da Seguridade Social no Conselho Superior Tripartite, em 2022. Nele, é proposta uma definição de assédio que contradiz a especificada na Convenção 190, ao declarar que assédio é “qualquer comportamento hostil, de maus-tratos, humilhação,

seja por ação ou omissão, repetido e realizado de maneira sistemática, por um tempo prolongado, realizada por um indivíduo, por um grupo de indivíduos ou uma organização de classe, suficiente para prejudicar os direitos legais protegidos pelo sistema judicial e que pode causar danos a uma pessoa ou prejudicar o ambiente de trabalho” (Artigo 2º do projeto), enquanto que, para a Convenção 190 “significa um conjunto de comportamentos e práticas inaceitáveis, ou ameaças de tais comportamentos e práticas, manifestados uma vez ou repetidamente, que têm como objeto causar, ou são susceptíveis de causar, danos físicos, psicológicos, sexuais ou econômicos, incluindo violência e assédio baseados em gênero”.

A repetição, como requisito para que uma conduta se qualifique como assédio, implica um retrocesso de grande magnitude, uma vez que a vítima deve suportar mais de um evento para fazer a queixa correspondente, com o impacto na saúde e nas condições de trabalho que isso implica.

Em resumo, embora as condições históricas e contextuais tenham sido muito favoráveis, em 2019, para que o Uruguai fosse o primeiro país a ratificar a Convenção 190, é essencial que todas as organizações populares e especialmente os sindicatos aprofundem a defesa dos direitos e, particularmente, aqueles que se referem à construção de uma sociedade mais justa, mais igualitária, livre de violência, assédio e discriminação.

Foto: Luara Baggi



**“A Ciência
está de volta”**

Engenheira eletricista, presidente nacional do Partido Comunista do Brasil (PCdoB) e longa carreira política, Luciana Santos é a primeira mulher titular do Ministério da Ciência e Tecnologia do Brasil. Em entrevista exclusiva à revista Mátria, a ministra conta seus planos para retomar o protagonismo do setor, após quatro anos de negacionismo e desmonte orçamentário. Valorizar a ciência e seus pesquisadores, estimular a reindustrialização do país e o ingresso de meninas em carreiras tecnológicas estão entre os desafios dessa nordestina, natural de Recife-PE, cheia de disposição:

Revista Mátria: A senhora é a primeira mulher na pasta da Ciência, Tecnologia e Inovação. Uma área, até então, restrita aos homens. Como encara esse desafio?

Luciana Santos: O cargo de ministra da Ciência, Tecnologia e Inovação, a primeira da História do País, é um dos maiores desafios da minha vida pública. Já ocupei diferentes cargos ao longo da minha trajetória política. Fui, por duas vezes, prefeita de Olinda, minha cidade natal; deputada estadual e federal por Pernambuco; secretária de Estado de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente; e vice-governadora de Pernambuco. Agora, ao assumir o cargo de Ministra, chego com a missão de trazer a ciência de volta após quatro anos de negacionismo. Nosso objetivo é implementar uma vigorosa política de valorização e respeito à ciência e aos pesquisadores,

de estímulo ao desenvolvimento científico e tecnológico do País, de apoio à política de reindustrialização do Brasil e de trabalhar pela inserção de meninas e mulheres nas carreiras científicas e tecnológicas.

RM: Quais os seus planos para esse ministério?

LS: Primeiro, como eu disse, a ciência está de volta. Nos últimos quatro anos, a ciência brasileira viveu um verdadeiro apagão no seu financiamento. Estudos e pesquisas foram paralisados; laboratórios, institutos e universidades foram sucateados; pesquisadores foram afastados e perseguidos. Agora, estamos empenhados em recuperar o Orçamento do MCTI e liberar os recursos do FNDCT, que é o principal instrumento público de financiamento da ciência brasileira. Estamos retomando o diálogo com a

Academia, a comunidade científica e o setor produtivo. Relançamos a cooperação científica em alto nível com a Argentina e faremos isso com outros países.

RM: Tem algum projeto para despertar a curiosidade pela ciência nas meninas?

LS: Estamos construindo essa pauta dentro do MCTI e também com as unidades de pesquisa vinculadas. O Centro de Tecnologias Estratégicas do Nordeste, o Cetene, criou o programa Futuras Cientistas, que, neste ano, foi realizado em escala nacional. É um programa que desperta o interesse e estimula a inserção de alunas e professoras nas áreas da Ciência, Engenharia e Matemática. É uma iniciativa importante para enfrentar a desigualdade de gênero que ainda persiste nas carreiras tecnológicas. Um exemplo a ser seguido.

RM: Na condição de mulher, que tipo de barreiras enfrentou, por exemplo, no curso de Engenharia Elétrica, na participação em movimentos estudantis e na militância política, áreas muito dominadas pelos homens?

LS: Eu comecei muito cedo. Fui militante no movimento estudantil, em 1984. Depois, fui presidente do Diretório Acadêmico de Engenharia e Computação da UFPE em 1985, dirigente do DCE e vice-presidente regional da União Nacional dos Estudantes de 1989 a 1991. Então, eu tenho uma vivência muito rica de participação política. Nem sempre foi fácil. Mas sempre busquei o bom combate. Sempre escolhi o caminho do diálogo, da convergência, e isso terminou me levando a ocupar cargos nos espaços de poder, o que é um sinal de amadurecimento do nosso país.

RM: Quais os desafios para a ciência depois de um governo negacionista e que via a ciência como um gasto desnecessário?

LS: Acho que o principal desafio, neste momento, é a recomposição orçamentária. Como eu disse, a ciência brasileira sofreu uma drástica redução de recursos federais e o bloqueio do FNDCT. Com isso, as atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação foram paralisadas ou desaceleradas, o que teve profundo impacto no desenvolvimento científico do País. Não há nação livre e soberana sem uma ciência forte. A ciência brasileira tem inestimável contribuição a oferecer para o

enfrentamento dos grandes desafios nacionais, mas depende de financiamento robusto, contínuo e crescente.

Outro desafio é o resgate da ciência. Já iniciamos esse processo com a indicação do professor Ricardo Galvão para a presidência do CNPq. Com esse anúncio, procuramos virar a página do negacionismo, inclusive o negacionismo ambiental, e exaltamos o trabalho desenvolvido pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, o Inpe, que é uma referência global no monitoramento dos biomas brasileiros, em especial, da Amazônia. Quero lembrar que o CNPq é a pedra fundamental do desenvolvimento científico do Brasil, e a nomeação de Ricardo Galvão para a presidência traduz a mensagem

clara que queremos transmitir à sociedade brasileira: a ciência voltou a ter vez neste País.

RM: Duas cientistas brasileiras figuram entre os primeiros pesquisadores a isolar o DNA do vírus do COVID 19. Como a senhora vê esse posicionamento feminino no cenário científico mundial?

LS: Vejo como resultado do trabalho construído ao longo da História por muitas mulheres, que foram abrindo portas e garantindo o lugar de outras mulheres em todas as esferas. Infelizmente, a desigualdade de gênero ainda é uma realidade, não só na ciência. Por isso, a afirmação dos direitos das mulheres deve pautar a atuação de todos os agentes públicos de modo que elas tenham seus espaços no mercado de trabalho e na sociedade ampliados, e suas conquistas consolidadas.

RM: A senhora defende os direitos das pessoas com deficiência, assim como o aprendizado de tecnologia da informação para a população carente, entre outros projetos. De que forma, o Ministério da Ciência e Tecnologia pode auxiliar nesses dois temas, por exemplo?

LS: O MCTI possui o Sistema Nacional de Laboratórios de Tecnologia Assistiva, que reúne um conjunto de laboratórios, de caráter multiusuário e acesso aberto, direcionados à pesquisa, ao desenvolvimento tecnológico, à formação de capital humano, à prestação de serviços tecnológicos em tecnologia

“
Estamos empenhados em recuperar o Orçamento do MCTI e liberar os recursos do FNDCT, que é o principal instrumento público de financiamento da ciência brasileira
 ”

assistiva. Para estruturar esse sistema, uma chamada pública foi lançada, em conjunto com o CNPq e a Finep, no valor de R\$ 50 milhões. O objetivo é contribuir para melhoria da qualidade de vida, para o desenvolvimento da autonomia pessoal, para a inserção no mercado de trabalho e para a participação social das pessoas com deficiência, mobilidade reduzida, doenças raras e idosas, a fim de promover o pleno exercício da cidadania, de seus direitos e de sua dignidade.

Em relação ao acesso das pessoas mais vulneráveis às Tecnologias da Informação, temos duas experiências inspiradoras que queremos aprimorar e expandir. Uma delas é o programa Embarque Digital, desenvolvido pela Prefeitura do Recife em parceria com o Porto Digital. Trata-se de um programa de formação técnica em nível superior na área de Tecnologia da Informação, com duração de dois anos e meio, voltado para os estudantes que tenham concluído o Ensino Médio na rede pública. O objetivo é garantir qualificação profissional e ampliar a empregabilidade dos jovens, além de fortalecer os ecossistemas de inovação do País.

Outra iniciativa é a implantação de centros de inovação em escolas públicas, com laboratórios *maker* e de Tecnologias da Informação e da Comunicação. Esses centros serão abertos à participação da comunidade escolar e vão contribuir para a interiorização de projetos de inovação.



Foto: Luara Baggi

RM: A carreira de cientista no Brasil é, muitas vezes, mantida por bolsa e auxílio, com valor relativamente baixo nos últimos anos, mesmo exigindo dedicação exclusiva e sem alguns direitos trabalhistas. Isso acaba sendo uma barreira para muitas pessoas. Como valorizar a carreira dos cientistas e torná-la mais inclusiva?

LS: Temos o compromisso de reajustar as bolsas de estudo e pesquisa da Capes e do CNPq, que não são corrigidas há 10 anos. Os

percentuais estão sendo calculados, mas sabemos que essa é uma medida urgente, que deve ser anunciada nas próximas semanas pelo presidente Lula. Também enviaremos esforços para melhorar a infraestrutura de pesquisa do País, articulando recursos do FNDCT para a aquisição de equipamentos e reformas nas instalações de laboratórios e centros de pesquisa. Temos muito trabalho pela frente, mas ainda maior é o nosso empenho em resgatar as políticas públicas e iniciativas de valorização da ciência brasileira.

Mulheres em clima de conferência global

Elas estão entre as mais atingidas pela crise climática, mas só recentemente começam a participar dos debates para conter esses impactos

A degradação ambiental está desencadeando diversos fenômenos econômicos e sociopolíticos que vulnerabilizam pessoas do sexo feminino. O alerta foi feito por Reem Alsalem, relatora especial da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre violência contra mulheres e meninas.

Num documento publicado em outubro de 2022, Alsalem destaca as vulnerabilidades sobrepostas experimentadas por grupos de mulheres com maior risco de sofrer com os impactos da emergência climática;





como mulheres pobres e/ou em contextos “racializados”, indígenas e mulheres com deficiência. O relatório também aponta a necessidade de abordar a violência contra mulheres e meninas como parte da emergência climática.

“As mulheres são as mais impactadas, porque são elas que estão – na sua grande maioria, as mulheres negras – vivendo nas áreas mais pobres. Estão em contato com a degradação ambiental, com a carência de recursos, água, saneamento; questões que passam

pela justiça ambiental”, explica Iara Pietricovsky, antropóloga e consultora do Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc).

Na opinião da antropóloga, não é por acaso que existe uma abordagem específica, que é o racismo ambiental. “O impacto maior da questão ambiental vai se dar naquelas populações que são historicamente impactadas pela desigualdade de gênero e raça no Brasil, um universo que pode se replicar em países da América Latina e África”, acrescenta.



Delegação indígena brasileira foi destaque na COP 27 e contou com lideranças do então governo de transição, como as ministras Marina Silva (Meio Ambiente) e Sônia Guajajara (Povos Originários)

Participação das mulheres na COP 27

A presidente da Talanoa, organização dedicada à política climática, Natalie Unterstell, participou da 27ª Conferência do Clima (COP 27), realizada em novembro de 2022, em Sharm El-Sheik, Egito. Ela avalia que há aumento de grupos e de redes de mulheres atuantes. “Nas últimas COP, a gente anda pelos corredores e vê cartazes e pôsteres com informações sobre a participação das mulheres nas conferências, e os impactos da mudança do clima sobre as mulheres. E isso é superimportante, porque o ambiente de negociação ainda tem muitos representantes de governo, ainda é muito masculino”.



Natalie explica que, na medida em que esses grupos de mulheres começam a se organizar, a presença feminina vai se materializando com uma ascensão mais intensa de lideranças, inclusive de meninas. “Essa atuação é coletiva, se dá em redes, com algumas lideranças importantes como a Mary Robinson, ex-presidente da Irlanda, que fala sobre gênero nas COP, nos últimos anos, e a organização WEDO (Women’s Environment and Development Organization) que vem promovendo ações nessa área há, pelo menos, duas décadas”.

Novos ares na Conferência

A delegação do Brasil na COP 27 contou com lideranças do então governo de transição, como as ministras Marina Silva (Meio Ambiente) e Sônia Guajajara (Povos Originários). “A gente chegou lá com pessoas da equipe de transição pautando as discussões que o Brasil virá a fazer”,

conta Natalie. “Mas também contou com muitas mulheres, que são lideranças da sociedade civil, no setor privado. Gente de todas as idades, desde a jovem liderança indígena Txai Suruí, à Marina Grossi, do CEBDS (Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável). Muitas que carregam essa bandeira de incluir mais mulheres, não é só ter uma de referência, nós precisamos ser muitas, mesmo”, completa a presidente da Talanoa.

Para a consultora do Iara Pietricovsky, que também marcou presença na COP 27, a participação das mulheres no debate de soluções para a crise climática ainda é pequena. “O debate existe, é claro. Mas o movimento feminista ainda está numa agenda mais de defesa contra a violência contra a mulher. E essa relação com a questão climática não está na prioridade”, analisa. Ela lembra que o presidente Lula e a ministra Marina Silva anunciaram, nos grupos de transição, que a



Na COP27, Lula com a 1ª ministra dos Povos Indígenas do Brasil, Sônia Guajajara, a presidenta da FUNAI, Joênia Wapichana, e a deputada federal Célia Xakriabá (PSol/MG)

Foto: Ricardo Struckert



questão ambiental é transversal, que precisa atravessar todas as políticas, o que inclui as mulheres, e esse fator é positivo.

“Eu vejo uma demanda comum a todos os segmentos de mulheres, que é o fato de que nós chegamos a essa crise climática nos dias atuais por uma profunda crise de liderança, e das autoridades que vem sendo ocupadas por vozes de homens brancos em geral”, assevera Natalie. “A prioridade de incluir as mulheres no debate, como protagonistas, não é meramente formal e representativa. Essas questões de gênero, muitas vezes, ainda são tratadas, principalmente no Brasil, como ‘questões identitárias’ quando, na verdade, há uma profunda ligação com os jogos de poder, com o equilíbrio de poder político”, sintetiza.

Desafios

“O Brasil precisa fazer uma lição de casa não realizada, que é a adaptação. Esse investimento é importante e não vem acontecendo, nem nas cidades nem no campo. A gente só vai conseguir reduzir impactos se conseguir reduzir as emissões [de gases do efeito estufa] e, por outro lado, se a gente conseguir preparar essas mulheres e meninas para que elas possam se adaptar a esse mundo mais quente, esse clima mais instável, a alcançarem maior segurança em todas as dimensões tanto social, econômica como física”.

Para Iara Pietricovsky é necessário investir em políticas públicas transversais para reduzir o aquecimento global e incluir as mulheres: “Se você vai proteger a floresta

amazônica, por exemplo, ou mudar a matriz energética, precisa fazer programas que sejam coerentes, de forma a beneficiar a produção daquelas comunidades indígenas, tradicionais, com políticas de incentivo de coleta e comercialização de forma sustentável”.

Ela acrescenta que, nas populações tradicionais, as mulheres têm papel fundamental. Por isso, é preciso reconhecer a existência delas e incentivar um processo de formação orientado pela sustentabilidade e preservação ambiental, com garantia de comercialização. “Isso é importante para que elas não fiquem vulneráveis a qualquer relação com empresa que queira obter lucros imediatos em detrimento da preservação daquele meio ambiente”, finaliza.

Transição Justa para a classe trabalhadora brasileira

Oitenta milhões de empregos podem ser perdidos até 2030 devido à mudança do clima, sendo os países pobres os mais atingidos. A estimativa é da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Reconhecendo esse cenário, a transição justa é a principal bandeira do movimento sindical na discussão sobre a crise climática e seu enfrentamento.

O secretário de meio ambiente da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Daniel Gaio, explica que, graças à incidência do movimento sindical, o Plano de Implementação de Sharm el-Sheikh, da COP 27, incorporou entre os seus pontos o reconhecimento do diálogo social e garantias de proteção social para alcançar a transição justa, além de destacar a importância de participação efetiva das partes impactadas, dentre elas a força de trabalho.

Entre as medidas previstas estão a antecipação de aposentadoria para aqueles que perderem postos de trabalho; contratação de emprego qualificado e qualificação de mão de obra para a reconversão das indústrias.

Outro avanço da COP 27 para os trabalhadores foi a aprovação de um Fundo para Perdas e Danos. “É importante garantir que o acesso a esse fundo promova possibilidades para os países e setores mais impactados sem provocar um aumento das desigualdades e injustiças”, reforça Gaio.

Entre as atividades econômicas que mais emitem gases do efeito estufa no Brasil está a mudança no uso da terra (retirada de vegetação nativa). O presidente Lula já se comprometeu a reduzir o desmatamento. Segundo Gaio, o cumprimento dessa meta precisa ser acompanhado de políticas para as populações que hoje estão vivendo dessa atividade: “Essa redução no desmatamento pode impactar em pessoas que hoje vivem dessa renda, inclusive ilegais: tem muita gente refém do crime organizado, que opera ilegalmente em várias atividades. Precisamos dar uma saída política e econômica para essa população”.

Para Daniel Gaio, também é preciso que o governo invista na construção de políticas de nacionalização de produção e geração de empregos de qualidade na indústria nacional. “Há pesquisas mostrando que quanto mais verdes são os empregos no Brasil, piores são. Nesses setores de energia eólica, solar e etanol (biocombustíveis) há baixa remuneração, terceirização e quarteirização, convênios coletivos fragmentados e baixa representatividade sindical, situação muito diferente do setor do óleo e hidrelétricas. Precisamos garantir que esses empregos verdes sejam de qualidade”, conclui o dirigente.

GLOSSÁRIO

INFORMAÇÕES DO INSTITUTO CLIMAINFO

Aquecimento Global

É o processo de aumento da temperatura próximo à superfície do planeta causado pelo excedente de emissões de gases de efeito estufa provocado, principalmente, pela queima de combustíveis fósseis e pelo desmatamento.

Clima

É a média e a variabilidade das variáveis meteorológicas ao longo de períodos extensos de tempo. As variáveis meteorológicas mais comuns são temperatura, umidade, pressão atmosférica, vento e precipitação. A Organização Meteorológica Mundial adotou o período de 30 anos como padrão.

Dióxido de carbono - CO₂

Principal responsável pelo aquecimento global. Ele é formado em processos naturais como a respiração e a fotossíntese, mas também na queima de combustíveis (fósseis ou não) e pelo desmatamento.

Emergência climática

O termo foi escolhido pelo Dicionário Oxford como “palavra do ano” em 2019 para enfatizar a urgência para se enfrentar as consequências do aquecimento global.

Gases de efeito estufa (GEE, ou GHG da sigla em inglês)

Todo gás que capta e reemite radiação infravermelha na atmosfera. São os principais: dióxido de carbono, metano, óxido nitroso, ozônio, hexafluoreto de enxofre e algumas substâncias das famílias dos clorofluorcarbonos, hidrofluorcarbonos, hidroclorofluorcarbonos e perfluorcarbonos. O vapor d'água absorve uma quantidade importante de radiação. Em geral não é citado por ter um tempo curto de persistência na atmosfera (dias) e sua emissão antrópica ser baixa. Em Portugal, usa-se a expressão gases com efeito de estufa - bem mais precisa do que a comumente empregada no Brasil.

Justiça Climática

O conceito surgiu a partir da percepção de que os impactos das mudanças climáticas atingem de forma e intensidade diferentes grupos sociais distintos e, portanto, a mitigação e a adaptação devem priorizar populações vulneráveis.

Mitigação

Uma intervenção humana para reduzir seu impacto sobre o sistema climático; inclui estratégias para substituir fontes, reduzir emissões de gases de efeito estufa e aumentar os sumidouros desses gases.



Foto: Arquivo pessoal

Samyra Crespo

Historiadora e pesquisadora sênior do Museu de Astronomia e Ciências Afins (MCT). Foi presidente do Jardim Botânico do Rio de Janeiro (2013-2016) e coordenou a Rede Brasileira de Mulheres pela Sustentabilidade de 2009 a 2012.

Nota sobre o legado do movimento de mulheres da ECO-92

Podemos afirmar com segurança que a Eco-92 (ou Rio-92) produziu o encontro oportuno e multiplicador entre o movimento feminista e o movimento de mulheres ativistas do ambientalista global.

É importante enfatizar que, antes da Conferência do Rio (ou da Eco-92, como foi apelada), não era corrente no Brasil o uso do termo “ambientalista”, e sim “ecológico”. Falava-se em movimento ecológico, um movimento crítico, alternativo e opositor ao que entendemos como modelo industrial-capitalista de desenvolvimento.

Em 1992, cerca de 30 mil mulheres se reuniram no Rio de Janeiro no chamado Fórum paralelo da Eco-92, e ali formularam uma ambiciosa agenda de luta das mulheres por um planeta mais sustentável. Foi o maior evento público de mulheres envolvidas com os temas ambientais até então: o Planeta Fêmea, que teve lugar no Aterro do Flamengo, também o maior evento da sociedade civil organizada em nosso país. Até aquele momento, as conferências da ONU eram estritamente governamentais, não incluíam a presença da sociedade civil organizada.

O Movimento de Mulheres, tanto o global como o nacional, compareceu em peso nesse

evento e não desperdiçou a oportunidade de apresentar as suas reivindicações. Em vez de afirmar os princípios ideológicos das ativistas essencialistas, as lideranças entenderam a oportunidade política de se contrapor à tese do “population bomb” (baseada em estudo disseminado por seu autor, Paul Erlich) que afirmava ser necessário políticas públicas de controle de nascimentos para evitar a explosão populacional. A explosão populacional significaria maior pressão sobre os recursos naturais e o possível esgotamento deles.

As lideranças então articularam um poderoso discurso em torno dos “direitos reprodutivos” das mulheres (um dos principais focos da futura Conferência de Beijing em 1995), e denunciaram a esterilização da população pobre, justamente a que menos consome por exemplo, energia e outros serviços ecológicos.

O Planeta Fêmea levantou uma vigorosa pauta em torno das diferenças entre Norte e Sul (países ricos e em desenvolvimento), bem como a necessidade de se combater o processo de “feminização da pobreza”, assegurando serviços básicos como água potável e alimentos saudáveis às famílias. Havia a poluição dos pobres e a poluição dos ricos. Qual era a pior?

Um mútuo benefício ocorreu, portanto, entre o feminismo, movimento maior e o ecofeminismo, vertente minoritária do movimento ecológico. Os ideários se misturaram e todas as conferências que se seguiram, no âmbito da ONU, direcionadas às mulheres o comprovam: houve uma ecologização da agenda do movimento feminista e houve uma politização pragmática do movimento ecofeminista que passou a visar, além da “mudança de paradigma”, resultados concretos em suas ações.

Nos dez anos seguintes à Conferência, pode-se seguir os rastros desse desdobramento por meio da Agenda 21 das Mulheres. Uma organização internacional catalisadora dessa orientação foi o WEDO, com sede nos EUA e a REDEH no Brasil. Os documentos das Conferências Nacionais promovidas durante os governos progressistas de Lula e Dilma Rousseff – por meio da Secretaria Especial das Mulheres (com status de ministério) são importantes fontes comprobatórias dessa saudável mescla.

A Rio 92 consagrou além do termo “desenvolvimento sustentável” o de “stakeholders” (partes, agentes ou grupos interessados) e “grupos vulneráveis”, destacando neste último as crianças, mulheres, idosos e indígenas. Também recomendou fortemente que os processos de decisão fossem participativos. O que significou politicamente a inclusão de grupos sociais até então excluídos dos processos de tomada de decisão na vida pública. Esses modelos participativos de gestão, assim como a criação de centenas de conselhos por todo o Brasil, foi um extraordinário fermento à inclusão feminina na vida pública brasileira.

Em resumo, a Rio 92, entre outros benefícios, fortaleceu a democracia, e nesta configuração assegurou a participação das mulheres nos conselhos, comissões e demais instrumentos da chamada “gestão participativa” que foi enfaticamente incentivada.

Pode-se ter a falsa impressão de que a vertente ecofeminista perdeu espaço, mas sua presença se fez sentir na educação ambiental e em milhares de

iniciativas no caldeirão de tendências derivadas do “socioambientalismo brasileiro”, movimentos autônomos, sustentados por organizações da sociedade, igrejas e outras instituições que agregam conteúdos críticos ou alternativos ao *mainstream* da política ambiental institucional.

Nesta construção, deve-se também levar em conta o impacto dos programas de fomento por parte de organismos bi ou multilaterais como o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o Banco Mundial, ou ainda agências como PNUMA (Programa da ONU para o Meio Ambiente), e da agência que veio a se chamar ONU-Mulheres.

As agências de fomento engajaram-se fortemente na agenda de empoderamento das mulheres a partir da sua independência econômica, e então funcionaram como um verdadeiro celeiro de lideranças femininas locais.

O ecofeminismo de raiz, mais fundamentalista, perdeu força sem desaparecer. Estabeleceu uma pacífica convivência com as demais tendências e aflora aqui e ali. Note-se que, entre os documentos gerados pela Conferência da Rio, está a Carta da Terra, que tem entre seus redatores o ex-frei franciscano e filósofo Leonardo Boff.

O tamanho colossal do esforço feito por esta geração, nos últimos 30 anos, construiu um invejável arcabouço político, técnico-científico e empresarial, com resultados subestimados. A partir de 2018 esse gigantesco esforço foi abalado com a eleição de governos (federal, estadual e municipal) que se mostraram indiferentes ou hostis à agenda da sustentabilidade ambiental. E mais, contrários aos pilares da gestão participativa.

O futuro indica necessidade de reconstrução, de resgate de políticas e de articulações que possam tornar novamente pulsante a vida democrática do País. Neste futuro estará um grande número de mulheres. Com um aprendizado e uma contribuição imprescindível que merece ser vista e valorizada.

MINISTRA INDÍGENA: nunca, antes, na história deste país



Um Ministério e uma Fundação nas mãos das mulheres representando seu próprio povo

No ano passado, durante a COP -27, no Egito, o recém-eleito, e ainda não empossado, Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva anunciou algo impensável para quem viveu o pesadelo obscurantista dos últimos quatro anos: em seu governo, seria criado o então denominado Ministério dos Povos Originários. Naquele novembro, quando fez o anúncio, Lula disse que criaria a Pasta para que os próprios indígenas garantissem segurança, paz e sustentabilidade. Ao assumir, em 1º de janeiro, um dos primeiros decretos que assinou, no ato da posse, determinava a criação do Ministério dos Povos Indígenas, um sonho antigo da população originária, e um marco na história do Brasil. Para a pasta recém-criada, Lula convidou a deputada federal reeleita Sônia Guajajara, que se tornou a primeira mulher indígena a ocupar um cargo de Primeiro Escalão na Esplanada dos Ministérios. Dos 37 ministros de Lula, 11 são mulheres, um percentual que ultrapassa até mesmo o governo Dilma Rousseff, e representa uma

nova mudança no pensamento dos governos, que demoraram a assumir e permitir que mulheres ocupassem espaços de liderança. Ainda mais mulheres que carregam dupla representatividade, como Sônia Guajajara.

Sônia Bone de Sousa Silva Santos

Sônia nasceu e cresceu na Terra Indígena Araribóia, no Maranhão. Ela pertence ao povo Guajajara/Tentehar, é graduada em Letras e Enfermagem, pós-graduada em Educação Especial e é militante dos direitos dos povos indígenas e do meio ambiente. Em 2022, foi escolhida pela revista Time como uma das 100 pessoas mais influentes do mundo. Sônia também tem voz no Conselho de Direitos Humanos da ONU.

O Ministério nasceu com objetivos bem definidos, dentre eles, garantir e promover os direitos indígenas e proteger os povos isolados e de recente contato, além de avançar na demarcação de terras. Mas os desafios serão imensos, e Sônia parece estar muito consciente de sua grande missão.

Jair Bolsonaro nunca escondeu de ninguém o seu apreço pelos garimpeiros, assim como o seu desprezo pelos povos originários, e seu governo fez o que foi preciso para garantir a invasão das terras indígenas pela exploração ilegal. E isso foi só o começo, o desmatamento aumentou, assim como as notícias de

violência contra os povos originários. Os órgãos de demandas indígenas, como a Funai, foram completamente aparelhados e os Conselhos Populares esvaziados, assim como os mecanismos e órgãos de fiscalização de atividade ilegal. A recente tragédia que atingiu o povo Yanomami e causou a morte de mais de 500 crianças indígenas por inanição, falta de insumos e de atendimento de saúde, mostrou para todo mundo o tamanho do descaso e da falta de humanidade do governo passado. Mostrou também o tamanho do retrocesso do Brasil nessa pauta.

O relatório produzido pelo Grupo de Trabalho de Transição, e entregue em dezembro do ano passado, aponta algumas das pautas que devem ser enfrentadas pelo governo e pelo Ministério, como a revogação do Marco Temporal, que é apontado como inconstitucional e diz que os povos indígenas teriam direito somente aos territórios ocupados até o dia 5 de outubro de 1988, data da promulgação da Constituição. Além disso, mais dez atos normativos devem ser revogados, antes dos 100 dias de novo governo, como o Decreto 10.965, por exemplo, que facilita a mineração em Terras Indígenas.

Nunca mais um Brasil sem nós!

Sônia Guajajara tomou posse como ministra dos Povos Indígenas no dia 11 de janeiro. Ao lado de Anielle

Franco, irmã da vereadora assassinada Marielle, que assume a Pasta da Igualdade Racial, afirmou, em seu discurso, que sua posse e de Anielle eram um símbolo da “resistência secular preta e indígena no Brasil”. Ela falou do preconceito que existe no imaginário do povo brasileiro contra os indígenas, “fruto do racismo, da desigualdade e de uma democracia de baixa representatividade, que provocou uma intensa invisibilidade institucional, política e social”.

Sonia lembrou dos desafios impostos pelo descaso do último governo, como os casos de intoxicação por mercúrio dos garimpos e agrotóxicos, as invasões de territórios indígenas, as condições degradantes de saúde e saneamento, o aumento da insegurança alimentar e a desproteção dos territórios indígenas. A

ministra ainda ressaltou que as terras indígenas são importantes contra o aquecimento global e pela preservação da biodiversidade, fundamentais também na interlocução e boas relações com outras nações do mundo. “Nunca mais um Brasil sem nós!”, disse Sonia Guajajara, finalizando o seu discurso de posse.

Na opinião do presidente do Sindicato dos Servidores Públicos do Estado do Amapá (Sinsepeap), Rosivaldo Marworno, pertencente ao povo Galibi-Marworno, o significado da criação do MPI, para os indígenas, tem um peso simbólico muito grande. “É uma possibilidade de nos vermos nesse contexto de representação, com a certeza de que nossas pautas vão avançar”, comemora. “Esse Ministério representa tudo para nós. É uma marca na representação dos nossos

povos, como nunca houve na nossa história, e com uma mulher indígena e conhecedora de nossas causas”, exaltou o sindicalista indígena.

Mulher no comando da Funai

Em 55 anos de existência, pela primeira vez a Funai será presidida por uma mulher. E uma mulher indígena chamada Joênia Wapichana. Ela não é nova na cena política, já que foi a primeira deputada federal indígena do país. Joênia também foi a primeira mulher indígena a exercer a advocacia no Brasil; se formou em Direito pela Universidade Federal de Roraima (UFRR) e em Direito Internacional pela Universidade do Arizona (EUA).

Joênia nasceu na comunidade indígena Cabeceira do Truarú, na

Foto: Lohana Chaves / Funai



Em 55 anos, Joenia Wapichana será a primeira mulher indígena a assumir a Presidência da FUNAI

Zona Rural de Boa Vista (RR), e é reconhecida por sua longa trajetória em defesa dos povos indígenas, tendo participado, inclusive, das negociações pela demarcação da reserva indígena Raposa Serra do Sol, homologada em 2005 por Lula. Ela também defendeu a reserva em ação que culminou com a decisão do STF para que arroteiros desocupassem a terra, em 2007.

Existe muita expectativa sobre a gestão de Joênia à frente da Funai, não só por se tratar da primeira mulher a assumir esse posto no órgão, mas também porque ele foi totalmente esvaziado na gestão de Jair Bolsonaro. Mas o cenário de terra arrasada não desanima Joênia. Segundo ela, a luta dos povos indígenas nunca foi fácil e que eles vêm resistindo a um processo de colonização por mais de 500 anos.

Índigena tem vez e tem voz

Para ela, estar à frente da Funai é a prova de que os povos indígenas são capazes de assumir espaços de representação e não precisam de tutela, como muitas vezes ainda são enxergados. “Nós temos como missão viabilizar os povos indígenas com sua própria identidade, demandas específicas, cultura própria e direitos que já são reconhecidos na Constituição; além de lutar contra qualquer processo de assimilacionismo que vise apagar nossa especificidade”, declara Joênia. “Ser representante disso é mostrar

que ainda temos muito a avançar em termos de direitos. É necessário ainda trazer para nós uma série de programas e ações que nos tragam a reparação de tudo o que foi sofrido em muitos anos em relação aos povos indígenas”, completa.

Joênia diz que os anos tenebrosos do governo Bolsonaro deixaram de lição a necessidade de continuar resistindo. “Também a resiliência, que nos ajudou a vencer os ataques de um governo anti indígena, e que só atacou nossos direitos. Somos capazes de estar à frente de qualquer espaço para defender nossos direitos. E, se temos essa capacidade, ainda temos muito a contribuir para o mundo”.

Joênia falou sobre os desafios a serem enfrentados também com relação à educação indígena. Ela acredita que essa área precisa ter um espaço próprio no Ministério da Educação (MEC), para que possa dar conta de preservar suas especificidades. “A Constituição estabelece e garante que as políticas públicas sejam específicas e reconheçam toda a questão da educação escolar indígena, valorizando linguagem, ensino bilíngue e tudo o que a LDB já traz como obrigação do Estado brasileiro”, explica.

Wapichana vê a criação do Ministério dos Povos Indígenas como simbólica, no sentido de trazer os povos indígenas para uma posição de destaque no governo Lula. Ela pretende agir com a Funai em parceria com o MPI para executar

e dar andamento a uma série de políticas e obrigações do órgão, que ficaram paralisadas durante o último governo. “Vamos resgatar o que foi desmontado, buscar reestruturar a própria Funai e poder avançar nas políticas públicas que têm como órgão executor a própria Funai”, diz.

Como legado, Joênia diz que ainda é cedo para avaliar, mas pretende deixar essa certeza de que os povos indígenas merecem e devem estar em espaços de representação e decisão. “Hoje, fazemos parte do governo Lula, dizendo que queremos colaborar, assumindo cargos e espaços, mostrando que temos interesse e capacidade. Mas não é só status, queremos condições de desenvolver um bom trabalho. A Funai precisa ser fortalecida, precisa de recursos, valorizar servidores e servidores indígenas. Temos necessidade de recuperar a Funai. E eu fui indicada não só pela minha trajetória, mas também pela minha capacidade de representar os povos indígenas, com diálogo e representação”, explica a nova presidente.

Hoje, existe quase um milhão de indígenas no país, divididos em 305 etnias, e que falam 274 línguas indígenas. Mais de 500 anos depois da colonização, esta é a primeira vez que se veem representados em um Ministério próprio na Esplanada e em sua própria fundação. Mais que isso, que sejam representados por duas mulheres, que lutam por visibilidade, direitos e espaço na nova história do Brasil.

Lei 10.639

Após 20 anos, história de combate ao racismo resiste no ambiente escolar

Em 2023, o Brasil comemora 20 anos da Lei 10.639, que alterou a Lei de Diretrizes de Bases da Educação Nacional, e estabeleceu a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana na Educação Básica. A norma é considerada um marco na educação brasileira, no sentido da transformação social, e caminha junto ao pensamento de uma das lideranças mais importante

da história do mundo que combateu o racismo, Nelson Mandela: “a educação é a arma mais poderosa que você pode usar para mudar o mundo.”

A Lei é resultado da luta do movimento negro e nasceu com o objetivo de levar para as salas de aula mais conhecimento com diretrizes para valorizar e ressaltar a presença africana na sociedade, além de ser um instrumento contra a discriminação e o preconceito racial. As diretrizes

estipularam as formas de como as questões étnico-raciais deveriam ser trabalhadas na educação. Uma das orientações foi reconhecer e valorizar as raízes africanas da nação brasileira, ao lado de outras como indígenas, europeias e asiáticas. Outro ponto que deveria ser explorado é a participação de negros em diferentes áreas do conhecimento, de atuação profissional, de criação tecnológica, artística e de luta social.



Com a abrangência desse dispositivo, a responsabilidade do combate ao racismo nas escolas passou a ser dividida entre diretores de escola, coordenadores pedagógicos, professores, reitores, merendeiras, vigias e outros funcionários, incluindo a comunidade escolar.

Segundo Iêda Leal, Secretária de Combate ao Racismo da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), ativista integrante do Movimento Negro Unificado



Iêda Leal: nossa história e cultura ricas devem ser espalhadas pelas escolas do país

(MNU) e agora secretária de Gestão do Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial, pasta do Ministério da Igualdade Racial no governo Lula, a Lei 10.639 é de grande importância para ensinar à juventude e às crianças uma versão da História que não foi contada da maneira correta, com a recuperação da visão do negro como protagonista dessa narrativa.

“É sabido que houve um processo de invisibilidade dos negros ao longo dos anos, e a Lei traz a possibilidade e a responsabilidade de a escola compreender a importância de falarmos sobre todos nós de uma forma positiva. Nós temos uma história e uma cultura muito ricas; nosso dever, enquanto trabalhadoras e trabalhadores da Educação, é que essa narrativa seja contada em todos os cantos do país”, afirma.

Desafios e efetivação

Apesar da vitória da implementação da norma, não existem análises públicas recentes para avaliar, oficialmente, a implementação da Lei nos estados brasileiros, nem sua efetividade. Entretanto, há consenso entre trabalhadoras e trabalhadores da Educação quanto a importância de se falar sobre o racismo dentro da sala de aula e que a resistência contra esse tipo de crime é forte dentro do ambiente escolar.

De acordo com a supervisora escolar Elisabeth Fernandes de Sousa, a Lei tem sido trabalhada de forma dialética: em alguns momentos com avanços; em outros, com retrocessos, a depender do momento histórico. Mas, segundo

ela, o fato de a norma existir traz impacto positivo e mobiliza governos a estabelecerem políticas públicas nesse sentido.

“A educação antirracista, desde então, é trabalhada em diversas formas na sala de aula, mas, em geral, por professores negros que tem afinidade com a discussão racial ou professores brancos com posturas antirracistas com princípio de educar para a Igualdade racial”, afirma.

Para Elisabeth, o papel de todos os trabalhadores negros e brancos é mostrar para a sociedade que é preciso estarmos atentos a outros padrões de afeto, de beleza, de cultura e de participação, além de não pensarmos em seres humanos em espaços pré-definidos.

Nesse sentido, a Lei 10.639 garante a possibilidade de deslocar as pessoas do lugar de objeto, de escravizado, as colocando no lugar de sujeitos detentores de conhecimento, de saberes, de técnicas que contribuíram para a formação da sociedade brasileira. Esse fato mostra o reconhecimento da importância dos povos africanos e afro-brasileiros para o Brasil e, consequentemente, atua diretamente no combate ao racismo.

Mesmo durante os últimos anos de negação ao racismo promovido pelo governo Bolsonaro, a luta antirracista sobreviveu e resistiu. “Nós temos uma produção intelectual grandiosa; precisamos continuar repartido essa produção com todas as pessoas da educação, já que se trata de uma grande parceira no compromisso com a luta antirracista”, concluiu Elisabeth.

AS APANHADORAS DE FLORES E O DESAFIO DE MANTER A NATUREZA SEMPRE-VIVA

Na Serra do Espinhaço, as comunidades tradicionais que preservam saberes singulares enfrentam obstáculos para manter suas culturas

Elas vivem da terra ao mesmo tempo em que mantém a terra viva, numa troca saudável com a natureza, na qual todos ganham. Elas se dizem apanhadoras de flores, mas, na verdade, representam muito mais que isso para o ecossistema da Serra do Espinhaço, em Diamantina (MG), onde moram, de onde tiram seu sustento e onde desempenham um papel fundamental de verdadeiras guardiãs da terra, da água e do ar ao manter, tanto as flores que apanham (ou “panham”, como costumam dizer) quanto a biodiversidade da região, Sempre-Vivas.





Foto: João Roberto Ripper

Erci Alves - apanhadora de flores da comunidade quilombola de Raiz (MG)

“A *panha* da flor é uma conexão muito direta com a natureza, a natureza traz alegria, é a psicóloga”, explica Erci Alves, liderança do Quilombo de Raíz, na comunidade Presidente Kubitschek, em Diamantina. “A pessoa sai para colher flores, pode sair triste, volta alegre. Na *panha* de flores você ouve histórias tristes, alegres, olha uma coisa na natureza e admira. Não é só a *panha* da flor. Somos guardiões das terras, das águas e da biodiversidade. De tudo que você pensar, a serra é a nossa vida, é a nossa casa”, comenta a líder definindo sua relação com a coleta das flores Sempre-Vivas, uma das atividades mais antigas da comunidade.

Erci, que também trabalha com plantas medicinais, conta que aprendeu esse ofício desde criança e que é uma tradição passada de pai para filho, reunindo a família toda. Essa atividade poderia garantir renda o ano todo, porque em cada época tem uma espécie para colher - e são

90 espécies de Sempre-Vivas - mas ela diz que está ficando mais difícil em função da perda de territórios para monoculturas de eucalipto e braquiárias, entre outras limitações. “Os espaços ficam restritos por causa dos fazendeiros, que proíbem as entradas, devido à questão da monocultura. A gente dependia do manejo do fogo para o sustento dessas flores e hoje a gente perdeu isso. Ainda é a renda da comunidade, mas devido a essa perda de território a gente definiu fazer artesanato para garantir”, explica.

A apanhadora de flores, Maria de Fátima Alves, conhecida como Tatinha, também relata dificuldades com as ameaças causadas pelas mineradoras e o agronegócio, além das restrições impostas pelas Unidades de Proteção Integral. Tatinha faz parte da coordenação da Comissão em Defesa dos Direitos das Comunidades Extrativistas (Codecex) e vive em uma comunidade tradicional

na região, que abriga nascentes de bacias importantes como do rio Jequitinhonha e do São Francisco, também em Minas Gerais.

Além das questões territoriais, Tatinha inclui ainda o baixo preço das flores e a falta de políticas públicas como desafios. “O mais importante é buscar meios de garantir a permanência de quem quer ficar. Os jovens demandam melhoria de recursos de comunicação, internet, acesso à educação de qualidade”, aponta.



Foto: José Odeveza

Maria de Fátima Alves, conhecida como Tatinha





Protocolo de consulta das apanhadoras de flores



Foto: Lizely Borges

Alessandra Jacobovski, assessora jurídica do programa Cerrado

Luta pela terra

Na opinião de Alessandra Jacobovski, assessora jurídica da Terra de Direitos, organização que acompanha os casos de regularização fundiária das comunidades de apanhadores de flores da Serra do Espinhaço, já existe um consenso sobre os direitos dessas comunidades aos territórios. “Elas foram as primeiras a receber, no Brasil, o selo de reconhecimento de Sistemas Importantes do Patrimônio Agrícola Mundial (Sipam), concedido pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), em 2020. E isso resultou num plano de conservação que envolve diversos entes governamentais e não governamentais”,

ressalta Alessandra. Neste plano estão previstas diversas medidas que visam a preservação das comunidades - como proteção e regularização de territórios, acesso a políticas públicas e proteção da agro biodiversidade.

No entanto, o plano vem esbarrando na morosidade dos órgãos públicos com a titulação e regularização desses territórios. “Os pedidos de titulação já foram apresentados, por essas comunidades, há anos. A gente tem caso de 7 anos, e os processos de titulação não andam. A ponto de haver a judicialização, para provocar o Incra [Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária], a titular esses territórios”, pontua Alessandra.

“
Os pedidos de titulação já foram apresentados, por essas comunidades, há anos. A gente tem caso de 7 anos, e os processos de titulação não andam.
”

A assessora da Terra de Direitos afirma que sempre houve demora, porém esse fator foi muito agravado nos últimos quatro anos, com o governo Bolsonaro. “No caso das comunidades tradicionais quilombolas, também existe regularização e reconhecimento desses territórios. No caso dos não-quilombolas, a morosidade vem de um órgão estadual responsável. Ambos alegam deficiência de recursos e de pessoal”, detalha.

Para Alessandra, com o novo governo, abre-se espaço para a

efetivação da política agrária e fundiária, com possibilidade de aporte de recursos, o que deixa a comunidade e a Codecex esperançosas de que esses processos de regularização, agora, passem a caminhar. “A garantia da terra e do território é o principal ponto de acesso para qualquer política pública de saúde, educação, produção agrícola, à realização de atividades econômicas e, sobretudo, à proteção das comunidades tradicionais, da cultura, da biodiversidade do local”, reforça.



Foto: Elizza Cota

Comunidade Mata dos Crioulos



Foto: EValda Nogueira

Foto: Valda Nogueira

Importância das Comunidades Tradicionais

Segundo a pesquisadora do Laboratório de Geografia Agrária da Universidade de São Paulo (USP), Fernanda Monteiro, esse modo de vida dos chamados povos e comunidades tradicionais tem a ver com a forma com que eles se organizam e como manejam a natureza para construir a vida, para viabilizar a vivência material e simbólica.

No caso das comunidades da Serra do Espinhaço, cada núcleo familiar tem a sua terra – geralmente é a casa e o quintal – e tem as terras de uso comum daquelas famílias, que são parte daquela comunidade. “Na parte familiar, há as roças, os cultivos e criação de pequenos animais”, descreve Fernanda. “E na área de uso comum é a criação de gado solto. Cada família tem o seu, nas áreas de gramas e pastagens nativas, nas terras mais altas”, completa.

A pesquisadora chama a atenção para o que chama de riqueza de saberes. “Tem sempre um detalhe sofisticado de observação, de conhecimento humano, que uma família é capaz de fazer. Elas cultivam mais de 90 espécies de plantas e coletam mais de 400 espécies.



Foto: João Roberto Ripper

São comunidades que, além de terem ritos e tradições, têm um cabedal de conhecimento humano e ecológico refinadíssimo, e uma capacidade de fazer a vida a partir desse conhecimento, dessa lógica de manejo, desse recurso natural, seja ele qual for: água, mata, flores. Eles têm muito a ensinar”, detalha.

“Apanhar flor é um ato muito antigo na humanidade e muito simbólico”, prossegue Fernanda. “A gente precisa ter a dimensão de quão importante essas comunidades são para a sociedade mais ampla. Não só pelos que elas conservam lá, mas pelo que elas são e pelo que elas fazem com que sejamos; pelo que elas contribuem para o que a gente é, uma referência para a nossa cultura e identidade. É muito importante olhar dessa forma para valorizar, respeitar e, sobretudo, se reconectar. Porque essa é a nossa história também, uma grande beleza e possibilidade de avanço como sociedade”, conclui.

Foto: João Roberto Ripper



Hebe de Bonafini, presente! ▶

A líder da Associação Mães da Praça de Maio, Hebe de Bonafini, faleceu aos 93 anos, na Argentina, em 20 de novembro de 2022. Com dois filhos e uma nora desaparecidos durante a ditadura, Bonafini foi uma das fundadoras do grupo de mães que, em 1977, começou a se reunir na Praça de Maio, diante da sede do governo, em Buenos Aires, para exigir informações sobre o paradeiro de seus filhos sequestrados, torturados e desaparecidos durante o regime autoritário. A luta continuou na democracia, com manifestações e atos que seguiram exigindo verdade e justiça.



Foto: Juan Vargas / Infobae

◀ Governo revoga medidas que dificultam aborto legal e seguro

A ministra da Saúde, Nísia Trindade, revogou a portaria nº 2.561/2020, assinada no governo Bolsonaro, que previa a necessidade de o médico avisar à polícia em caso de aborto por estupro. Além disso, o governo de Luiz Inácio Lula da Silva retirou o país do acordo internacional do Consenso de Genebra - aliança conservadora que une países contrários ao aborto. Em nota conjunta do Ministério das Relações Exteriores, do Ministério da Saúde, do Ministério das Mulheres e do Ministério dos Direitos Humanos, o documento foi condenado por limitar direitos sexuais e reprodutivos e o conceito de família e por comprometer a aplicação da lei brasileira. O aborto é garantido por lei para mulheres que sofreram abuso sexual desde a década de 1940 no Brasil.



Foto: Reprodução

Nova bandeira LGBTQIAP+ é apresentada em Copacabana ▶

A nova bandeira símbolo da comunidade LGBTQIAP+ internacional foi apresentada oficialmente no Brasil durante a 27ª Parada do Orgulho de Copacabana, no Rio de Janeiro (RJ), em dezembro de 2022. A tradicional bandeira com as cores do arco-íris foi criada por Gilbert Baker, em 1978, para o Dia de Liberdade Gay de San Francisco, na Califórnia, nos Estados Unidos. A nova bandeira é uma atualização feita em 2018 por Daniel Quasar, sendo que em 2021 Valentino Vecchietti acrescentou o símbolo intersexo. A reformulação tem o propósito de incluir os diversos grupos que compõem a sigla. Na atualização, o rosa, o azul e o branco representam a comunidade trans; o amarelo com o círculo roxo, a comunidade intersexo; o preto e o marrom, a luta antirracista.

◀ Mulher: palavra do ano em 2022

O termo “woman” - mulher, em inglês - foi eleito pelo dicionário online Dictionary.com como a palavra do ano em 2022. A escolha se deve ao fato das buscas pelo vocábulo “mulher” no portal aumentarem significativamente em diversos momentos do ano. O maior pico foi durante a audiência de confirmação de Ketanji Brown Jackson, primeira mulher negra juíza da suprema corte dos EUA. Na oportunidade, a senadora Marsha Blackburn pediu que a juíza definisse a palavra “mulher”. Segundo o portal, a atenção que essa palavra recebeu demonstra o interesse do público em questões de identidade e direitos transgêneros. A pauta envolve a própria identificação das pessoas (como mulher, homem ou nenhum dos dois), sendo que “as políticas que essas questões levantam transcendem a importância de qualquer definição de dicionário – elas impactam diretamente na vida das pessoas”.

Foto: Divulgação



Foto: Austin Steele / CNN



Sugestões de leitura



A VERGONHA (FÓSFORO EDITORA, 2022)

Annie Ernaux, prêmio Nobel de literatura, narra a traumática experiência de violência doméstica do pai contra a mãe quando ela tinha doze anos e seus desdobramentos.

SOLITÁRIA (COMPANHIA DAS LETRAS, 2022)

Eunice Alves Cruz conta a história de duas mulheres negras, Eunice e Mabel, mãe e filha que moram na casa na qual a mãe trabalha como empregada, em um condomínio de luxo.

MULHERES NA CIÊNCIA EM SÃO CARLOS: REFLEXÕES, TRAJETÓRIAS E HISTÓRIAS (INSTITUTO ANGELIM, 2023)

A publicação do Instituto Angelim é uma homenagem à memória e trajetória de 6 mulheres cientistas de São Carlos (SP) e também uma forma de incentivar jovens pesquisadoras na ciência.



Documentários

SECRETO E PROIBIDO | EUA (2022) | NETFLIX

Documentário relata a jornada de duas mulheres, em 1947, Pat Henschel e a jogadora profissional de beisebol Terry Donahue, em um tempo em que lésbicas eram atacadas nas ruas, demitidas ou mortas.

SERRA NOSSA, SEMPRE VIVA: PROTOCOLOS DE CONSULTA DAS APANHADORAS DE FLORES | BRASIL (2022) | YOUTUBE

O documentário produzido pela organização Terra de Direitos mostra as comunidades apanhadoras de sempre-vivas e a luta pela regularização fundiária das comunidades. Disponível no canal da Terra de Direitos no Youtube.



Filmes

ENOLA HOLMES II | EUA, REINO UNIDO DA GRÃ-BRETANHA E IRLANDA DO NORTE (2022) | NETFLIX

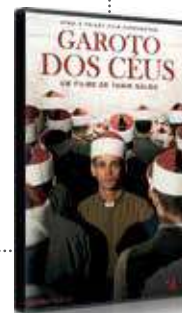
Ambientado em 1888, a detetive Enola Holmes investiga o desaparecimento de uma jovem trabalhadora. Na trama paralela, há uma personagem baseada na história real de Sarah Chapman, líder das primeiras greves de mulheres em Londres, na Inglaterra.

JE SUIS KARL | ALEMANHA / REPÚBLICA TCHECA (2021)

O filme levanta o debate dos movimentos neofascistas e seus métodos para cooptar e fanatizar jovens. A produção alemã e tcheca ambienta-se na Europa e tem como pano de fundo a fobia aos imigrantes com fortes elementos de supremacia branca.

GAROTO DOS CÉUS | SUÉCIA (2022)

O longa-metragem combina suspense e política num jogo de disputa pelo poder no Egito. Premiado em Cannes, o filme concorre ao Oscar de Melhor Filme Internacional, representando a Suécia.





Podcasts

OLHARES

O Olhares Podcast é um projeto feminista que tem como objetivo buscar os pontos de vista sobre as mulheres. Acesse: olharespodcast.com.br

PROJETO QUERINO

Podcast para entender como a História explica o Brasil de hoje, sem medo de botar o dedo na ferida das elites e de apontar responsabilidades.

Acesse: projetoquerino.com.br



Curta-metragem

PRECISO DIZER QUE TE AMO | BRASIL (2018) | YOUTUBE

Curta sobre a resiliência e a luta contra o suicídio entre as pessoas Trans, que exalta os esforços da comunidade Trans em se manter viva e construir um país possível para todes. Disponível no Youtube.



Série

UMA ADVOGADA EXTRAORDINÁRIA | COREIA DO SUL (2022) | NETFLIX

Recém-contratada por um grande escritório de advocacia, uma jovem no espectro autista enfrenta desafios dentro e fora do tribunal. A personagem é abordada de maneira sensível e responsável.



SUGESTÃO DE ATIVIDADES

- 1. VIOLÊNCIA** | Apresente um material audiovisual e estimule os alunos à reflexão sobre a violência de gênero, suas causas e implicações na vida das mulheres que são vítimas de violência. Ao final, separe a turma em grupos e proponha a criação de cartazes de conscientização sobre violência doméstica, que poderão ser expostos em murais pela escola.
- 2. MEIO AMBIENTE** | Peça aos estudantes que façam uma pesquisa em torno da escola para avaliar a qualidade do ar, arborização, qualidade da água e peça que levantem sugestões para preservação ambiental.
- 3. ANCESTRALIDADE E POVOS ORIGINÁRIOS** | Convide um especialista para uma roda de conversa sobre esses conceitos e a necessidade de preservar a memória e a história do povo negro e indígena.
- 4. POLÍTICA** | Leve a turma para acompanhar uma sessão da Assembleia Legislativa no seu município e peça que façam uma pesquisa sobre a presença de mulheres nos cargos de poder.
- 5. TERCEIRO SETOR** | Promova um debate com a turma sobre os movimentos sociais e o papel dos sindicatos na sociedade.
- 6. CIÊNCIA** | Convide a turma para uma reflexão sobre o futuro "Como será o amanhã?". Peça aos alunos para criarem um dicionário ilustrado sobre os termos relacionados ao efeito estufa, aquecimento global e mudanças climáticas e práticas individuais e coletivas que podem ajudar a mitigar o aquecimento global.

**Diretoria Executiva da CNTE
Gestão 2022/2026**

PRESIDENTE

Heleno Manoel Gomes de Araújo Filho (PE)

VICE-PRESIDENTA

Marlei Fernandes de Carvalho (PR)

SECRETÁRIA DE FINANÇAS

Rosilene Corrêa Lima (DF)

SECRETÁRIA GERAL

Fátima Aparecida da Silva (MS)

SECRETÁRIO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Roberto Franklin de Leão (SP)

SECRETÁRIA DE ASSUNTOS EDUCACIONAIS

Cuelda Cristina de Oliveira Andrade (MT)

SECRETÁRIO DE IMPRENSA E DIVULGAÇÃO

Luís Carlos Vieira (SC)

SECRETÁRIO DE POLÍTICA SINDICAL

Alessandro Souza Carvalho (CE)

SECRETÁRIA DE FORMAÇÃO

Marta Vanelli (SC)

SECRETÁRIA DE ORGANIZAÇÃO

Marilda de Abreu Araújo (MG)

SECRETÁRIA DE POLÍTICAS SOCIAIS

Ivonete Alves Cruz Almeida (SE)

SECRETÁRIA DE RELAÇÕES DE GÊNERO

Berenice D'Arc Jacinto (DF)

SECRETÁRIO DE APOSENTADOS E ASSUNTOS PREVIDENCIÁRIOS

Sergio Antônio Kumpfer (RS)

SECRETÁRIO DE ASSUNTOS JURÍDICOS E LEGISLATIVOS

Gabriel Magno Pereira Cruz (DF)

SECRETÁRIA DE SAÚDE DOS(AS)

TRABALHADORES(AS) EM EDUCAÇÃO

Francisca Pereira da Rocha Seixas (SP)

SECRETÁRIO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS

Cleiton Gomes da Silva (SP)

SECRETÁRIO DE DIREITOS HUMANOS

José Christovam de Mendonça Filho (ES)

SECRETÁRIO DE FUNCIONÁRIOS DA EDUCAÇÃO

José Carlos Bueno do Prado (SP)

SECRETÁRIA DE COMBATE AO RACISMO

Iêda Leal de Souza (GO)

SECRETARIA EXECUTIVA

Claudir Mata Magalhães de Sales (RO)

Paulina Pereira Silva de Almeida (PI)

Mario Sergio Ferreira de Souza (PR)

Ana Cristina Fonseca Guilherme da Silva (CE)

Carlos de Lima Furtado (TO)

Kátia Cilene de Mendonça Almeida (AP)

Guilherme Mateus Bourscheid (RS)

Girlene Lázaro da Silva (AL)

José Valdivino de Moraes (PR)

Antônio Marcos Rodrigues Gonçalves (PR)

Valéria Conceição da Silva (PE)

Raimundo Nonato Costa Oliveira (MA)

COORDENADORAS DO DESPE

Cida Reis (PR)

Rosane Zan (RS)

COORDENADORES DO COLETIVO DA JUVENTUDE

Bruno Vital (RN)

Luiz Felipe Krehan da Silva (SP)

DIRETORIA EXECUTIVA ADJUNTA

Marco Antonio Soares (SP)

Ronildo Oliveira do Nascimento (PE)

Doris Regina Acosta Nogueira (RS)

Soraya Maria Cordeiro de Sousa (PB)

Maria Eduarda Quiroga Pereira Fernandes (RJ)

Luiz Fernando de Souza Oliveira (MG)

Sueli Veiga Melo (MS)

Claudio Antunes Correia (DF)

Alex Santos Saratt (RS)

Amarildo Silveira Pereira (MA)

Edson Rodrigues Garcia (RS)

Ionaldo Tomaz da Silva (RN)

Nelson Luiz Gimenes Galvão (SP)

CONSELHO FISCAL - TITULAR

Ivanéia de Souza Alves (AP)

Ornildo Roberto de Souza (RR)

Arnaldo Bruno Lopes Vidal (RN)

Maria Leônia Gomes de Lima (PB)

Iara Gutierrez Cuelar (MS)

CONSELHO FISCAL - SUPLENTE

Joseilda Vicente Lima Barboza (PE)

Maria Léa Lima de Almeida (PI)

Fábio Henrique Oliveira Matos(PI)

Momento

*Enquanto eu fiquei alegre, permaneceram
um bule azul com um descascado no bico,
uma garrafa de pimenta pelo meio,
um latido e um céu limpidíssimo
com recém-feitas estrelas.*

*Resistiram nos seus lugares, em seus ofícios,
constituindo o mundo pra mim, anteparo
para o que foi um acometimento:
súbito é bom ter um corpo pra rir
e sacudir a cabeça. A vida é mais tempo
alegre do que triste. Melhor é ser.*

ADÉLIA PRADO

Professora por formação, ela exerceu o magistério durante 24 anos, até que a carreira de escritora tornou-se a atividade central. Em termos de literatura brasileira, o surgimento da escritora representou a revalorização do feminino nas letras e da mulher como ser pensante.

Fonte: Bagagem. 31.ed. Rio de Janeiro: Record, 2011. p. 46

